

SOCIOLOGIA CONTEMPORÂNEA

Prof. Renan Subtil Torres

Indaial – 2020

1ª Edição

Elaboração:
Prof. Renan Subtil Torres

Copyright © UNIASSELVI 2020

Revisão, Diagramação e Produção:
Equipe Desenvolvimento de Conteúdos EdTech
Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

Ficha catalográfica elaborada pela equipe Conteúdos EdTech UNIASSELVI

T693s

Torres, Renan Subtil

Sociologia contemporânea. / Renan Subtil Torres. – Indaial:
UNIASSELVI, 2020.

175 p.; il.

ISBN 978-65-5663-242-1

ISBN Digital 978-65-5663-239-1

1. Sociologia. – Brasil. Centro Universitário Leonardo Da Vinci.

CDD 301

APRESENTAÇÃO

Olá, acadêmico! O presente livro didático, que se encontra em suas mãos ou na tela de seus aparelhos digitais, é fruto de um zeloso trabalho da UNIASSELVI, que pretende apresentar a relevância e os principais autores trabalhados na Sociologia Contemporânea. Imagine quão importante são as colaborações de autores contemporâneos, que vivenciam os dias atuais e bebem da fonte de leituras clássicas para aprimorar sua visão de mundo? Tais intelectuais, que nos ajudam a nos situar em meio à sociedade contemporânea, possuem obras com grande capacidade de nos provocar e fornecer outras perspectivas aos fenômenos concernentes à vida em sociedade.

A Sociologia Contemporânea se incumba de elucidar aspectos da dinâmica social que, possivelmente, estudiosos de gerações precedentes não conseguiram prever, além de fornecer experiências e pontos de vista a partir da presente configuração da sociedade. As condições materiais da contemporaneidade produzem o cerne de um pensamento social influenciado pela economia, pela política, pelas relações interpessoais e subjetivas que permeiam nosso tempo. Assim, a Sociologia Contemporânea objetiva explorar pensamentos produzidos por meio do desdobramento de estudos e reflexões que contemplam nossos atuais problemas e/ou angústias, desencadeados em meio à vida em sociedade nos moldes que se encontra atualmente.

Para garantir que as ideias centrais de cada um dos autores, tão como evidenciar as contribuições do referido campo de estudo ao pensamento lançado aos atuais modelos de sociedade, o livro de Sociologia Contemporânea, desenvolvido pela UNIASSELVI tem o compromisso de levar a você, acadêmico, um livro didático que apresente as ideias centrais dos autores de maior destaque no campo da Sociologia Contemporânea. O pensamento desenvolvido por cada um deles será sintetizado e explicado da forma mais clara possível, oferecendo elevado proveito da teoria social recentemente desenvolvida por intelectuais de nosso tempo.

Na Unidade 1, nós estudaremos as principais contribuições da teoria social contemporânea à compreensão da humanidade acerca do mundo em que vivemos e da forma com a qual nós, seres humanos, nos relacionamos e nos associamos. Também na primeira unidade exploraremos a atual concepção de sociólogos contemporâneos no que tange à relação entre indivíduos e a sociedade, trazendo à tona abordagens sociológicas emergentes de estudos recentes. Mostraremos como Edgar Morin contribui com temas como a Complexidade e a Transdisciplinaridade, como Anthony Giddens desperta olhares à chamada Modernidade Reflexiva e à Terceira Via, como Michel Foucault nos provoca com o conceito de Controle Social e Biopoder e, fechando a unidade, a teoria de Jürgen Habermas será explanada com foco na Modernidade e na Ação Comunicativa.

Na Unidade 2, nós exploraremos autores como Zygmunt Bauman, que, dentre suas principais contribuições, apresenta-nos a ideia de Modernidade Líquida. Logo após estudaremos a Modernidade Reflexiva, Sociedade de Risco e a Pós-modernidade, de Ulrich Beck. Em seguida, a Modernidade e a Teoria Ator-rede de Bruno Latour antecederão as análises de Michel Maffesoli, que também explora a Pós-modernidade e desenvolve seu pensamento sobre as chamadas tribos urbanas.

Finalmente, na Unidade 3, discutiremos desafios sociais contemporâneos como as relações entre capital e trabalho, sociedade e meio ambiente, assim como sociedade e tecnologia. Esperamos que aproveite ao máximo as teorias contidas no material, proporcionando-lhe as bases necessárias para que você, caro acadêmico, contribua e avance com o pensamento sociológico!

Bons estudos!

Prof. Renan Subtil Torres

GIO

Olá, eu sou a Gio!

No livro didático, você encontrará blocos com informações adicionais – muitas vezes essenciais para o seu entendimento acadêmico como um todo. Eu ajudarei você a entender melhor o que são essas informações adicionais e por que você poderá se beneficiar ao fazer a leitura dessas informações durante o estudo do livro. Ela trará informações adicionais e outras fontes de conhecimento que complementam o assunto estudado em questão.

Na Educação a Distância, o livro impresso, entregue a todos os acadêmicos desde 2005, é o material-base da disciplina. A partir de 2021, além de nossos livros estarem com um novo visual – com um formato mais prático, que cabe na bolsa e facilita a leitura –, prepare-se para uma jornada também digital, em que você pode acompanhar os recursos adicionais disponibilizados através dos QR Codes ao longo deste livro. O conteúdo continua na íntegra, mas a estrutura interna foi aperfeiçoada com uma nova diagramação no texto, aproveitando ao máximo o espaço da página – o que também contribui para diminuir a extração de árvores para produção de folhas de papel, por exemplo.

Preocupados com o impacto de ações sobre o meio ambiente, apresentamos também este livro no formato digital. Portanto, acadêmico, agora você tem a possibilidade de estudar com versatilidade nas telas do celular, tablet ou computador.

Preparamos também um novo layout. Diante disso, você verá frequentemente o novo visual adquirido. Todos esses ajustes foram pensados a partir de relatos que recebemos nas pesquisas institucionais sobre os materiais impressos, para que você, nossa maior prioridade, possa continuar os seus estudos com um material atualizado e de qualidade.





QR CODE

Olá, acadêmico! Para melhorar a qualidade dos materiais ofertados a você – e dinamizar, ainda mais, os seus estudos –, nós disponibilizamos uma diversidade de QR Codes completamente gratuitos e que nunca expiram. O QR Code é um código que permite que você acesse um conteúdo interativo relacionado ao tema que você está estudando. Para utilizar essa ferramenta, acesse as lojas de aplicativos e baixe um leitor de QR Code. Depois, é só aproveitar essa facilidade para aprimorar os seus estudos.



ENADE

Acadêmico, você sabe o que é o ENADE? O Enade é um dos meios avaliativos dos cursos superiores no sistema federal de educação superior. Todos os estudantes estão habilitados a participar do ENADE (ingressantes e concluintes das áreas e cursos a serem avaliados). Diante disso, preparamos um conteúdo simples e objetivo para complementar a sua compreensão acerca do ENADE. Confira, acessando o QR Code a seguir. Boa leitura!



LEMBRETE



Olá, acadêmico! Iniciamos agora mais uma disciplina e com ela um novo conhecimento.

Com o objetivo de enriquecer seu conhecimento, construímos, além do livro que está em suas mãos, uma rica trilha de aprendizagem, por meio dela você terá contato com o vídeo da disciplina, o objeto de aprendizagem, materiais complementares, entre outros, todos pensados e construídos na intenção de auxiliar seu crescimento.

Acesse o QR Code, que levará ao AVA, e veja as novidades que preparamos para seu estudo.

Conte conosco, estaremos juntos nesta caminhada!



SUMÁRIO

UNIDADE 1 – TEORIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA: RELAÇÕES	
INDIVÍDUO X SOCIEDADE.....	1
TÓPICO 1 – LIMITES ENTRE AS SOCIOLOGIAS CLÁSSICA E CONTEMPORÂNEA.....	3
1 INTRODUÇÃO	3
2 TEORIA SOCIAL CLÁSSICA	3
3 TEORIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA	11
RESUMO DO TÓPICO 1	16
AUTOATIVIDADE	17
TÓPICO 2 – INTRODUÇÃO ÀS TEORIAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS:	
DA COMPLEXIDADE À TERCEIRA VIA	19
1 INTRODUÇÃO	19
2 EDGAR MORIN: COMPLEXIDADE, TRANSDISCIPLINARIDADE E EDUCAÇÃO.....	19
3 ANTHONY GIDDENS: DA AÇÃO À TERCEIRA VIA	24
3.1 RELAÇÃO ENTRE AGÊNCIA E ESTRUTURA: ESTRUTURAÇÃO E PRÁXIS SOCIAL.....	25
3.2 MODERNIDADE REFLEXIVA, CONSEQUÊNCIAS DA MODERNIDADE E TERCEIRA VIA	27
RESUMO DO TÓPICO 2	31
AUTOATIVIDADE	32
TÓPICO 3 – DAS RELAÇÕES DE PODER À DEMOCRACIA	35
1 INTRODUÇÃO	35
2 MICHEL FOUCAULT: DISCIPLINA E CONTROLE SOCIAL	35
2.1 BIOPOLÍTICA: EDUCAÇÃO DOS CORPOS E GOVERNO DAS POPULAÇÕES.....	39
3 PIERRE BOURDIEU: HABITUS, CAMPO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	40
3.1 INTERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E SUBVERSÃO	44
4 JÜRGEN HABERMAS: MODERNIDADE E AÇÃO COMUNICATIVA	45
4.1 DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO	47
LEITURA COMPLEMENTAR	49
RESUMO DO TÓPICO 3	54
AUTOATIVIDADE	55
UNIDADE 2 – MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE.....	57
TÓPICO 1 – RUPTURAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS.....	59
1 INTRODUÇÃO	59
2 ENFOQUE DA TEORIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA.....	59
3 DOS MÉTODOS DA SOCIOLOGIA CONTEMPORÂNEA	66
RESUMO DO TÓPICO 1	70
AUTOATIVIDADE	71
TÓPICO 2 – MODERNIDADE LÍQUIDA E PÓS-MODERNIDADE	73
1 INTRODUÇÃO.....	73
2 ZYGMUNT BAUMAN: MODERNIDADE LÍQUIDA	73
2.1 AMOR LÍQUIDO	76
2.2. SEGURANÇA E MEDO	78

3 ULRICH BECK: MODERNIDADE REFLEXIVA.....	82
3.1 SOCIEDADE DE RISCO	83
3.2 PÓS-MODERNIDADE.....	86
RESUMO DO TÓPICO 2	90
AUTOATIVIDADE	91
 TÓPICO 3 – APROFUNDANDO AS TEORIAS	 93
1 INTRODUÇÃO	93
2 BRUNO LATOUR: MODERNIDADE E TEORIA ATOR-REDE.....	93
3 MICHEL MAFFESOLI: PÓS-MODERNIDADE E TRIBOS URBANAS.....	101
LEITURA COMPLEMENTAR	105
RESUMO DO TÓPICO 3.....	109
AUTOATIVIDADE	110
 UNIDADE 3 – A SOCIOLOGIA E OS DESAFIOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS	 113
 TÓPICO 1 – DESAFIOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS.....	 115
1 INTRODUÇÃO.....	115
2 O NEOLIBERALISMO	115
3 DAS RELAÇÕES CAPITAL-TRABALHO	128
RESUMO DO TÓPICO 1	132
AUTOATIVIDADE	133
 TÓPICO 2 – MEIO AMBIENTE E TECNOLOGIA.....	 135
1 INTRODUÇÃO.....	135
2 SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE.....	135
3 SOCIEDADE E TECNOLOGIA	139
RESUMO DO TÓPICO 2	146
AUTOATIVIDADE	147
 TÓPICO 3 – RELIGIÃO E SOCIEDADE	 149
1 INTRODUÇÃO.....	149
2 ANÁLISES CONTEMPORÂNEAS SOBRE RELIGIÃO.....	149
3 RELIGIÃO X CAPITAL.....	156
LEITURA COMPLEMENTAR	162
RESUMO DO TÓPICO 3.....	168
AUTOATIVIDADE	169
 REFERÊNCIAS.....	 171

TEORIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA: RELAÇÕES INDIVÍDUO X SOCIEDADE

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A partir do estudo desta unidade, você deverá ser capaz de:

- apontar os conceitos e limites entre Sociologia Clássica e Contemporânea;
- salientar a importância da teoria de Edgar Morin;
- introduzir as principais teorias de Anthony Giddens;
- apresentar os fundamentos do pensamento de Pierre Bourdieu;
- evidenciar as contribuições de Michel Foucault à Teoria Social Contemporânea;
- discutir os principais aspectos do pensamento de Jürgen Habermas.

PLANO DE ESTUDOS

A cada tópico desta unidade você encontrará autoatividades com o objetivo de reforçar o conteúdo apresentado.

TÓPICO 1 – LIMITES ENTRE AS SOCIOLOGIAS CLÁSSICA E CONTEMPORÂNEA

TÓPICO 2 – INTRODUÇÃO ÀS TEORIAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS: DA COMPLEXIDADE À TERCEIRA VIA

TÓPICO 3 – DAS RELAÇÕES DE PODER À DEMOCRACIA

CHAMADA

Preparado para ampliar seus conhecimentos? Respire e vamos em frente! Procure um ambiente que facilite a concentração, assim absorverá melhor as informações.





CONFIRA A TRILHA DA UNIDADE 1!

Acesse o
QR Code abaixo:



LIMITES ENTRE AS SOCIOLOGIAS CLÁSSICA E CONTEMPORÂNEA

1 INTRODUÇÃO

O primeiro tópico se incumbe de evidenciar as principais características daquilo que os estudiosos hoje chamam de Sociologia Clássica e Sociologia Contemporânea. Ou seja, aborda-se o contexto histórico de emergência das Ciências Sociais como um campo independente, composto por saberes advindos das Ciências Exatas e da Natureza, tão como o desenvolvimento pelo qual passou, configurando-se de tal forma que hoje é concebida como o subcampo da Sociologia.

Em seguida, estudaremos os primeiros estudiosos considerados especificamente sociólogos, classificando-os como autores clássicos de acordo com o período no qual escreveram e, também, com os problemas instigados pelo pensamento social no referido momento. Você ficará a par dos principais debates e dos objetivos do pensamento produzido por meio das análises lançadas à Sociedade.

Feito isso, você, acadêmico, será apresentado aos primeiros autores considerados sociólogos contemporâneos e terá acesso às principais teorias e conceitos produzidos por cada um deles. Assuntos como a complexidade, modernidade, poder, democracia e dentre vários outros conceitos produzidos para entender a contemporaneidade a partir das análises clássicas.

2 TEORIA SOCIAL CLÁSSICA

Na sociedade, os indivíduos que a compõem e os fenômenos que a vida coletiva implica despertam o interesse das pessoas desde os primórdios das civilizações. Em diferentes períodos da história, nós, seres humanos, estivemos inclinados a pensar o funcionamento da sociedade. Ao concebermos todo e qualquer tipo de estudo, científico ou não, acerca da vida em sociedade como Sociologia, podemos atribuir (ou pelo menos tentar) algum sentido à expressão. Heerdt (2006, p. 1), por exemplo, apresenta-nos alguns dos conceitos de Sociologia:

Sociologia é uma palavra formada de outras duas: *socius*, que em latim significa sócio, social; e *logos*, que em grego significa estudo. Sociologia, portanto, significa, em sua origem, o estudo do social, ou da sociedade, ou de tudo o que se refere a mais pessoas. Por isso, sempre que se falar em grupos de pessoas, em cultura, em

organização das pessoas em coletividades, em sociedades, em grupos, em organizações sociais, em instituições, em sistemas, a Sociologia terá algo pertinente. Pode-se perceber que estamos tratando de uma ciência que possui um objeto de estudo muito abrangente. Sociologia é a ciência que estuda a natureza, as causas e os efeitos das relações que se estabelecem entre os indivíduos organizados em sociedade. Preocupa-se com a descrição e a explicação do comportamento social. Assim, o objeto da Sociologia são as relações sociais, as transformações por que passam essas relações, como também as estruturas, instituições e costumes que têm origem nelas. (Enciclopédia Barsa) A Sociologia estuda as formas fundamentais da convivência humana: contatos sociais, distância social, isolamento, individualização, cooperação, competição, controle, divisão do trabalho e integração social. É importante ressaltar que existem divergências sobre o conceito de Sociologia. Segundo Dias (1999, p. 34), há inúmeras interpretações e definições quanto ao que seja o objeto de trabalho do cientista social. Alguns dizem que ela é uma ciência da sociedade, outros que o seu objeto é o estudo dos fenômenos sociais, das instituições, das relações humanas etc.

Para aprofundarmos nossa compreensão acerca dos estudos sobre a sociedade e investigar o processo que os transformou em um campo científico independente, devemos imergir na história. Para tanto, observemos o texto a seguir com alguns registros que evidenciam o interesse humano pela vida em sociedade, desde a Grécia Antiga aos tempos modernos:

Quando surgiu a Sociologia?

O interesse pelos fenômenos sociais é muito antigo, embora não existisse ainda uma ciência sociológica. Vamos então estudar alguns períodos:

- **Na Grécia Antiga:**

Na Grécia, Heráclito já afirmou que: “Não nos banhamos duas vezes num mesmo rio!”, ou seja, as pessoas e a sociedade estão mudando constantemente. Platão disse que o objetivo do Estado deve ser o de fazer o indivíduo feliz facilitando-lhe a prática das virtudes. O Estado divide-se em três classes sociais: a) os filósofos, únicos capazes de desempenhar cargos públicos: “Os males não cessarão para os homens antes que a raça dos puros e autênticos filósofos chegue ao poder”; b) os guerreiros, incumbidos da defesa social; c) os operários, encarregados da subsistência material. Nesse sentido, a política deve ser reservada somente para aqueles que fazem ciência política, e o povo em geral não sabe esta arte, a democracia não é adequada, por isso afirma: “Os filósofos se tornem reis, ou que os reis se tornem filósofos”. Aristóteles é outro grande estudioso das questões sociais. É dele, inclusive, a afirmação: “O homem nasceu para viver em sociedade”.

- **Na Idade Média:**

A Idade Média também produziu um pensamento social, embora baseado na especulação e não na investigação objetiva dos fatos. Além disso, nesse período se impôs a concepção da ordem natural e social como decorrência da vontade divina, já que a Igreja Católica era a instituição predominante. Pode ser citado Santo Agostinho que, embora tivesse vivido um pouco antes da Idade Média, teve influência significativa no período medieval. Santo Agostinho afirmou que havia a Cidade dos Homens e a Cidade de Deus. Os pecadores formam a cidade terrestre, que é o mundo dos homens. Essa cidade não é necessariamente má, mas, governada pela vontade humana, tende para o pecado e é de tempos em tempos castigada por Deus. A Cidade dos Homens é fruto do egoísmo, e a cidade celeste é criação do amor divino. Essas duas cidades ou reinos existem simultaneamente na história humana, são representadas como a luta entre o bem e o mal, entre Deus e o Demônio. Segundo Santo Agostinho, essa luta terminará somente com o Juízo Final, que realizará a separação desses dois reinos, assegurando o triunfo definitivo de Deus sobre o Demônio, será a vitória definitiva da Cidade de Deus, com o Juízo Final. A família terrena que não vive da fé busca a paz terrena nos bens e vantagens desta vida temporal. Aquela, ao contrário, cuja vida está regulada pela fé está à espera dos bens eternos prometidos para o futuro.

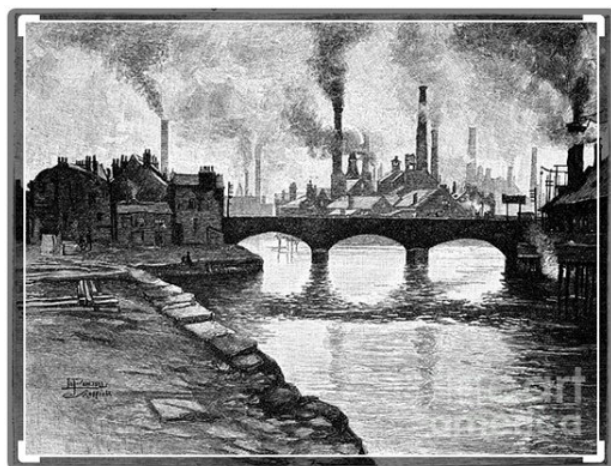
- **Na Idade Moderna:**

As profundas modificações econômicas, sociais e políticas ocorridas na sociedade europeia nos séculos XVIII e XIX, em decorrência da Revolução Industrial, permitiram o surgimento do Capitalismo e libertaram o pensamento dos dogmas medievais. Assim, as ciências naturais e humanas fizeram rápidos progressos. No Renascimento e na Idade Moderna aconteceu uma visão mais realista dos fenômenos sociais, através de pensadores como Maquiavel, Thomas Hobbes, Jean Jacques Rousseau e outros. Por outro lado, a história permitiu o acesso ao conhecimento de dados objetivos sobre a sociedade, acumulados ao longo do tempo. A pré-história da Sociologia situa-se, assim, num período aproximado de cem anos, de 1750 a 1850, entre a publicação de O espírito das leis, de Montesquieu, e a formulação das teorias de Augusto Comte e Herbert Spencer. A constituição da Sociologia como ciência ocorreu na segunda metade do século XIX. O termo "Sociologia" foi consagrado por Augusto Comte na obra Curso de Filosofia Positiva (1839), em que batizou a nova "ciência da sociedade" e tentou definir seu objeto. Mesmo assim, a palavra "Sociologia" continuou a ter muitas definições, pois cada teoria sociológica criou suas próprias interpretações. Todas essas definições, no entanto, partilhavam de algo em comum: o estudo das relações e interações humanas.

FONTE: HEERDT, Moacir. Sociologia das organizações / Moacir Heerdt, Mauri Luiz Heerdt; (adaptação de conteúdo Marciel E. Cataneo); 4. ed. – Palhoça: UNISUL Virtual, 2006, p. 1-3. Adaptado pelo autor.

Prosseguindo a partir da modernidade, é importante salientarmos que a primeira metade do Século XVIII foi marcada por condições históricas que transformaram as relações políticas, econômicas e culturais precedentes de todo o globo terrestre. Juntamente à **Revolução Industrial** e a **Revolução Francesa**, impulsionadas pelas ideias iluministas, foram responsáveis por graduais mudanças que provocariam maiores necessidades de se analisar a vida em sociedade. O vultoso desenvolvimento da produção industrial, acompanhado do rompimento com pensamento guiado pelas visões teológicas de mundo, deu lugar à razão, manifestada por meio do conhecimento científico e artístico que, geração após geração, desenvolveu-se de forma a fragmentar os campos do saber. Essa fragmentação deu origem às múltiplas áreas de conhecimento que conhecemos hodiernamente. Tal movimento hoje é classificado como: **Renascentismo** ou **Renascimento**.

FIGURA 1 - REFLEXÃO SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES PROVOCADAS PELAS REVOLUÇÕES INDUSTRIAL E FRANCESA



FONTE: <<https://br.pinterest.com/pin/593419688384929933/visual-search/>>. Acesso em: 2 fev. 2020.

No entanto, o pensamento acerca da sociedade, sua dinâmica de funcionamento e as principais implicações na vida das pessoas que a compõem nem sempre vieram de estudiosos da Sociologia. Antes mesmo de ser considerado um campo independente do conhecimento, a nascente Sociologia era influenciada por teorias comumente utilizadas nas Ciências Exatas e da Natureza. Exemplo disso foi **Auguste Comte** (1798-1857), físico francês, cuja obra pode se considerar um dos marcos de transição entre Ciências Naturais, que predominavam naquele período, e Ciências Sociais. Sua obra evidencia a estreita relação entre tais campos do saber – Ciências Naturais e Ciências Sociais –, uma vez que o autor tenta alcançar uma espécie de “Física Social”, que avança sobre as explicações teocêntricas sobre nosso mundo. Em outras palavras, as teorias que buscam explicar a vida social ou natural por meio de argumentos pautados em deuses e/ou religião, abrem espaço aos argumentos científicos.

Comte acreditava que, em detrimento dos argumentos religiosos, os fenômenos sociais poderiam ser explicados com base em princípios advindos de outras ciências como a Biologia, Astronomia, Matemática, Física e Química. Assim, Auguste Comte acreditava que sua "Física Social" alcançaria teorias mais racionais quando comparadas às anteriores, que encerravam quaisquer outras hipóteses que tentassem explicar a dinâmica social apenas reafirmando a soberania divina.

FIGURA 2 - AUGUSTE COMTE



FONTE: <<http://templodahumanidade.org.br/a-religiao-da-humanidade/>>. Acesso em: 2 fev. 2020.

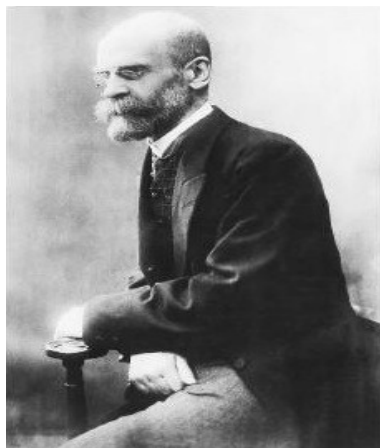
O autor francês sustentava a teoria de que o ser humano passaria por três períodos de sua consciência para alcançar a plenitude da racionalidade. São elas:

- 1º- Teológico:** período intelectual no qual a humanidade conceberia a realidade e guiaria seus comportamentos com base em mitos e crenças (como a mitologia da Grécia Antiga).
- 2º- Metafísico:** apresentado com um período intermediário da consciência humana, no qual os seres humanos ainda não conseguiram livrar seu pensamento das abstrações. Trata-se da construção do conhecimento que, embora mais elaborado em relação ao período anterior, ainda não consegue ser desvencilhado de abstrações que impedem o ser humano de alcançar sua plenitude intelectual.
- 3º- Positivo:** seria o ponto mais alto da inteligência humana, no qual alcançaríamos maneiras mais metódicas de exame da realidade. A ciência ocuparia o espaço das abstrações por meio de experimentações, observações e comparações.

Nesse sentido, Auguste Comte daria o primeiro passo nas análises sociais, com base em princípios herdados de outras áreas do conhecimento, obedecendo a leis que tiveram sua gênese das Ciências Exatas e Naturais. A partir daí a Sociologia, tal como concebida contemporaneamente, avançou pelo século XVIII e continua sofrendo influência de outros pensadores que também lançaram seus olhares à sociedade.

Um dos autores entusiastas das ideias positivistas de Comte foi **Émile Durkheim**, pensador francês nascido em 1858, que se dedicou à investigação sobre a natureza dos comportamentos coletivos, tão como sobre os elementos que garantiam a “coesão social” após a reconfiguração política e social pós-Revolução Industrial. Durkheim toma o “fato social” como o cerne de suas pesquisas e o trata como “objeto”, “coisa” que pode exercer coerção sobre os indivíduos, ou seja, influencia o sujeito de forma com que tendam a se comportar de determinada maneira, independentemente de sua força de vontade, personalidade ou capacidade intelectual.

FIGURA 3 - ÉMILE DURKHEIM



FONTE: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/sociologia/emile-durkheim.htm>>. Acesso em: 3 fev. 2020.

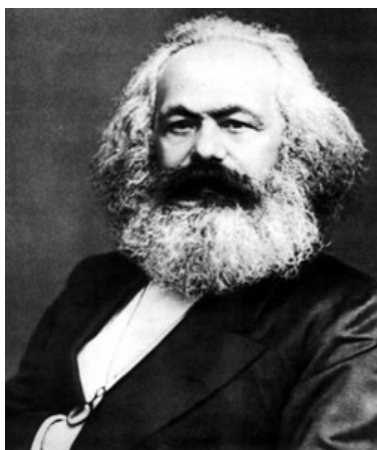
Émile Durkheim é considerado um dos primeiros autores da Sociologia Moderna, desenvolvendo suas pesquisas com base no empirismo, ou seja, na observação do comportamento social por meio de um método bem estruturado que evite contradições por parte do cientista social.

Portanto, o sociólogo deveria seguir as “regras do método sociológico” para que não cometa o erro de interpretar os “**fatos sociais**” – ou seja, acontecimentos comuns à determinada sociedade – de forma guiada por um pensamento raso, rápido, em outras palavras, pelo senso comum. Uma de suas principais obras é o Suicídio (DURKHEIM,

2000), no qual o autor relata regularidades em taxas de suicídio (fato social observado) em determinadas condições individuais. Por exemplo: o autor notava maior recorrência de suicídios entre militares ou em pessoas que viviam em locais mais frios. Tais registros eram fatos sociais concebidos por meio da observação da realidade.

Um pensador que avançou com as análises da dinâmica social foi **Karl Marx**, alemão que nasceu em 1818, em meio a um processo pré-revolucionário. Marx, apesar de nascido em família de classe média, é um dos autores que exerceram grande influência sobre a classe operária devido, principalmente, à sua crítica à economia política. Por meio de seu método denominado **Materialismo histórico-dialético**, Marx transita entre os campos como os da História, Economia, Filosofia e Sociologia, analisando as condições de exploração às quais está submetida a classe trabalhadora no desenrolar dos tempos. Sua obra intitulada “O capital” (*Das Kapital*) (MARX, 2013) foi concluída após 16 anos, porém, só começou a influenciar os pensadores aspirantes de uma revolução socialista, um dos grandes anseios de Marx, após sua morte no ano de 1883.

FIGURA 4 - KARL MARX



FONTE: <<https://www.infoescola.com/biografias/karl-marx/>>. Acesso em: 4 fev. 2020.

Karl Marx foi um dos fundadores do chamado socialismo científico, que consiste em uma teoria sociopolítico-econômica, recebendo influências do socialismo utópico. Os precursores do socialismo utópico vislumbravam uma sociedade ideal sem classes, porém, não apontavam os caminhos necessários para tal conquista. Karl Marx e seu camarada Friedrich Engels, apesar de compartilharem ideias sobre uma sociedade ideal semelhantes à construída pelos socialistas utópicos, defendiam a ideia de que essa sociedade seria alcançada por vias revolucionárias advindas da união e organização da classe trabalhadora. A obra basilar para compreensão do socialismo científico e que evidencia as vias revolucionárias fundamentais ao alcance de uma sociedade sem classes e, conseqüentemente, sem exploração do trabalho, é o “Manifesto Comunista” (MARX; ENGELS, 2005), publicado em 1848 pelos dois autores.

DICAS

É importante conhecermos o *"Manifesto Comunista"* a fim de entendermos os ideais revolucionários e os argumentos que polarizaram o mundo e despertaram inúmeras batalhas frente às contradições do capital. O embate entre Capitalismo e Socialismo se intensificou após a agitação causada pela obra, que alcançou as mãos de trabalhadores de todas as partes do globo, despertando interesses pelo fim da exploração da mão de obra assalariada por parte da classe rica.



O texto pode ser facilmente encontrado em diversos sites na internet. Basta digitarmos em algum site de busca (como o Google, Yahoo etc.) palavras-chave como *"Manifesto Comunista PDF"*.

Uma boa edição pode ser acessada por meio do link a seguir, que garante acesso imediato ao texto: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2545967/mod_resource/content/1/MARX%3B%20ENGELS.%20Manifesto%20Comunista.pdf.

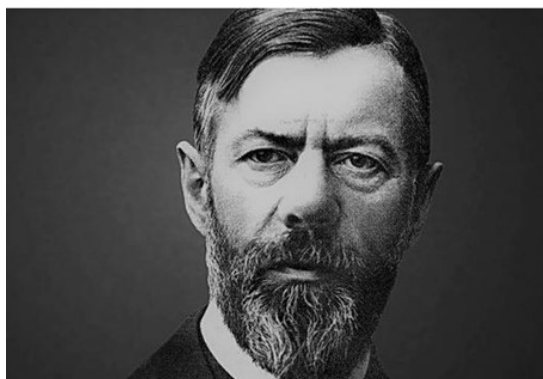
Entre os pensadores da Teoria Social Clássica está também **Max Weber**, alemão nascido em 1864. Weber se dedicava aos estudos do Direito, da Sociologia, da História e da Economia e formulou um método de estudo social denominado "ação social". Segundo Weber (1999), a **"ação social"** deveria ser o principal objeto de estudo da Sociologia e uma das principais características de sua metodologia seria o afastamento da ideia de que as estruturas institucionais, aspectos econômicos e sociais seriam determinantes para guiar as ações individuais. Max Weber aproximava seus estudos dos indivíduos e suas particularidades acreditando, ao contrário de Durkheim e Marx, que os sujeitos possuem liberdade para agir conforme seus ideais, crenças, personalidade dentre outros aspectos subjetivos.

A principal obra de Max Weber foi *"A ética protestante e o espírito do capitalismo"*, na qual buscava elucidar as origens do referido sistema político-econômico com base no movimento protestante dos séculos XVI e XVII, principalmente o calvinismo que, segundo o autor, impulsionou o capitalismo industrial no referido período. De acordo com a obra de Weber (2004), além do fato histórico da existência de maiores heranças entre os protestantes em relação aos católicos antigos, o protestantismo conseguiu se sobressair nos campos da religião, comércio e liberdade, como versa o trecho a seguir:

O antigo protestantismo de Lutero, Calvino, Knox, Voët, ligava pouquíssimo para o que hoje se chama "progresso". Era inimigo declarado de aspectos inteiros da vida moderna, dos quais, atualmente, já não podem prescindir os seguidores mais extremados dessas confissões. Se é para encontrar um parentesco íntimo entre [determinadas manifestações d'] o antigo espírito protestante e a cultura capitalista moderna, não é em sua (pretensa) "alegria com o mundo" mais ou menos materialista ou em todo caso antiascética que devemos procura-lo, mas sim, queiramos ou não, em seus traços

puramente *religiosos*. – Montesquieu diz dos ingleses (*Esprit des lois*, livro xx, cap. 7) que “foi o povo do mundo que melhor soube se prevalecer dessas três grandes coisas: a religião, o comércio e a liberdade”. Terá havido porventura uma conexão entre sua superioridade no campo dos negócios – e, num outro contexto, seu pendor para instituições políticas livres – e esse recorde de devoção que Montesquieu reconhece neles? (WEBER, 2004, p. 38-39).

FIGURA 5 – MAX WEBER



FONTE: Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/max-weber/>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

Os pensadores Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber são considerados a tríade da Teoria Social Clássica, Sociologia ainda em estado de germinação devido a sua recente aparição em tempos de ascensão iluminista. A notória obra dos autores que hodiernamente são considerados os clássicos da Sociologia foi a responsável pelos aprofundamentos teóricos que culminaram com a Teoria Social Contemporânea. A última não é necessariamente considerada o pensamento sociológico “ideal” ou “mais útil”, mas o resultado do refinamento das análises lançadas à sociedade tal como vem se desenrolando por meio de uma história recente. O próximo subtópico abordará os principais aspectos de tal linha teórica e suas contribuições para com o pensamento social.

3 TEORIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA

Podemos dizer que a Teoria Social produzida após a aparição dos autores clássicos da Sociologia se diferencia, em alguns aspectos fundamentais, da produzida após o lançamento dos primeiros olhares à sociedade pós-industrial. Agora, a partir do século XX, a Sociologia não é mais uma ciência europeia como a clássica, de autores predominantemente alemães e franceses. A Sociologia Contemporânea transcende o continente europeu e alcança todo o mundo, acompanhando os fenômenos geopolíticos provenientes da globalização.

A Teoria Social Contemporânea também sofre mudanças no que tange aos seus objetos de investigação. Temas como o colonialismo se tornam alvo de críticas dos pensadores contemporâneos, além da ocorrência da ascensão de uma multidisciplinaridade que abrange uma visão mais holística acerca da sociedade. Ou seja, diversos outros fatores são considerados nas análises sociais contemporâneas em relação ao pensamento clássico. A influência de outros campos do saber como a Antropologia, Psicologia, Psicanálise, Política e Economia são preponderantes nas análises sociais contemporâneas.

O foco mais subjetivo em detrimento do coletivo da Sociologia Contemporânea é uma de suas características fundamentais. Métodos de análise da cognição, ou seja, do funcionamento da mente e das motivações individuais são objetos diretos dessa nova etapa da Sociologia como campo do saber independente. Outra característica fundamental das análises contemporâneas é o rompimento com a dicotomia Sociedade x Indivíduo. Intrínseco ao pensamento dos autores clássicos, por diferentes que sejam suas análises em relação à dinâmica social, a sociedade sempre exercia uma força maior na trama da vida coletiva em relação aos indivíduos. Ou seja, para a tríade clássica de pensadores sociais, a sociedade, o ambiente no qual estão inseridos os indivíduos, sempre moldou a formação da racionalidade individual e, conseqüentemente, suas ações.

Pensadores como o alemão Norbert Elias (1897-1990), apesar de acreditarem que não existem indivíduos sem sociedade e vice-versa, acreditam que a análise da realidade partida de indivíduos previamente localizados em uma estrutura social seria tão vaga quanto a análise da influência das estruturas sobre os indivíduos. Elias (1980, p. 175) ilustra a frase supracitada com o exemplo a seguir:

Uma teoria dá ao homem que se encontra no sopé da montanha, a visão que um pássaro tem dos caminhos e relações que esse homem não consegue ver por si próprio. A descoberta de relações previamente desconhecidas constitui uma tarefa central da investigação científica. Tal como os mapas, os modelos teóricos mostram as conexões entre acontecimentos que já conhecemos. Como os mapas de regiões desconhecidas, mostram espaços em brancos onde ainda não se conhecem as relações. Como os mapas, a sua falsidade pode ser demonstrada por uma investigação ulterior, podendo ser corrigidos. Talvez se deva acrescentar que, contrastando com os mapas, os modelos sociológicos devem ser visualizados no tempo e no espaço, como modelos em quatro dimensões.

Com base em Elias (1980) podemos afirmar que a proposta central da Sociologia Contemporânea seria lançar mão de caminhos e métodos, tanto alternativos quanto complementares, na busca pela compreensão da trama social. Quanto mais metódicas e heterogêneas forem as análises, melhor nos situamos na realidade. Diferente dos objetivos e fins que os pensadores clássicos atribuíam à Teoria Social, a finalidade da Sociologia Contemporânea é o desenvolvimento dela própria, ou seja, seu objetivo

é o aprimoramento do pensamento sociológico sem, por exemplo, ocupar-se da compreensão dos fatos sociais, como em Durkheim, da revolução por meio da práxis da luta de classes, como em Marx ou da busca pelos primórdios do capitalismo como em Weber.

Dentre os diversos e importantes fenômenos que os teóricos sociais contemporâneos exploram estão os movimentos sociais, responsáveis por vultosas reconfigurações sociais a partir do século XX. A emergência da mulher, tanto nos contextos históricos estudados nas análises sociais quanto na produção de discussões revolucionárias e questões de gênero, também foi marco na transição da antiga Sociologia à Teoria Social Contemporânea. Os direitos humanos também ganham espaço nas abordagens sociológicas, tão como assuntos como clima global, intensificação dos debates raciais, tecnologia, saúde, natureza, entre outros.

Alves (2010) trabalha no sentido de situar a Teoria Social Contemporânea na história, apontando alguns autores que podem nos servir como marco entre a antiga sociologia e a desenvolvida atualmente.

Qualquer discussão sobre a "sociologia contemporânea" deve começar por situá-la em um dado tempo. Para os limites do presente artigo, delimitamos, grosso modo, o seu "início" a partir dos fins da década de 1970. Uma data um tanto arbitrária e com grande variância entre países. Mas, de uma maneira geral, as "novas sociologias" caracterizam-se por (re)expressar um amplo conjunto de recursos teórico-metodológicos que se diferenciam – e, ao mesmo tempo, são desdobramentos – das orientações e correntes que foram hegemônicas no universo acadêmico entre as décadas de 1940 e 1970, principalmente após a Segunda Guerra. Picó (2003) designou esse período de "idade de ouro" da sociologia (cf. também Friedrichs, 2001; Platt, 1996; Hinkle, 1994; Arnove, 1982). Assim, o principal ponto de contraposição desenvolvido pela sociologia contemporânea não é exatamente com o período "clássico" da disciplina, cujos epígenos – Marx, Durkheim, Mead, Simmel e Weber, entre outros – constituem atualmente borbulhantes e diversificadas fontes de inspiração (ALVES, 2010, p. 17).

Apesar da história se desenvolver de forma fluida, tornando difícil o estabelecimento de marcos temporais que separem a Sociologia Clássica da Contemporânea, autores como Alves (2010) apresentam seus argumentos para o estabelecimento de alguns critérios para tal delimitação. Considerando como uma das principais características da Sociologia Contemporânea o maior apelo científico quando comparada à Sociologia Clássica, os anos 1940 a 1970 são considerados um período de transição no qual a ciência da sociedade perde gradualmente seus apelos ideológicos e tradições filosóficas. Ou seja: a sociologia passa agora a constituir um campo rigorosamente científico, abandonando suas propriedades filosóficas e revolucionárias de seus primórdios.

Em síntese, entre 1940 e 1970 a sociologia parecia estar assentada sobre bases sólidas. Predominou neste contexto uma preocupação de identificar e defender um paradigma teórico particular que consubstanciasse os princípios básicos da epistemologia sociológica. Embora não fosse consensual, havia por parte de muitos sociólogos um acordo tácito de que os princípios morfológicos básicos sobre os quais assentavam cientificamente o entendimento do mundo social – o grau de generalizações abstratas e universais, tanto a nível conceitual quanto metodológico – já estavam construídos ou parcialmente construídos. Nessa perspectiva, a sociologia estava entrando finalmente nos “eixos”, isto é, em processo de rigorosa delimitação do seu campo científico, cuja plena consolidação poderia estabelecer mútuas conexões entre as diferentes orientações teóricas existentes. A sociologia marchava a largos passos para finalmente atingir um estágio tão desejado de maior maturidade científica: desvincular-se definitivamente das tradições filosóficas e ideológicas. A vitória do sonho comtiano... (ALVES, 2010, p. 18-19).

Podemos então resumir as características fundamentais da Sociologia Contemporânea como um campo científico capaz de acompanhar as mudanças da Teoria Social, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial, quando foram estabelecidos alguns padrões para verificação acerca das possíveis verdades produzidas por meio da pesquisa sociológica.

Uma característica essencial das ciências sociais contemporânea é que os seus estudiosos estão cada vez mais conscientes das mudanças importantes que têm atualmente ocorrido na teoria social. Nos últimos trinta anos, os sociólogos têm cada vez mais refletido sobre os pressupostos teóricos que prevaleceram após a Segunda Guerra. Como chamamos a atenção, os cientistas sociais do pós-guerra tiveram uma nítida preocupação em estabelecer padrões de verificabilidade e construir teorias de corte hipotético-dedutivo como condições que garantiriam o caráter de cientificidade das suas disciplinas. Tais preocupações resultaram na constituição de um saber científico cuja legitimidade seria outorgada pela “operacionalização” dos conceitos e das formulações de leis e “generalizações” atemporais. Assim, não havia muito espaço para as questões da interpretação ou da compreensão de significados (*Verstehen*). Essa situação sofre mudanças substanciais a partir das décadas de 1970 e 1980. Com o relativo declínio do funcionalismo nos Estados Unidos e do estruturalismo na Europa, aparecem ou emergem orientações teóricas novas ou parcialmente excluídas do panteão acadêmico. Digno de nota é a preocupação que os teóricos passam a ter pela integração das dicotomias estabelecidas nas ciências sociais. Há um renovado retorno aos seus clássicos, novas propostas de sínteses teóricas são formuladas e, inevitavelmente, ressurgem a preocupação com a metateorização, isto é, pelo questionamento das estruturas subjacentes à teoria. O movimento autorreflexivo, que os cientistas sociais passam a demonstrar, fez com que houvesse um retorno à filosofia. Autores mais alinhados com a filosofia do que propriamente com a sociologia – como Schutz, Merleau-Ponty, Paul Ricoeur, Michel Serres, Foucault, Habermas, Charles Taylor e Castoriadis – fazem usualmente parte nos programas das disciplinas sociológicas. Por

outro lado, cientistas como Bourdieu, Giddens, Luhmann, Jeffrey Alexander escrevem artigos de caráter eminentemente filosófico. Nesse contexto, a teoria da ação social recebe novo impulso, resultando na expansão do campo conceitual das ciências sociais e, com isso, inaugurando novas problemáticas (ALVES, 2010, p. 27-28).

Podemos sintetizar as diferenças entre a Teoria Social Clássica e a Teoria Social Contemporânea da seguinte maneira: enquanto a Teoria Social Clássica, “recém-nascida”, investe na inspiração em outros campos do saber como as Ciências Naturais, na busca por padrões de fenômenos sociais, no caminho à revolução por meio da luta de classes e na remontagem do sistema capitalista, a Teoria Social Contemporânea dá maior atenção aos indivíduos, em sua relação com a Sociedade e na produção de reflexões científicas. Outras novas disciplinas influenciam, agora, a Sociologia. Direito, Antropologia, Psicologia, Economia, Psicanálise e Política são algumas das principais áreas que fundamentam as discussões sociais.

Concluídas as definições de Teoria Social Clássica e Teoria Social Contemporânea, estudaremos no próximo tópico alguns dos autores que ajudaram a moldar o novo caráter da Sociologia dos dias atuais. Para tanto, abordaremos o pensamento e as principais teorias de cada um dos mais notáveis intelectuais que colaboraram com a formação da Sociologia de nosso tempo.

RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico, você aprendeu:

- A Sociologia é um recente campo científico independente, que se encontra sob constante processo de desenvolvimento.
- A Teoria Social Clássica marca a constituição da Sociologia como campo independente do saber advindo de outras categorias de Ciência.
- Os objetivos da Teoria Social Clássica eram mais utilitaristas, enquanto a Teoria Social Contemporânea é marcada por um caráter mais rigorosamente científico.
- Os limites entre as teorias sociais Clássica e Contemporânea se tornam algo de difícil compreensão quando consideramos a fluidez da história, embora alguns autores o façam.

AUTOATIVIDADE



- 1 A Sociologia, tal como hoje é concebida, é resultado de um processo histórico no qual as pessoas associaram os fenômenos sociais a diversos outros tipos de saberes e crenças. Na Antiga Grécia foram associados à vontade dos deuses e mais tarde, na Idade Média, às consequências da vontade de um único deus. Após o período hodiernamente conhecido como Iluminismo, os estudos sobre a sociedade, os indivíduos que a compõem e os fenômenos produzidos no interior dessa trama ganharam novas interpretações. Considerando o trecho acima, analise as afirmativas sobre os pensadores que nasceram no referido período e associe a letra “V” para as opções verdadeiras e a letra “F” às alternativas falsas:
- () Auguste Comte foi um dos autores que rompeu com a concepção teocêntrica de sociedade, ou seja, deslocou os argumentos que explicavam a sociedade e os fenômenos intrínsecos a ela como produtos da vontade divina ao campo científico, utilizando-se de leis e teorias advindas das Ciências Exatas e Naturais para tentar elucidar a trama social.
 - () Émile Durkheim foi um autor influenciado por Auguste Comte e precursor do positivismo, que consiste em uma teoria social baseada na observação, na experimentação e na conclusão de que tudo o que é observável pode ser considerado verdadeiro, sendo as teorias sobre os fenômenos como o suicídio negativas, portanto, não aplicáveis à ciência positiva.
 - () Karl Marx foi, por sua vez, influenciado por Émile Durkheim, prosseguindo com sua teoria que logo se manifestou por meio do livro “Manifesto comunista”. Foi influenciada pelo positivismo. A obra de Karl Marx sustentava a ideia de que uma sociedade sem classes seria algo positivo, portanto, passível de ser disseminada para todos da classe trabalhadora.
 - () Max Weber foi um pensador que buscava explicações sobre os primórdios do Capitalismo, sistema político-econômico que predomina contemporaneamente, associando seu progresso aos ideais protestantes, especialmente os advindos da doutrina calvinista, que concebia o acúmulo de riquezas como benção divina.

Agora marque com um “X” a opção que apresenta a sequência CORRETA:

- a) () V – V – F – V.
- b) () V – F – F – V.
- c) () V – V – V – V.
- d) () F – F – F – V.
- e) () F – V – F – V.

2 A partir do momento no qual a Sociologia é concebida como uma ciência independente, ou seja, quando as explicações acerca dos fenômenos sociais não mais são associadas a outros campos do saber, ela é subdividida em dois períodos conforme o desenvolvimento do pensamento de autores que avançaram com a ajuda de intelectuais precedentes. Tais períodos tiveram como fruto a Teoria Social Clássica e a Teoria Social Contemporânea que, apesar de existirem divergentes concepções sobre o ponto de cisão entre as duas, apresentam diferenças fundamentais que podem ser descritas por meio da análise da obra dos pensadores que lançaram mão das análises sociais ao passar dos anos, desde o nascimento da Sociologia até os dias atuais. Ao analisarmos as principais características de cada uma de tais teorias, a Teoria Social Clássica e a Teoria Social Contemporânea, consideremos as seguintes frases e em seguida marque a opção correspondente à afirmação CORRETA:

- I- A Teoria Social Clássica pode ser considerada como uma teoria mais funcionalista, ou seja, os autores de tal período vislumbravam algum objetivo para o desenvolvimento da Sociologia que não corresponde ao alcance da plena compreensão da sociedade e os fenômenos que dela emergem.
- II- A Teoria Social Contemporânea possui um caráter mais rigorosamente científico, ou seja, os pensadores desse período lançam mão de objetivos estritamente intelectuais, abstratos, uma vez que abandonam os objetivos revolucionários ou reconstrutivos que possuía a Teoria Social Clássica.
- III- A Teoria Social Clássica, apesar de possuir características fundamentais divergentes da Teoria Social Contemporânea, serviu como base para avanços no pensamento de teóricos sociais contemporâneos.

- a) () Estão corretas as opções I e II.
- b) () Está correta apenas a alternativa I.
- c) () Estão corretas as alternativas I e III.
- d) () Todas as alternativas estão corretas.
- e) () Todas as alternativas estão incorretas.

3 As Sociologias Clássica e Contemporânea apresentam diferentes enfoques em decorrência de uma diversidade de problemas e fenômenos sociais que emergiram, especialmente, a partir das primeiras décadas do século XX, cuja Sociologia em germe não conseguira prever e/ou acompanhar. Considerado o trecho acima, apresente os principais fenômenos e problemas abordados pela Sociologia Contemporânea mencionados no decorrer do presente tópico:

INTRODUÇÃO ÀS TEORIAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS: DA COMPLEXIDADE À TERCEIRA VIA

1 INTRODUÇÃO

Finalizadas as análises acerca dos limites entre a Teoria Social Clássica e Teoria Social Contemporânea e suas características fundamentais, adentraremos às principais teorias de alguns dos mais notáveis pensadores da Sociologia Contemporânea. São autores que avançaram com a problematização sobre a Sociedade e os fenômenos que dela se originam.

Começaremos por Edgar Morin, abordando temas como a complexidade, transdisciplinaridade e educação e, em seguida, trabalharemos com Anthony Giddens e suas teorias da Modernidade Reflexiva e Terceira Via. Ainda em Giddens, assuntos como a relação entre ação e estrutura e a Teoria da Estruturação serão discutidos. Por fim, a práxis social, modernidade reflexiva, recursos e as consequências da Modernidade do mesmo autor serão explorados.

2 EDGAR MORIN: COMPLEXIDADE, TRANSDISCIPLINARIDADE E EDUCAÇÃO

O primeiro autor ao qual nos atentaremos é **Edgar Morin**, um pensador francês que, apesar de dispensar rótulos acadêmicos para seu trabalho, contribui muito com a Teoria Social Contemporânea. Nascido no ano de 1921, Edgar Morin se apegou à causa da educação, tema de maior destaque em sua obra. O fato de não gostar de atribuir rótulos à sua produção intelectual é estreitamente ligado ao seu conceito de **complexidade**.

DICAS



Os dias atuais nos privilegiam com muitos e variados registros de nossos autores contemporâneos. Um bom exemplo é o fácil acesso a materiais audiovisuais que estão disponíveis por meio da internet. A plataforma YouTube, por exemplo, possui uma ampla gama de entrevistas, diálogos formais ou informais, aulas e diversas outras categorias documentais de relevantes autores, alguns ainda vivos, como Edgar Morin.

Podemos acompanhar uma de suas entrevistas, produzidas inclusive por um brasileiro, através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=2sYQymE46l4&t=816s>.

FIGURA 6 - EDGAR MORIN



FONTE: <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=187&evento=9>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

Para Morin, a complexidade é um tema fundamental a ser trabalhado nos dias atuais e está intimamente atrelado à educação. O autor acredita que a compartimentação da educação, ou seja, da subdivisão do conhecimento em matérias ou disciplinas independentes, isoladas umas das outras, representam um atraso à evolução do pensamento do *Homo Sapiens*. O pensador propõe a ideia de que somos seres complexos, inseridos em uma realidade complexa que deve ser entendida como um todo. Em outras palavras, Edgar Morin entende que não é possível alcançarmos o pleno entendimento da realidade analisando separadamente as partes que a compõem. Ele não defende este ou aquele campo do saber, mas a inter-relação entre todos eles no caminho à compreensão do mundo no qual estamos inseridos. A **transdisciplinaridade** seria, então, a única via pedagógica capaz de reacender curiosidades e questionamentos elementares do ser humano.

A ideia de transdisciplinaridade nasce para o autor como uma alternativa aos conhecimentos especializados ou conhecimentos avulsos que, para Morin, contribui para a abstração dos saberes. Podemos entender então que, sob um olhar complexo, a fragmentação dos saberes contribui para o distanciamento do ser humano em relação à complexa realidade que o molda como sujeito.

O conhecimento especializado é em si mesmo uma forma particular de abstração. A especialização abstrai, ou seja, extrai um objeto de um campo dado, rejeita suas ligações e intercomunicações com seu meio, o insere num setor conceitual abstrato que é o da disciplina compartimentada, cujas fronteiras rompem arbitrariamente a sistemicidade (a relação de uma parte com o todo) e a multidimensionalidade dos fenômenos; ela conduz à abstração matemática que opera automaticamente uma cisão com o concreto, por um lado ao privilegiar tudo o que é calculável e formalizável, por outro ao ignorar o contexto necessário à inteligibilidade de seus objetos (MORIN; KERN, 2003, p. 151).

Seria então a supressão do conhecimento especializado um dos passos rumo à transdisciplinaridade pedagógica que, de fato, humanizaria as pessoas? Morin utiliza o exemplo da Economia, contextualizando-a como a mais avançada das Ciências Exatas enquanto ocupa a posição mais atrasada das Ciências Humanas. Isso se deve ao fato de que, segundo o autor, analisando a Economia isoladamente em relação a outros fatores como os sociais, políticos e ecológicos, por exemplo, reduzimos tal campo do saber à busca por vantagens monetárias em detrimento de todo o sofrimento causado pela busca incessante por lucro, enriquecimento, “progresso” ou sejam quais forem os resultados obtidos por meio da eficácia da aplicação dos princípios econômicos.

Assim a economia, que é a ciência social matematicamente mais avançada, é a ciência social e humanamente mais atrasada, pois se abstraiu das condições sociais, históricas, políticas, psicológicas e ecológicas inseparáveis das atividades econômicas. Por isso seus especialistas são cada vez mais incapazes de interpretar as causas e consequências das perturbações monetárias e financeiras, de prever e prever o curso econômico, mesmo a curto prazo. De repente, a incompetência econômica torna-se a problemática principal da economia (MORIN; KERN, 2003, p. 151-152).

Assim, Morin (2003) considera irracional ignorarmos a totalidade complexa da qual nascem os saberes, uma vez que até mesmo os mitos e as crenças fazem parte do processo de avanço das ideias. Não no sentido de que os saberes contemporâneos são superiores, porém, que são fruto de uma sucessão de pensamentos que fazem parte do real e contribuíram para uma tentativa de compreensão mais coerente dele.

A verdadeira racionalidade está aberta e dialoga com o real que lhe resiste. Ela opera uma ligação incessante entre a lógica e o empírico; ela é o fruto de um debate argumentado de ideias, e não a propriedade de um sistema de ideias. A razão que ignora os seres, a subjetividade, a afetividade, a vida, é irracional. É preciso levar em conta o mito, o afeto, o amor, a mágoa, que devem ser considerados racionalmente. A verdadeira racionalidade conhece os limites da lógica, do determinismo, do mecanismo; sabe que o espírito humano não poderia ser onisciente, que a realidade comporta mistério. Ela negocia com o obscuro, o irracionalizado, o irracionalizável. Deve lutar contra a racionalização que bebe nas mesmas fontes que ela e, no entanto, contém apenas, em seu sistema coerente que se quer exaustivo, fragmentos de realidade. Ela é não apenas crítica, mas autocrítica. Reconhecemos a verdadeira racionalidade na capacidade de reconhecer suas insuficiências (MORIN; KERN, 2003, p. 157-158).

Morin (1998) destaca que o pensamento complexo consiste em respeitar a integridade da realidade, ou seja, pensar de maneira não reducionista, simplificada ou mutilada, como se refere o autor ao pensamento dividido em disciplinas. A grande proposta de Morin para a educação para o futuro está na reconstituição dos saberes que, até os dias de hoje, compartimentam-se em disciplinas cada vez mais específicas, contribuindo para um processo de abstração que nos distancia da plena compreensão da totalidade.

Ora, o problema da complexidade não é o de estar completo, mas sim do incompleto do conhecimento. Num sentido, o pensamento complexo tenta ter em linha de conta aquilo de que se desembaraçam, excluindo, os tipos mutiladores de pensamento a que chamo simplificadores e, portanto, ela luta não contra o incompleto, mas sim contra a mutilação. Assim, por exemplo, se tentarmos pensar o fato de que somos seres simultaneamente físicos, biológicos, sociais, culturais, psíquicos e espirituais, é evidente que a complexidade reside no fato de se tentar conceber a articulação, a identidade e a diferença entre todos estes aspectos, enquanto o pensamento simplificador ou separa estes diferentes aspectos ou os unifica através de uma redução mutiladora. Portanto, nesse sentido, é evidente que a ambição da complexidade é relatar articulações que são destruídas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias cognitivas e entre tipos de conhecimento. De fato, a aspiração à complexidade tende para o conhecimento multidimensional. Não se trata de dar todas as informações sobre um fenômeno estudado, mas de respeitar as suas diversas dimensões; assim, como acabo de dizer, não devemos esquecer que o homem é um ser biossociocultural e que os fenômenos sociais são, simultaneamente, econômicos, culturais, psicológicos, etc. Dito isto, o pensamento complexo, não deixando de aspirar à multidimensionalidade, comporta no seu cerne um princípio de incompleto e de incerteza (MORIN, 1998, p. 138).

A obra intitulada “Os sete saberes necessários à educação do futuro” (MORIN, 2000) apresenta sua perspectiva acerca dos fundamentos de uma educação que ultrapassa a atual fragmentação dos saberes que nos conduz à abstração. Para Morin (2000), o conhecimento que produzimos é resultado dos estímulos aos quais estamos condicionados todo o tempo e do processamento de nosso cérebro. Por outra forma, nosso conhecimento é, além de apenas um fragmento da realidade que nos circunda, é também fruto do que nossas mentes são capazes de interpretar. Eis quão difícil é, na concepção do autor, absorvermos e construirmos conhecimentos de forma fidedigna à realidade. Afinal, podemos pensar que somos todos pequenos fragmentos da totalidade do mundo no qual estamos inseridos, portanto, nosso pleno entendimento acerca coisas maiores, coisas da qual fazemos parte, seria algo possivelmente inalcançável. Eis os saberes que a obra (MORIN, 2000) propõe que nos atenhamos para alcançarmos uma educação multidimensional:

- I- As cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão – nessa primeira parte de sua obra, Morin fala sobre os erros e as ilusões quando absorvemos e transmitimos as informações, como os erros mentais, intelectuais e da razão. Propõe que a racionalidade é o melhor método na busca por transmissão e absorção de conteúdos de forma mais clara possível.
- II- Os princípios do conhecimento pertinente – nesse momento o autor evidencia os possíveis problemas que a fragmentação do conhecimento pode causar à nossa compreensão sobre o mundo e sua complexidade. Ele também estabelece relações entre as partes e o todo, estimulando-nos a atentar aos erros e ilusões no processo de pensar a realidade como um todo.

- III- Ensinar a condição humana – utilizando-se da metodologia da transdisciplinaridade, Morin ajuda a reconhecer nossa humanidade ao mesmo tempo em que evidencia a diversidade intrínseca a ela. Ajuda a perceber que, inerente à humanidade, estão aspectos físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais, cuja relação é prejudicada no processo de compartimentação dos conhecimentos.
- IV- Ensinar a identidade terrena – nesse momento, Morin aponta que a revolução tecnológica trouxe a humanidade a um lugar comum de todos nós: a Terra. Embora existam diferentes lugares e costumes no mundo, torna-se necessário ensinar a história da era planetária, iniciada com as grandes navegações imperialistas. Ensina que todos os seres humanos possuem problemas e um final comum.
- V- Enfrentar as incertezas – a imprevisibilidade acerca do futuro trazida pelo século XX, demanda que a educação esteja alinhada às incertezas. Pensar o imprevisível, o incerto, por meio das lições da história é o que deve ser repassado aos alunos contemporâneos. Só assim conseguiremos aliviar nossas dificuldades humanas.
- VI- Ensinar a compreensão – a compreensão diante das condições das outras pessoas deve ser sempre colocada em prática. Não julgar ou subestimar o próximo é um fator essencial para nos comunicarmos de maneira saudável e precisa. A compreensão também precisa ser passada adiante como um valor imprescindível à comunicação humana para que, assim, possamos evoluir em nosso modo de pensar e nos associarmos.
- VII- A ética do gênero humano – compreender e ensinar a natureza “trinitária” do ser humano como sendo indivíduo-sociedade-espécie. Assim, não existe sociedade sem indivíduo nem indivíduo sem sociedade, demandando a idealização e a criação de uma democracia que não seja uma ditadura da maior parcela da sociedade. Construir uma cidadania seria o pressuposto central do indivíduo-espécie.

DICAS



Podemos nos aprofundar na obra *“Os sete saberes necessários à educação do futuro”* (MORIN, 2000) para que alcancemos maior profundidade no pensamento de Edgar Morin. Afinal, um autor de longevidade quase centenária possivelmente contribuirá com vivências e conhecimentos valiosos, principalmente, no que se refere à educação, não como campo isolado do saber, mas como transferência e desenvolvimentos de saberes para gerações posteriores. O livro pode ser acessado por meio do link a seguir: <https://archive.org/details/MORINEdgar.OsSeteSaberesNecessariosAEducacaoDoFuturo/mode/2up>.

Sintetizando a obra de Morin, podemos afirmar que o autor contribuiu muito para a Teoria da Educação, apontando a fragilidade do sistema de fragmentação do conhecimento. O autor contribuiu também para a compreensão acerca da complexidade da realidade, da necessidade da transdisciplinaridade na produção de saberes, tão como proporcionou importantes reflexões acerca do modelo educacional contemporâneo. Apontando para a complexidade dos problemas enfrentados pela humanidade. Morin abre espaço para a discussão sobre possíveis futuras políticas públicas educacionais. Com vista à busca pelos questionamentos fundamentais do ser humano, que estão se perdendo devido à compartimentação do saber em disciplinas independentes e chama à atenção a totalidade da realidade, que não pode ser explicada por meio de saberes isolados.

Em seguida, apresentaremos outro importante autor que inovou no campo da Sociologia: Anthony Giddens.

3 ANTHONY GIDDENS: DA AÇÃO À TERCEIRA VIA

FIGURA 7 – ANTHONY GIDDENS



FONTE: <<http://professorkrauss.blogspot.com/2017/10/teoria-social-em-anthony-giddens.html>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

Nascido na Inglaterra no ano de 1938, **Anthony Giddens** é autor de uma vasta obra. A reformulação dos fundamentos da Sociologia é o tema ao qual direcionou maiores esforços durante sua carreira. Para tanto, Giddens se incumbiu do trabalho de romper com a dicotomia “Indivíduo X Sociedade”.

3.1 RELAÇÃO ENTRE AGÊNCIA E ESTRUTURA: ESTRUTURAÇÃO E PRÁXIS SOCIAL

Distanciando-se da noção reducionista de estrutura como elemento de caráter exclusivamente coercitivo da sociedade, o autor nos apresenta a ideia de agência: capacidade dos indivíduos, nesse caso, “**agentes**”, de agirem conforme seus próprios anseios.

Giddens considera “**estrutura**” um conjunto de regras e recursos aos quais os indivíduos, por meio de suas ações, estão submetidos ao mesmo tempo em que o constrói. Acredita que os agentes “conformam e confirmam” as estruturas simultaneamente. De outra forma, a ação dos indivíduos é responsável pela construção das instituições que compõem as sociedades ao mesmo tempo em que as legitima. Um exemplo que podemos inserir nesse contexto é o das leis de trânsito: as leis de trânsito só existem devido à agência das pessoas que precisaram trafegar de forma mais complexa, submetendo-se a elas devido à necessidade de segurança. Dessa forma, ao se submeterem às leis de trânsito, os agentes as confirmam, legitimam e moldam de acordo com suas necessidades. Assim, Giddens (1984) rompe com a ideia de que a estrutura, nesse caso, o Estado por meio de suas leis de trânsito, age de forma coercitiva sobre os indivíduos, já que surgiram a partir da necessidade deles.

Rompendo com as anteriores concepções sobre a relação entre indivíduos e sociedade, tanto a estritamente coercitiva das estruturas em relação aos indivíduos, quanto a que os sujeitos são plenamente livres em relação às estruturas, Anthony Giddens (1984) concebe a agência não apenas como uma ação realizada por um ator de forma consciente e autônoma, mas também pode existir uma agência inconsciente, ou seja, na qual o ator não tem total conhecimento das causas e/ou consequências. Utilizando outro exemplo simples, consideremos o ato de baixarmos um aplicativo de celular, que apresenta propagandas ao usuário. No momento em que o sujeito que instalou o referido aplicativo, aceita os termos e condições de uso do referido produto, ele aceita a transmissão das propagandas dos patrocinadores do *app* em sua tela e consequentemente garante que o programa digital continue disponível, graças aos recursos advindos do patrocínio. Nesse caso, o usuário do aplicativo não necessariamente entende a toda a trama do funcionamento, porém, contribui com a sua manutenção a partir do momento em que se utiliza de seus serviços.

[...] qualquer resultado ou acontecimento que facilita a realização dos desejos do agente. Não existem interesses sem desejos: mas já que os homens não têm, necessariamente, consciência de seus motivos para atuar de uma determinada maneira, eles tampouco têm um conhecimento sobre quais são seus interesses, numa situação dada. Além disso, seria errado supor que as intenções são sempre coincidentes com os desejos: uma pessoa pode tencionar fazer, e faz, coisas que ela não quer dizer; e pode querer coisas sem tencionar iniciar qualquer ação para obtê-las (GIDDENS, 1978, p. 92).

O agente pode interferir na estrutura inconscientemente por meio de suas ações, isso reafirma a ideia de que os indivíduos, ao mesmo tempo em que são submetidos às regras da estrutura, ele as constrói e manuseia. Tanto a agência consciente quanto a inconsciente são a força motriz do chamado fenômeno da “**estruturação**” explicado por Giddens (1984), que será definido de forma simplificada: um conjunto de agências, ou seja, ações conscientes ou não advinda de atores, que moldam as regras e recursos, em outras palavras, fazem a manutenção de práticas sociais que constroem e são submetido concomitantemente. Podemos concluir que o fenômeno da estruturação advém da “**Práxis Social**”, ou seja, da ação protagonizada por agentes que criam as normas basilares do comportamento social.

A racionalização do comportamento expressa a fundamentação causal da actividade ao ligar os propósitos [que é o mesmo que intenções] às condições da sua realização no curso da práxis da vida diária. Mais do que dizer simplesmente que as razões são, ou poderão ser, causas, será mais correcto referir que a racionalização é a expressão causal dos fundamentos da finalidade do agente no autoconhecimento e no conhecimento do mundo social e material que são o ambiente do ente [ou ser] actuante (GIDDENS, 1996, p. 103).

O autor propõe que a racionalização da ação, ou seja, a ação reflexiva, é uma ferramenta que podemos utilizar a favor de agências mais eficazes. Em outras palavras, quando colocamos no papel nossos planos de ação e refletimos sobre eles, temos maior probabilidade de agir com sucesso sobre determinada estrutura. A **reflexividade**, segundo Giddens (BECK, GIDDENS, LASH, 2000), pode conduzir com mais chances de sucesso as nossas condutas e, conseqüentemente, mais chances teremos de modificar a dinâmica social.

As capacidades reflexivas do ator humano estão caracteristicamente envolvidas, de um modo contínuo, no fluxo da conduta cotidiana, nos contextos da atividade social. Mas a reflexividade opera apenas parcialmente num nível discursivo. O que os agentes sabem acerca do que fazem e de por que o fazem – sua cognoscibilidade como agentes – está largamente contido na consciência prática. Esta consiste em todas as coisas que os atores conhecem tacitamente sobre como “continuar” nos contextos da vida social sem serem capazes de lhes dar uma expressão discursiva direta (GIDDENS, 1984, p. 25).

A reflexividade pode ser definida então como a capacidade do ser humano de tomar decisões pensadas de maneira calma e premeditada. Em outras palavras, reflexividade significa o planejamento em relação às nossas ações futuras, como um professor que planeja sua aula, um técnico de futebol que planeja suas táticas de jogo ou como um artista ensaia a melhor maneira de interpretar um papel. O planejamento talvez seja a manifestação da capacidade do ser humano de prever, pelo menos em algum grau, os resultados de suas ações posteriores, fruto de muita reflexão e problematização.

Introduzida a importância da reflexividade, no pensamento de Anthony Giddens, avançaremos para outros conceitos-chave do mesmo autor, permitindo-nos compreender melhor a ideia de modernidade ao mesmo tempo em que descobrimos a relação entre a contemporaneidade e a reflexão.



Anthony Giddens contribuiu de forma grandiosa com a Sociologia, avançando com regras e métodos para a pesquisa na área. Sua obra intitulada “*Sociologia*” nos ajuda a compreender melhor as mudanças pelas quais a disciplina passou nas últimas décadas, o contexto mundial no qual está inserida e os novos problemas trabalhados na Sociologia Contemporânea. O livro está disponível por meio do link a seguir: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3114970/mod_resource/content/1/Anthony_Giddens_Sociologia.pdf.

3.2 MODERNIDADE REFLEXIVA, CONSEQUÊNCIAS DA MODERNIDADE E TERCEIRA VIA

Avançando na teoria de Anthony Giddens chegaremos ao conceito de “**Modernidade**”, elaborada pelo autor concomitantemente às noções de agência e estrutura. Primeiramente, o sociólogo caracteriza a Modernidade em três aspectos fundamentais. São eles:

1º Presença de fortes instituições:

- capitalismo avançado (auge da produção, consumo e acumulação de mercadorias);
- controle de informações (existência de grandes bancos de dados sobre a população);
- supervisão social (monitoramento em tempo integral);
- industrialismo (intensa atividade fabril);
- Poder Militar (braço armado do Estado como garantia de funcionamento das leis).

2º Rompimento com os limites espaço-tempo:

- Tempo e espaço reduzidos (auge das tecnologias facilitadoras de transporte e informação).
- Práticas sociais com contornos variados (multiplicidade de causas e objetivos de vida).
- Globalização (fenômeno de internacionalização da dinâmica capitalista).

3º Domínio da reflexividade das ações:

- Rompimento com o domínio das tradições sobre as ações (costumes tradicionais e/ou religiosos rompidos por ações pensadas previamente).
- Reflexão imperando ante as decisões humanas como nunca antes (planejamento, métodos e planos de ação humana cada vez mais avançados).

Para Giddens (BECK; GIDDENS; LASH, 2000), a “alta Modernidade” se apresenta como o momento do auge de intensidade de todos os aspectos citados acima. A alta Modernidade recebe o rótulo de “**Modernidade Reflexiva**”, uma vez que as decisões são tomadas por meio de agentes que se utilizam da reflexão em detrimento dos costumes, crenças, tradições ou quaisquer outras bases comportamentais, muito mais do que em relação a tempos passados.

Essas são as principais consequências da Modernidade (GIDDENS, 1991) para o autor, que ainda salienta as modificações comportamentais implicadas pelo sistema capitalista. Giddens (1991) afirma que as consequências da Modernidade advindas exclusivamente do capitalismo são:

- a acumulação do capital no contexto de trabalho e de mercados de produtos competitivos (concentração de riquezas nas mãos de minorias);
- o industrialismo, que implica profundas transformações na natureza (exploração exacerbada de recursos naturais);
- o Poder Militar, que se incumbe do controle dos meios de violência no contexto da industrialização e da guerra (o fortalecimento do exército como garantia de atividades econômicas favoráveis);
- a vigência, que consiste no controle da informação e na supervisão social (vigilância e perda da privacidade por conta de informações compartilhadas).

Como podemos observar, é intrínseco ao pensamento de Giddens a ideia de que o sistema capitalista é fator preponderante que molda a modernidade no espaço-tempo. Espaço esse cada vez menos provido de fronteiras devido à tendência globalizante natural da Modernidade. O tempo também é rompido, principalmente por meio das tecnologias e dos meios de comunicação, cada vez mais rápidos e eficientes.

Sem dúvidas, o capitalismo globalizado que esculpiu a modernidade acarreta uma ampla diversidade de consequências deletérias para toda a humanidade. É comum acessarmos notícias sobre guerras civis e internacionais, fome, miséria, doenças, exploração de trabalhadores e da natureza, poluição e até mesmo a escravidão na contemporaneidade. Visto a preponderância do sistema capitalista sobre os fenômenos globalizantes e uma possível decadência dos modelos socialistas de sociedade, Giddens propõe um modelo de organização social que transita entre os dois sistemas (capitalista e comunista): **A Terceira Via**:

Vou supor que “terceira via” se refere a uma estrutura de pensamento e de prática política que visa adaptar a socialdemocracia a um mundo que se transformou fundamentalmente ao longo das duas ou três últimas décadas. É uma terceira via no sentido de que é uma tentativa de transcender tanto a socialdemocracia do velho estilo quanto o neoliberalismo (GIDDENS, 2001b *apud* SELL, 2006, p. 75).

Giddens se apoia na ideia de que o Estado fracassou tanto na proposta capitalista quanto na socialista. O sociólogo acredita que dentre as consequências do capital estão a miséria, a acumulação, o desemprego e a desigualdade, que são problemas inerentes à propriedade privada. Tais mazelas, consideradas inadmissíveis pelo autor, não foram controladas pelo poder do Estado e, devido às condições criadas pela globalização, também impossibilitaram as reformas socialistas por vias estatais.

Para compreendermos melhor a dicotomia Esquerda X Direita política, observemos o Quadro 1, a seguir, a fim de entendermos o ponto de equilíbrio que Anthony Giddens tenta alcançar por meio da Terceira Via:

QUADRO 1 - PARTICULARIDADES DA ESQUERDA E DIREITA POLÍTICA

ESQUERDA	DIREITA
Defende intervenção econômica do Estado.	Liberdade de mercado.
Liberdade total para vida sexual e familiar.	Moralismo tradicional, regulamentação da vida civil.
O crime é produto da desigualdade social.	O crime resulta da desagregação familiar resultante da entrada das mulheres no mercado de trabalho.

FONTE: Adaptado de <<https://www.sabedoriapolitica.com.br/economia-politica/terceira-via/>>. Acesso em: 13 fev. 2020.

A Terceira Via de Anthony Giddens propõe a revitalização da Democracia combinada à ação política que adentrasse à lacuna entre a falida intervenção estatal sobre a economia e liberdade de mercado que garante o acúmulo de capital por parte de uma minoria. O moralismo também seria algo moderado, adotando uma postura que não controlasse de forma tão agressiva as condutas individuais, mas que se afastasse da suposta libertinagem da esquerda. Giddens acreditava em uma “política sem inimigos”, na qual a sabedoria da reflexividade poderia harmonizar as liberdades individuais e a igualdade de direitos. Assim, sintetizamos no Quadro 2, a seguir, as principais características da Terceira Via proposta por Giddens:

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA PROPOSTA DE GIDDENS POR UMA POLÍTICA PARA ALÉM DA VELHA DINÂMICA ESQUERDA X DIREITA

- Intervenção do Estado na Economia para garantir uma balança favorável ao mesmo tempo em que evita as desigualdades sociais das transações mercantis de livre comércio.
- Liberdade moderada em relação à sexualidade e outros controles sobre as populações, de forma com que a sociedade não se sentisse sob alvo de repressões desnecessárias. A suposta libertinagem seria tolhida, pois isso poderia levar a possíveis desvios de conduta que levaria a outras consideradas nocivas à sociedade.
- A política sem inimigos garantiria a atenção às necessidades e anseios de todos os membros da sociedade, evitando o preconceito em relação às mulheres no interior do mercado de trabalho e diminuiria o peso da estrutura familiar no que tange a criação de uma sociedade isenta de criminalidade.

FONTE: O autor

Como em Anthony Giddens é possível notar certa dificuldade na separação entre a plena reflexividade comumente proposta por profissionais da Sociologia e idealismos pessoais, vide a proposta da Terceira Via política. No entanto, são notáveis as contribuições emergentes do pensamento do autor. Sabendo da importância sobre diferentes perspectivas acerca da obra de grandes autores como Anthony Giddens, é desejável que façamos leituras complementares, preferencialmente do próprio autor e de outros intérpretes de sua obra.

RESUMO DO TÓPICO 2

Neste tópico, você aprendeu:

- Edgar Morin é um pensador contemporâneo que fez grandes contribuições para os campos da Sociologia e da Educação.
- As Teorias Morinianas da Complexidade e da Transdisciplinaridade apresentam argumentos a favor de uma profunda reforma educacional.
- Anthony Giddens é um sociólogo contemporâneo que contribuiu com a formulação de novas premissas para o estudo da Sociologia.
- Agência e estrutura são centrais na teoria de Giddens e fornecem as bases para a compreensão do que o autor chama de Modernidade Reflexiva.
- Giddens fornece uma teoria cognominada Terceira Via como alternativa ao Capitalismo e ao Socialismo.

AUTOATIVIDADE



- 1 Edgar Morin é um pensador francês que carrega uma série vivências que possibilitaram inúmeras reflexões e problematizações acerca do ser humano. Ex-soldado que lutou na Segunda Guerra Mundial contra os alemães, Morin dedica maior parte da vida ao estudo da Educação, apresentando-nos o conceito de complexidade e sua relação com a dinâmica educacional dominante. As afirmações a seguir dizem respeito à obra de Edgar Morin, porém, algumas opções estão INCORRETAS. Identifique-as e, em seguida, marque a alternativa correspondente:
- I- Edgar Morin acredita que a realidade é demasiado complexa e que a compartimentação, ou seja, subdivisão dos conhecimentos em campos específicos são um atraso à plena compreensão da realidade na qual estamos inseridos.
 - II- A transdisciplinaridade proposta por Morin consiste, não em negar as disciplinas trabalhadas de forma isolada, mas em apontar a relação que elas possuem com outros campos do conhecimento.
 - III- Morin aposta na transdisciplinaridade para orientar o futuro do sistema educacional mundial, acreditando que somente por meio de um conhecimento holístico, interdisciplinar da realidade, é que conseguimos alcançar, ao menos em parte, a compreensão acerca da complexidade da realidade.
 - IV- Edgar Morin acredita que as universidades deveriam compartimentar os campos de saber ao mesmo tempo em que revela a correlação entre as matérias estudadas em sala de aula sempre que possível.

A alternativa INCORRETA é:

- a) () I e II.
- b) () II e IV.
- c) () Apenas a III.
- d) () Apenas a IV.
- e) () Todas.

- 2 Anthony Giddens contribuiu de forma sólida para o avanço da Sociologia como campo independente do saber. Além de estudar novas alternativas metodológicas para a disciplina, foi um grande estudioso das ações dos indivíduos e da influência que elas exercem na construção dos padrões sociais criados pelos indivíduos e reafirmado por eles, constituindo assim as estruturas que normalizam as sociedades. Considere as afirmativas a seguir que versam sobre a teoria de Giddens e, em seguida, associe a letra V às alternativas verdadeiras e a letra F às falsas:

- () Giddens rompe com a dicotomia Indivíduo X Sociedade e insere dois novos conceitos no estudo da Sociologia: Agente e estrutura.
- () Os Agentes são aqueles indivíduos que trabalham na estrutura do Estado e, portanto, são responsáveis pela criação das leis que regem a Sociedade.
- () A Ação para Giddens, é proveniente dos Agentes que, ao mesmo tempo em que criam as estruturas sociais as legitimam.
- () Giddens Rompe com a ideia de que o Estado ou a Sociedade são elementos estritamente coercitivos em relação aos indivíduos.

Agora marque a alternativa que corresponde à sequência CORRETA:

- a) () V – F – V – F.
- b) () V – F – V – V.
- c) () V – V – F – V.
- d) () V – V – V – V.
- e) () F – V – F – V.

- 3 A Terceira Via é uma proposta de Giddens sobre a alternativa política às contradições do capitalismo neoliberal e às supostas insuficiências dos regimes socialistas. O sociólogo sugere a existência de um regime político que supere às desigualdades e sofrimentos causados pelo capitalismo globalizado e algumas características consideradas utópicas inerentes à ideologia comunista. Podemos citar três características fundamentais, tanto do capitalismo quanto do socialismo às quais Giddens busca um equilíbrio para que seja possível a implantação da chamada Terceira Via. Descreva-as apresentando a proposta do autor inerente à Terceira Via.

DAS RELAÇÕES DE PODER À DEMOCRACIA

1 INTRODUÇÃO

Estudaremos, a seguir, neste último tópico da primeira unidade, uma introdução ao pensamento de Michel Foucault, pensamento acerca da disciplina em tempos recentes e seus reflexos no chamado Controle Social. Em seguida, desenvolveremos os conceitos de Biopoder, Biopolítica e o governo dos corpos e das populações do mesmo autor.

Seguiremos com o influente Pierre Bourdieu e suas teorias do Campo Social, Habitus e Capital Social. Trabalharemos também os conceitos de Interação Estruturada, Conservação e Subversão de Bourdieu.

Finalizaremos a Unidade 1, com Jürgen Habermas e seus conceitos de Modernidade e Ação Comunicativa. Encerraremos com discussões acerca das ideias do pensador sobre os importantes temas da democracia e participação, assuntos de notável relevância no contexto contemporâneo.

2 MICHEL FOUCAULT: DISCIPLINA E CONTROLE SOCIAL

Professor francês contribuinte em diversos campos do saber, **Michel Foucault** inicia sua carreira com estudos voltados à Psicologia e suas investigações acerca da loucura. Seu interesse pelo tema emergiu de sua internação numa clínica psiquiátrica após uma tentativa de suicídio. Apesar da reprovação de seu pai em relação a sua escolha acadêmica, Foucault recebeu grande incentivo por parte de sua mãe, alcançando grandes inovações com seu pensamento provocativo. Torres (2016, p. 20) faz uma breve biografia do pensador:

Paul-Michel Foucault, filho e neto de renomados cirurgiões de mesmo nome, nasceu em Poitiers, uma cidade localizada no centro-oeste da França, às margens do Rio Clain, em 15 de outubro de 1926. Ingressou no Liceu Henri IV antes mesmo dos quatro anos de idade para não se separar de sua irmã mais velha de nome Francine e apesar de decepcionar seu pai com a escolha de não seguir a carreira médica, obteve de sua mãe, Anne Malapart, o apoio e incentivo necessários para que ele se engajasse na carreira que desejava. Anne contratou um professor de filosofia – que talvez tenha sido determinante para

o direcionamento da carreira de Foucault – de nome Louis Girard, pois Anne seguia com veemência a máxima de seu pai, Dr. Malapart, também cirurgião, que a mais importante lição na vida era “aprender a governar a si mesmo”. No ano de 1946, Michel ingressa na Escola Normal Superior da França, onde conheceu influentes pensadores como Pierre Bourdieu, Jean-Paul Sartre entre outros, além de ter sido aluno de Maurice Merleau-Ponty.

FIGURA 8 - MICHEL FOUCAULT



FONTE: <<https://blogacritica.blogspot.com/2014/09/o-antes-e-o-depois-de-michel-foucault.html>>. Acesso em: 14 fev. 2020.

As primeiras obras publicadas por Foucault foram “Doença mental e psicologia” (1954), finalizada aos 28 anos de idade e “História da Loucura” (1961), na qual o autor problematiza o conceito de normalidade e loucura. O pensamento de Foucault pode ser dividido em três momentos: o primeiro momento é conhecido como **“Arqueologia do saber”**, o segundo **“Genealogia do poder”** e, por último, a **“Estética da existência”** ou **“Ontologia do presente”**.

A primeira fase de seu método de pesquisa é fundada nos estudos da História a fim de investigar os “saberes soterrados” por meio de sua Arqueologia do Saber. Nesse momento, Foucault busca a interpretação acerca das verdades produzidas por meio de embates entre discursos. O resultado desse embate de ideias é a sobreposição de um discurso sobre outro. O discurso que se sobrepõe se torna a “verdade” de um determinado tempo e, por sua vez, o discurso sobreposto é “soterrado” e perde seu valor no dado momento, o que não significa necessariamente que o discurso dominante seja de fato uma verdade e vice-versa. O método arqueológico de Foucault estuda as condições materiais nas quais ocorreu o embate entre os discursos, revelando como as verdades são produzidas ao passar do tempo.

A metodologia construída por Michel Foucault, em um primeiro momento, recebeu o nome de arqueologia do saber e tratava “de estudar as condições de possibilidade em que se deram a construção dos discursos de saber, em seus jogos de verdade, na constituição das ciências humanas” (VASCONCELLOS, 2007, p. 12), ou seja, partindo do pressuposto de que o estabelecimento de verdades aconteça através de um embate de forças em determinado contexto, a metodologia tem como objetivo estudar o terreno onde ocorre tal disputa, “escavando” o contexto que gerou a possibilidade desses discursos se estabelecerem como verdades únicas. Ao estudar as transformações dos discursos que engendraram determinados conceitos e os tornaram verdades em momentos históricos específicos, Foucault tende a desnaturalizar as práticas discursivas, investigando as características, tanto sociais quanto subjetivas desses discursos, que só podem ser encontradas através de uma análise histórica densa e precisa (TORRES, 2016, p. 21).

A Genealogia do Poder consiste, em tal momento, na investigação sobre as relações de poder existentes em meio à sociedade. O conceito de relações de poder em Foucault é de fundamental importância em sua obra, pois concebe o poder como algo que não se detém, que não possuímos, mas que se manifesta por meio de relações. Podemos não perceber à primeira vista, porém, de acordo com Foucault (2008a), as relações de poder estão intrínsecas às interações mais corriqueiras da humanidade. Um bom exemplo é a relação de poder entre professores e alunos que, ao estar implícito que um professor estudou mais determinado tema antes proferir o mesmo aos estudantes, o discurso do professor passa a ser legitimado por sua graduação e talvez por sua especialização no tema. Assim, seus discursos são comumente concebidos como verdades pelos alunos. É nesse momento que se manifestam as relações de poder: o professor concebido como o detentor da verdade, exerce poder sobre os alunos por meio das palavras e tal relação, conforme o autor, incide sobre os corpos e possui consequências materiais.

A segunda fase de seu pensamento, considerada uma inovação teórico-conceitual a qual será atribuída maior destaque no presente trabalho, é conhecida como a “genealogia do poder”, que consiste, de modo sumário, da mesma forma, no estudo de um apanhado historiográfico bastante abrangente, mas que dessa vez objetiva estudar as relações de poder que permeiam todo o aparato social a partir da análise das resistências resultantes dessas relações. A partir desse momento, o foco de suas investigações foram “as formas segundo as quais os discursos de saber produziam em seu bojo práticas de poder sobre os corpos a partir de tecnologias de aprisionamento e controle as mais variadas” (VASCONCELLOS, 2007, p. 13) que também serão abordadas de forma mais completa no decorrer deste capítulo. Esta importante fase do pensamento foucaultiano marcou um período de forte ascensão de suas ideias no contexto de uma França tomada por movimentos sociais de resistência às atrocidades nazifascistas, quando militou contra as péssimas condições de encarceramento prisional daquele país e a favor da visibilidade homossexual. O ápice de sua militância ocorreu com a publicação de *Vigiar e punir: o nascimento das prisões* e *A vontade de saber: História da sexualidade I*, publicadas respectivamente em 1975 e 1976, onde o autor trabalhou de forma mais detalhada as tecnologias de “assujeitamento” (TORRES, 2016, p. 22).

Foi nesse segundo momento de seu pensamento que ele desenvolveu as teorias mais relevantes de sua obra, talvez pelo fato de falecer em decorrência dos males causados por sua doença no ano de 1984. Interrompe-se, assim, a terceira fase de seu pensamento conhecido como estética da existência ou ontologia do presente. Nesse momento, Foucault reflete sobre o cuidado de si como consequência da “biopolítica”, conceito que abordaremos com detalhes mais a diante.

O terceiro e último momento de seu pensamento foi permeado, agora, por preocupações acerca das “urgências do presente e orientado para o que ele chegou a chamar de ‘estética da existência’ ou ‘ontologia do presente’” (VASCONCELLOS, 2007, p. 15), concebendo a filosofia como forma de viver. O “cuidado de si” entra em cena como resultado de tecnologias de poder que objetivam controlar o sexo e, conseqüentemente, as condutas individuais e populacionais que estariam diretamente ligados aos atos sexuais. A ética trabalhada nas obras História da sexualidade II e III, O uso dos prazeres e O cuidado de si foi característica fundamental das abordagens deste Foucault calado pelas complicações da AIDS, que o levou a óbito no ano de 1984 (TORRES, 2016, p. 23).

A genealogia do poder foi o momento mais denso de sua obra por abordar o tema “**poder**” e sua dinâmica de manifestação na sociedade. Em “Vigiar e punir” (FOUCAULT, 1997) Foucault insere a disciplina como elemento ferramenta de docilização dos corpos. De outra forma, as disciplinas, observadas de forma mais atenta por Foucault em seus estudos sobre as prisões, resultando na obra mencionada acima, constituíam uma técnica de poder que é resultado de transformações nos modos de governar mais primitivos. Passando pelo **poder pastoral** responsável pela condução das sociedades por meio de discursos de cunho religioso que, depois de passar por adaptações em decorrência das condições materiais provocadas pelo tempo, transformou-se em **poder soberano**. O poder soberano, por sua vez, concedia ao soberano o direito sobre vida e morte de seus súditos, muito mais violento do que coercitivo em relação ao poder pastoral. O poder soberano também passa por suas modificações, principalmente com o advento do Direto. Eis que surge o **poder disciplinar**, responsável pela normalização das condutas subjetivas, legitimado pelas normas sociais que resultaram nas leis asseguradas pelo Direito.

O poder disciplinar é, de acordo com os estudos de Foucault, um conjunto de mecanismos que operam sob a forma de normalizações que controlam os corpos de forma a transformar os indivíduos em objetos úteis. É, principalmente, a partir dos séculos XVII e XVIII que a disciplina consegue se tornar uma ferramenta de controle dos indivíduos pelos próprios indivíduos. Por meio do olhar hierárquico, sanções disciplinares e a própria dinâmica capitalista é que o poder disciplinar se manifesta e faz com que os indivíduos passem a fiscalizar os outros e ele mesmo. O direito é um dos exemplos mais notáveis de governo de si e dos outros: os juizes de Direito possuem autonomia para julgar cada caso de acordo com o que está prescrito em leis, manifestando as consequências do poder disciplinar em outros corpos e, ao mesmo tempo, precisa se submeter a uma disciplina para estudar e se tornar um juiz. Conforme Rosa (2018, p. 31-32):

O poder disciplinar, que possui como um de seus principais métodos de controle a vigilância, opera de forma a controlar também o tempo, ou seja, submete o corpo ao tempo com a finalidade de obter maior produtividade naquilo que o corpo é condicionado a realizar. Através da vigilância, a disciplina consegue fazer com que as relações de poder se tornem positivas, ou seja, as relações de poder são o que constroem o indivíduo, fazendo com que ele se torne produto do poder e do saber.

2.1 BIOPOLÍTICA: EDUCAÇÃO DOS CORPOS E GOVERNO DAS POPULAÇÕES

Foucault (2008a; 2008b) afirma que, a partir do século XX, o poder disciplinar passa a necessitar de uma nova configuração para se legitimar e perpetuar. Novos mecanismos de controle são inseridos na sociedade por meio de um capitalismo mais puro: o chamado neoliberalismo. O capitalismo neoliberal consiste, de acordo com o mesmo autor, em uma decadência do Estado de bem-estar social combinada ao aumento das forças de segurança, que garante, por meio não só da disciplina e da punição, mas agora por meio de um estímulo ao “viver mais” e “viver melhor”, a legitimação de tal tecnologia de poder por parte de populações inteiras: nasce o “**biopoder**”.

[...] série de fenômenos que me parece bastante importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. É em linhas gerais o que chamo, o que chamei, para lhe dar um nome, de biopoder (FOUCAULT, 2008b, p. 3).

O **biopoder**, ao contrário do poder soberano no qual o rei detinha o direito de tirar vidas ou deixar viver, opera sobre os corpos e as populações de forma a incentivar o bem-estar individual por meio de cuidados com o corpo, com a saúde, com a prevenção de doenças e de outros males provocados pelo próprio regime neoliberal. A manifestação do biopoder, a chamada “**biopolítica**”, consiste basicamente na articulação entre todas as tecnologias de poder anteriores: poderes pastoral, soberano e disciplinar.

[...] o liberalismo, a arte liberal de governar vai se ver obrigada a determinar exatamente em que medida e até que ponto o interesse individual, os diferentes interesses – individuais no que têm de divergente uns dos outros, eventualmente de oposto – não constituirão um perigo ao interesse de todos. Problema de segurança:

proteger o interesse coletivo contra os interesses individuais. Inversamente, a mesma coisa: será necessário proteger os interesses individuais contra tudo o que puder se revelar, em relação a eles, como um abuso vindo do interesse coletivo. É necessário também que a liberdade dos processos econômicos não seja um perigo, um perigo para as empresas, um perigo para os trabalhadores. A liberdade dos trabalhadores não pode se tornar um perigo para a empresa e para a produção (FOUCAULT, 2008a, p. 89).

Considerado o trecho acima, podemos conceber que a biopolítica opera de modo a perpetuar a dinâmica neoliberal pautada na economia de livre mercado e na propriedade privada. Assim, essa complexa tecnologia de poder manifesta contemporaneamente, dá à luz a um novo indivíduo calculista, competitivo e economicista, que vive à mercê da dinâmica liberal do capitalismo: o **homo economicus**. Esse novo indivíduo surgido no contexto da biopolítica é moldado pelos interesses do mercado e está submetido às demandas por tempo de investimento em si mesmo. Em outras palavras, os indivíduos agora precisam investir em tempo que será convertido a si mesmo, por exemplo, o investimento nos estudos que demanda tempo e dinheiro, para que assim, no futuro, possa trabalhar para gerar mais capital. Todo esse cálculo equivale a uma espécie de economia política do trabalho, do tempo e da vida.

Podemos sintetizar o biopoder da seguinte forma: uma tecnologia de poder resultante da articulação de todas as outras tecnologias identificadas por Foucault, que tem como foco o governo dos corpos e de populações inteiras, perpetuando a dinâmica neoliberal. A manifestação do biopoder, a biopolítica, opera de forma completa sobre os mais íntimos comportamentos individuais e se legitima pelo incentivo ao bem viver, ao viver mais e com mais qualidade de vida.

Agora que estudamos a teoria instrumental de Michel Foucault, avancemos para outros autores contemporâneos, que muito influenciaram o campo da Sociologia com seus conceitos e teorias.

3 PIERRE BOURDIEU: HABITUS, CAMPO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL

Falaremos agora um pouco sobre **Pierre Bourdieu**, sociólogo francês, nascido na cidade de Denguin, no dia primeiro de agosto de 1930 e falecido em 2002. Formou-se em Letras e, posteriormente, em Filosofia. Foi enviado à Argélia para cumprir deveres militares obrigatórios e acabou se tornando professor de Letras na Capital do país, Argel. Embora contemporâneo, seu trabalho é tão reconhecido na academia quanto o dos clássicos da Sociologia. Empreendeu uma severa crítica aos mecanismos de reprodução das desigualdades sociais. Publicando obras nos campos da educação, cultura, literatura, arte, mídia, linguística e política, Pierre Bourdieu foi amplamente reconhecido nos campos da Antropologia e Sociologia, utilizando-se das influências dos três clássicos: Durkheim, Marx e Weber.

FIGURA 9 - PIERRE BOURDIEU



FONTE: <<https://colunastortas.com.br/gostos-de-classe-e-estilos-de-vida-pierre-bourdieu-resenha/>>. Acesso em: 14 fev. 2020.

Entre suas principais teorias, o **Habitus** é elemento central para compreensão das ideias do referido pensador. Lançando mão de análises sobre a relação entre as condutas subjetivas e o ambiente no qual elas nascem, Bourdieu (2001) reafirma a inter-relação entre indivíduos e sociedade, entendendo que não deve haver separação entre agente e estrutura social pelo fato dos dois elementos estarem dialeticamente relacionados. Assim, ele considera o Habitus como “**estruturas estruturadas**” e, ao mesmo tempo, “**estruturas estruturantes**”. Isso significa que o Habitus é adquirido por meio da sociedade que, por sua vez, é moldada pelo Habitus dos indivíduos.

O Habitus, na concepção de Bourdieu, trata-se de uma grade de inteligibilidade utilizada pelos indivíduos para enxergar o mundo em que habita. Utilizando uma linguagem mais simples, o Habitus consistiria na forma com a qual cada indivíduo interpreta os estímulos que a sociedade direciona a ele. Cada indivíduo possui uma maneira de receber informações exteriores, interpretá-las e, por conseguinte, reproduzi-las. Dessa forma, cada indivíduo apreende a realidade de maneira particular e, posteriormente, pode exteriorizar tal conteúdo absorvido também de maneira única. Assim, o Habitus constitui a maneira com a qual os seres humanos interagem com a materialidade do mundo: absorvendo a realidade de sua maneira e reproduzindo sua interpretação de sua maneira, estruturando e sendo estruturado pela sociedade, falando em grosso modo.

[...] a verdade da experiência primeira do mundo social, isto é, a relação de familiaridade com o meio familiar, apreensão do mundo social como mundo natural e evidente, sobre o qual, por definição, não se pensa, e que exclui a questão de suas próprias condições de possibilidade. O conhecimento que podemos chamar de objetivista (de que a hermenêutica estruturalista é um caso particular) (que) constrói relações objetivas (isto é, econômicas e linguísticas), que

estruturam as práticas e as representações práticas ao preço de uma ruptura com esse conhecimento primeiro e, portanto, com os pressupostos tacitamente assumidos que conferem ao mundo social seu caráter de evidência e natural [...] Enfim, o conhecimento que podemos chamar de praxiológico (que) tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade (BOURDIEU, 1983b, p. 46-47).

Para Pierre Bourdieu (1983a/b), “**Campo Social**” consiste nas condições nas quais o agente está inserido para que o Habitus seja mediador de sua agência. Ou seja, o campo é o ambiente no qual o indivíduo absorve, interpreta e, talvez, aja em decorrência do que foi por ele apreendido. O campo já é uma estrutura pré-constituída que vai influenciar sobre as ações do agente. Um exemplo que pode muito bem contextualizar um Campo Social é uma sociedade onde o ato de roubar é considerado crime. Nesse campo, o agente recebe estímulos que, de acordo com sua grade de inteligibilidade, com sua forma de enxergar e interpretar o mundo, pode fazer o mesmo conceber o crime como algo inviável em detrimento de condutas que não envolvam a expropriação de bens materiais alheios. Uma vez que o agente absorve e reproduz tais informações concedidas pelo campo de maneira particular, ele pode responder às normas preestabelecidas naquele espaço em dado momento de sua maneira. Fica assim explícita a proporção de autonomia que o indivíduo possui conforme as análises de Bourdieu. Pereira (2015) sintetiza o conceito de Campo Social em Bourdieu da seguinte maneira:

Campo é um microcosmo social dotado de certa autonomia, com leis e regras específicas, ao mesmo tempo em que influenciado e relacionado a um espaço social mais amplo. É um lugar de luta entre os agentes que o integram e que buscam manter ou alcançar determinadas posições. Essas posições são obtidas pela disputa de capitais específicos, valorizados de acordo com as características de cada campo. Os capitais são possuídos em maior ou menor grau pelos agentes que compõem os campos, diferenças essas responsáveis pelas posições hierárquicas que tais agentes ocupam (PEREIRA, 2015, p. 341).

Quanto à noção de **Capital Social**, Bourdieu (1983a/b) o apresenta como relações de poder no interior do Campo Social. Os detentores do Capital Social são classificados pelo autor como dominantes e dominados. Quem possui maior Capital Social, os dominantes, acaba por dominar a parcela que possui menor Capital Social: os dominados. Os atores dessa trama estão em constante busca por acúmulo e potencialização do Capital Social, que é sempre pré-definido pelas condições do Campo Social no qual estão inseridos. O principal resultado do acúmulo de Capital Social é o avanço em determinadas posições sociais. Eis a definição de **Capital Social** por Bourdieu (1998, p. 67):

[...] o conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis.

Podemos sintetizar o conceito de Capital Social como uma série de **atributos individuais**, que lhes fornece respeito e, consequentemente, poder de influência sobre outros membros da sociedade e capacidade de ação capaz de mover o sujeito dentro de determinado campo social. Por exemplo: se eu possuo baixa escolaridade, porém, sou detentor de uma grande propriedade produtiva e consigo arrecadar muito dinheiro em impostos, esse será meu capital social mais valioso. Nesse caso, eu possuo mais **respeito** frente ao Estado, que também ganha com o imposto arrecadado de minhas terras, em relação a quem não gera impostos. Agora, caso eu possua formação em uma renomada universidade e a mesma propriedade, meu respeito no contexto (campo social) no qual vivo será maior, portanto, meu capital social será maior. Por fim, capital social é aquilo que possuímos e/ou somos e que é capaz de nos fornecer maiores oportunidades de ascensão social, ou seja, melhores condições de vida.

Existem vários **tipos de Capital Social** de acordo com a teoria de Bourdieu. São eles:

- Capital Cultural.
- Capital Econômico.
- Capital Simbólico.
- Capital Político.

O autor explica que cada um dos tipos de Capital Social possui um grau de relevância de acordo com o Campo Social no qual está inserido. Em outras palavras, cada território valoriza mais um Capital Social em detrimento de outro, portanto, podemos afirmar que nem sempre o Capital Cultural, por exemplo, será determinante para que dado indivíduo ascenda em sua posição social em um Campo Social onde o Capital Econômico é mais valorizado.

3.1 INTERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E SUBVERSÃO

A “**Interação**” dos indivíduos com as estruturas estruturadas se dá por meio de práticas estruturantes dos agentes, que podem se submeter às condições do Campo Social no qual está inserido num processo de “Conservação” de sua posição social ou travar “lutas simbólicas” com o objetivo de “Subversão” dessa posição. Para simplificar, podemos considerar a **Conservação** como a aceitação de sua posição social por determinado indivíduo, seja por sua própria vontade ou pelas condições de seu Capital Social em dado Campo Social. Por sua vez, o indivíduo que almeja a mudança de sua posição social, trava o embate simbólico rumo à **Subversão**, mudança de tal posição.

Os que participam da luta contribuem para a reprodução do jogo contribuindo [...] para produzir a crença no valor do que está sendo disputado. Os recém-chegados devem pagar um direito de entrada que consiste no reconhecimento do valor do jogo [...] e no conhecimento (prática) dos princípios de funcionamento do jogo. Eles são levados a estratégias de subversão que, no entanto, sob pena de exclusão, permanecem dentro de certos limites. E de fato, as revoluções parciais que ocorrem continuamente nos campos não colocam em questão os próprios fundamentos do jogo (BOURDIEU, 1983a, p. 91).

Podemos concluir que os agentes podem interferir nas estruturas estruturadas por meio de suas práticas, porém, a luta simbólica travada para Subversão de sua posição na estrutura depende de sua condição no Campo Social, ou seja, do Capital Social do qual dispõe. Contribuindo para a reprodução do “jogo” ou estabelecendo revoluções parciais dentro do Campo Social no qual está inserido, o agente, por meio de suas práticas, perpetua o ciclo de estruturação das estruturas. Bom exemplo são nossas escolhas acerca do curso superior que escolhemos. Já existe uma estrutura estruturada que somos condicionados a absorver desde crianças e, uma delas, é relacionada ao respeito que o curso possui e, conseqüentemente, o respeito que ele irá atribuir ao aluno. Sabemos que um curso de Direito possui muito mais prestígio do que um curso de Ciências Sociais. Podemos considerar que o Curso de Ciências Sociais me ensinará muito mais sobre problemas cotidianos e suas possíveis soluções, que seria meu interesse inicial, do que o curso de Direito. Ao supormos que são iguais as condições de entrada e permanência em ambos os cursos, tão como a satisfação pessoal e os salários recebidos por meio dos empregos que qualquer um dos cursos nos proporcionará, teremos duas opções de **Interação**: ou **Conservamos a estrutura** aderindo ao curso de Direito por motivos de mero prestígio, sabendo que ele não satisfará meus anseios de aprender mais sobre problemas sociais ou, em contrapartida, **subvertemos a estrutura** e escolhemos o curso de menor prestígio, **rompendo com as regras do jogo** e atribuindo maior prestígio ao curso de Ciências Sociais.

FIGURA 10 – CONSERVAÇÃO OU SUBVERSÃO



FONTE: <<https://jornalvozdeibiuna.com.br/duvidas-sobre-qual-profissao-seguir/#.XmKwbSFKgdU>>. Acesso em: 6 mar. 2020.

4 JÜRGEN HABERMAS: MODERNIDADE E AÇÃO COMUNICATIVA

Chegamos agora aos conceitos do último autor que trabalharemos na primeira unidade do nosso livro didático! Trata-se de Jürgen Habermas, autor alemão vivo, nascido em 1929 em Düsseldorf e responsável por teorias acerca da Modernidade, Ação Comunicativa e Democracia. Investiu seus estudos em Filosofia, Literatura Alemã e Economia, nas universidades de Göttingen, Zurique e Bonn, expressando suas preocupações acerca de questões políticas no desenvolvimento de sua tese de doutorado e, escrevendo para jornais alemães ganhou a visibilidade de Theodor W. Adorno, um dos fundadores da Escola de Frankfurt de Teoria Crítica, junto com outro notável pensador: Max Horkheimer. Foi convidado em 1956 para trabalhar como assistente de Adorno no Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt, ponto que marca seu trabalho e, conseqüentemente, suas teorias.

Pertencente à segunda geração da Escola de Frankfurt, Habermas é crítico ao conceito de pós-modernidade, sustentando essa ideia com base na história. Para o autor, a pós-modernidade não existe, uma vez que a modernidade ainda não está acabada, ou seja, vivemos uma extensão da modernidade que está sendo ignorada por seus críticos. Carvalho (2009, p. 64) explica melhor tal embate entre pós-modernidade e modernidade em Jürgen Habermas:

A tese central de Habermas em seu Discurso Filosófico da Modernidade coloca sua posição no debate entre modernidade e pós-modernidade. Tal tese diz que Habermas, além de querer revitalizar e completar o projeto inacabado da modernidade pela via da razão comunicativa, como saída para um paradigma da filosofia do sujeito esgotada, ele quer mapear e atacar os discursos críticos da modernidade, que em alguns caminhos leva à pós-modernidade conservadora e irracional. Ele mostra quanto as tentativas de se

afastar das produções da modernidade, como por exemplo, o potencial comunicativo do mundo da vida e a filosofia do sujeito, são fracassadas. A pós-modernidade não conseguiu se esquivar da modernidade, ela é ainda moderna.

Embora intimamente influenciado pelas ideias de Marx, Habermas discorda da ideia de que o trabalho é determinante à construção de todas as instituições humanas. Para Habermas (1987), o trabalho continua sendo essencial, porém, não é preponderante em relação ao desenvolvimento de todas as relações humanas. Habermas acredita que a fala possui um papel muito significativo na construção da materialidade do ser humano, inclusive, na construção da democracia.

FIGURA 11 – JÜRGEN HABERMAS



FONTE: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/25/eps/1524679056_056165.html>.
Acesso em: 15 fev. 2020.

A teoria da “**Ação Comunicativa**”, de Habermas, consiste na afirmação de que o diálogo, é de fundamental importância para a construção da realidade social. Ele acredita que a fala, como principal forma de comunicação entre os seres humanos, deve obedecer a critérios rigorosos para que alcance os objetivos almejados pelas pessoas. Podemos listar alguns critérios para o estabelecimento de uma boa Ação Comunicativa em Habermas. Para tanto, podemos estabelecer os seguintes questionamentos:

- 1º- Questionamento acerca da VERDADE – o que está sendo comunicado pode ser considerado verdadeiro?
- 2º- Questionamento acerca da SINCERIDADE – a comunicação está acontecendo de forma sincera?
- 3º- Questionamento acerca da RETIDÃO – o que se diz é legítimo e/ou moralmente válido?
- 4º- Questionamento acerca da INTELIGIBILIDADE – a mensagem está sendo transferida de forma clara?

Jürgen Habermas acredita que, ao obedecermos a todos os critérios listados acima em forma de questionamentos, não obteremos uma comunicação distorcida. Uma comunicação distorcida nos distancia do objetivo do diálogo em Habermas: alcançar avanços positivos em nossa sociedade em detrimento da dominação. Para que isso seja possível, devemos explorar o diálogo de maneira ética, discutir a moral e conquistar o convencimento por meio do respeito. A **Ação Comunicativa** para Habermas (1987, p. 196) “[...] sob o aspecto funcional do entendimento ... serve à tradição e à renovação do saber cultural; sob o aspecto de coordenação da ação, serve à integração social e a criação da solidariedade; e, finalmente, sob o aspecto da socialização, serve à formação de identidades pessoais”.

4.1 DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO

Assim, a Ação Comunicativa serviria aos pressupostos do modelo ideal de democracia proposto por Jürgen Habermas: a chamada “**Democracia deliberativa**”. Esse modelo democrático é embasado na racionalidade do diálogo livre entre os cidadãos e Estado, superando os modelos de Democracia Representativa, na qual escolhemos um representante de Estado por meio do voto, com base em suas propostas de governo, e a Democracia Participativa, na qual os cidadãos é quem tomam as decisões de governo diretamente, por meio de assembleias. A **Democracia deliberativa** seria então uma alternativa aos modelos anteriores, tendo a Ação Comunicativa como fundamento do governo coletivo. A participação dos cidadãos através de densos diálogos, garantiria uma ação estatal mais eficaz e obedecendo ao conceito fundamental de Democracia: governo pelo povo.

A racionalidade e equidade estão ligadas ao momento da formação das preferências, bem como se relacionam com a capacidade de aceitar, discordar ou tolerar as opiniões dos outros. Na democracia deliberativa somente serão legitimadas as normas que decorram do discurso entre cidadãos livres e iguais. Contudo, esse modelo assume pressupostos cognitivos mais fortes que os liberais ou comunitaristas. Diferentemente da posição liberal, que se baseia na eleição de princípios morais universalizáveis, o discurso deliberativo não tem um limite contextual, permitindo debates mais amplos, sejam eles sobre questões éticas, políticas ou morais. Também a discussão não fica refém de uma identidade coletiva, como no comunitarismo substancialista. Existem, dessa forma, mais possibilidades de se chegar a consensos e estabelecer compromissos, e menos espaços para uma identidade substancial (FERREIRA, 2014, p. 241).

A **Democracia deliberativa** seria então um modelo que se aproximaria de forma mais efetiva do conceito de governo pelos cidadãos, levando em consideração seus aspectos racionais e de participação coletiva nas tomadas de decisões sobre o espaço público. Sobre o importante conceito de espaço público, Habermas (1992, p. 435-436) realiza os seguintes apontamentos:

Esfera ou espaço público é um fenômeno social elementar do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo ou a coletividade; porém, ele não é arrolado entre os conceitos tradicionais elaborados para descrever a ordem social. A esfera pública não pode ser entendida como uma instituição, nem como uma organização, pois ela constitui uma estrutura normativa capaz de diferenciar entre competências e papéis, nem regula o modo de pertença a uma organização, etc. Tampouco ela constitui um sistema, pois mesmo que seja possível delinear seus limites internos, exteriormente ela se caracteriza através de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis. A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdo, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicativos são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. Do mesmo modo que o mundo da vida tomado globalmente, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana. Descobrimos que o mundo da vida é um reservatório para intenções simples; e os sistemas de ação e de saber especializados, que se formam no interior do mundo da vida, continuam vinculados a ele. Eles se ligam a funções gerais de reprodução do mundo da vida (como é o caso da religião, da escola e da família), ou a diferentes aspectos de validade do saber comunicado através da linguagem comum (como é o caso da ciência, da moral e da arte). Todavia, a esfera pública não se especializa em nenhuma destas direções; por isso, quando abrange questões politicamente relevantes, ela deixa ao cargo do sistema político a elaboração especializada. A esfera pública constitui principalmente uma estrutura comunicativa do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o espaço social gerado no agir comunicativo, não com as funções nem com os conteúdos da comunicação cotidiana.

Considerada a citação acima, podemos concluir que Habermas considera o espaço público como o ambiente no qual se manifesta a Ação Comunicativa, em que as ideias acerca da gestão política ideal serão debatidas trabalhosamente e de forma racional. É nesse contexto que a participação coletiva ganha forma em prol do bem-estar da maioria, rompendo com a tendência dominadora da democracia contemporânea. A Democracia deliberativa é incorporada no espaço público e abre espaço para especialistas trabalharem por meio de ações comunicativas. A validade das ideias é debatida incessantemente, reafirmando a importância do diálogo em Habermas, sempre a favor de um regime democrático que atenda aos anseios da maioria em detrimento de interesses privados cada vez mais enaltecidos em tempos de fortes investidas liberais. Para tanto o debate deve ser concretizado de forma metódica e séria, afinal, é por meio dele que a transformação social ocorrerá, conforme os estudos de Jürgen Habermas.

Encerramos então a Unidade 1 de nosso material com os conceitos desses grandes autores que inovaram a Teoria Social Contemporânea. Seguiremos juntos nos aprofundando, na próxima unidade, com outros autores de grande relevância não só para o campo da Sociologia, mas para todo um contexto no qual você, acadêmico, poderá se situar ainda melhor no mundo hodierno.

LEITURA COMPLEMENTAR



Considerando a Educação como instrumento fundamental no que se refere ao desenvolvimento humano, tão como ao processo emancipatório do mesmo, consideramos a Sociologia da Educação, sobretudo à constituída na contemporaneidade, um campo do conhecimento cujo domínio é indispensável a todo sociólogo. Assim, preparamos uma leitura que serve como aparato introdutório ao estudo do referido campo, que pode ser utilizada como base a futuras pesquisas que objetivam o avanço da Educação a favor da Sociedade.

APORTES SOBRE A SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO: CLÁSSICOS E CONTEMPORÂNEOS

Maria G. Gohn

Os estudos clássicos registram que foi ao longo dos séculos XVIII e XIX que ocorreu o grande debate sobre o pensamento social e a reflexão sobre a sociedade contemporânea da época, nas obras de Rousseau, Saint Simon, C. Fourier, R. Owen, G. H. Hegel, D. Ricardo, K. Marx, Augusto Comte etc. Este último atribuiu à educação o papel de libertar a humanidade da religião, assim como da filosofia corrente (cf. BOTTOMORE; NISBET, 1980). Estima-se o surgimento da Sociologia, como ciência particular da Educação, por volta de 1870, na França, visando estudar o papel das instituições oficiais de educação, a função do grupo de ensino, a força da tradição e as alterações educacionais. Sabe-se, também, que um dos pais da sociologia francesa, Emile Durkheim, foi um dos primeiros a teorizar sobre a sociologia da educação. A ideia central de Durkheim, ao propor a sociologia no campo da educação, era preparar as novas gerações para uma nova civilização. A educação, para ele, significava o mesmo que socialização e tinha por objetivo formar o ser social.

Além de Durkheim, encontramos, também, em outros clássicos do pensamento sociológico, como Weber, fundamentos para o estudo da sociologia da educação. Para Weber (1982), a educação tem o papel de apropriação de bens culturais, desenvolver códigos simbólicos e processos de escolarização/socialização. Ele considerava a educação uma dimensão dos processos de racionalização da sociedade moderna. No pensamento filosófico e sociológico das primeiras décadas do século XX, Karl Mannheim deu seguimento às abordagens de Weber, desenvolvendo propostas no campo da intervenção e planejamento na área educacional. Preocupado com a educação para a formação de cidadãos numa ordem democrática, Mannheim via uma dupla função na escola: contribuir para a manutenção da ordem, mas também para alterar esta ordem, formando agentes de desenvolvimento social, via planejamento racional. (cf. MANNHEIM;

STEWART, 1972). Nöbert Elias (1993) também contribui para o debate, no sentido amplo da educação, ao abordar a formação do ser humano e elaborar vários argumentos para uma teoria do processo de civilização. Este processo realiza-se via relações sociais de interdependência entre as pessoas; não é homogêneo e nem retilíneo. É um processo longo, lento, prolongado, que pode ter avanços, mas também retrocessos.

Depois Primeira Guerra Mundial, sociólogos da corrente do interacionismo simbólico, alguns filiados à antiga Escola de Chicago, detiveram-se no estudo do papel da educação na vida dos indivíduos. O interacionismo, ao tratar de questões como a importância dos laços e vínculos, as interações e compartilhamentos, os processos de cooperação, conflito, segregação etc., contribuíram, décadas mais tarde, para a renovação da agenda temática da sociologia da educação, quando temas decorrentes de identidades culturais, étnicas, sexuais, ganharam centralidade, tanto no estudo da sociedade e das formas de educação existentes como no estudo das escolas propriamente ditas.

A sociologia da educação teve muitos seguidores na corrente marxista, dentre seus inúmeros enfoques e autores. Sabe-se que Marx situava a educação no campo das relações sociais, dentro de uma sociedade dividida em classes sociais. Enfatizava o processo de trabalho e seu caráter educativo. Esta abordagem será ampliada no século XX por Gramsci, que cuidará de aspectos da formação dos indivíduos, e seu papel na sociedade como intelectuais (cf. MANACORDA, 1990). Gramsci contribui para a reflexão sobre o papel da educação ao destacar a cultura e seu papel para as transformações sociais de uma sociedade. A cultura popular e a relação dos intelectuais com o povo são parte de uma análise política e cultural da sociedade. A educação é vista como parte da disputa pela direção ideológica da sociedade. A escola defendida por Gramsci deve contribuir para uma formação unitária, abrangendo a educação tradicional com forte conteúdo teórico, literário, filosófico e científico, porém voltada para o trabalho prático. Com isso ele propõe a superação da divisão entre a formação livresca, teórica, abstrata, para as elites e a formação utilitarista e tecnicista para os trabalhadores e demais componentes das camadas subalternas. Na abordagem marxista, após 1950, Louis Althusser teve grande influência nos estudos sobre os sistemas escolares, ao relacionar ideologia e educação segundo uma visão estrutural. A escola é analisada como um dos principais aparelhos ideológicos do Estado, difundindo ideologias de aceitação de formas de dominação existentes, mera reprodutora de uma ordem social dada pelo lugar que os indivíduos ocupam no sistema de produção (ALTHUSSER, 1985).

Nos anos de 1970, dois franceses deram sequência à concepção de críticas ao sistema escolar na linha do materialismo marxista: Roger Estabiet e Christian Baudelot. A escola é vista, por eles, como reprodutora das desigualdades da sociedade de classes. Distinguem as escolas em dois tipos: uma para os filhos da classe empresarial e outra para filhos da classe trabalhadora. A escola seria, também, reprodutora da ideologia, repetindo valores, ideias e a cultura do mundo empresarial. A linguagem é vista como o

meio de difusão desta ideologia dominante, é por meio dela que a escola marginaliza as crianças de origem pobre. Em resumo, a abordagem de Establet-Baudelot constitui a forma mais elaborada de visão “da escola como instituição a serviço da classe dominante que acaba reproduzindo a sociedade de classes” (MEKSENAS, 1988, p. 77).

Na atualidade, destacamos, das contribuições para a sociologia da educação, no referencial marxista, a obra de István Mészáros. Ele considera a educação uma dimensão do ser social, e não uma etapa específica na vida dos indivíduos. Propõe que a educação deva ser pesquisada e planejada como uma forma de sociabilidade livre da alienação, e não a perpetuação do domínio do capital e das sociedades capitalistas. Um de seus livros mais conhecidos intitula-se *A educação para além do capital* (2002). Mészáros combate a lógica do capital que trata a educação como um serviço, voltada para o individualismo do “ter”, a posse e propriedade, via o consumo, e não o “ser”, por meio da “convivência e do desenvolvimento livre dos sentidos” (PILETTI; PRAXADES, 2010, p. 77). No Brasil, vários autores também atuam, ou atuaram, no campo da sociologia da educação segundo o paradigma marxista. Alguns deles serão mencionados no último item deste artigo.

A teoria crítica da Escola de Frankfurt, ao longo do século XX, também contribuiu para a construção do campo temático da sociologia da educação, abordando as formas de controle e de dominação existentes na sociedade e as possibilidades de alternativas via cultura. Autores como Theodor Adorno, M. Horkheimer, H. Marcuse, Juergen Habermas e Alex Honneth refletiram sobre a sociedade e os processos de aprendizagem e produção do conhecimento. Alguns deles detiveram-se, especificamente, no sistema educacional escolar. Adorno trata da educação para a emancipação, preocupado com a barbárie predominante na sociedade ocidental, onde a indústria cultural e seus meios de comunicação produzem contínua banalização da vida humana, ocupando “os sentidos dos homens da saída da fábrica, à noite, até a chegada ao relógio-de-ponto, na manhã seguinte” (ADORNO; HORKHEIMER 1986, p. 123). Ele afirma que o processo de secularização da cultura moderna, com a eliminação do pensamento mítico e da prática mágica, não levou a um desencantamento que representasse a emancipação em relação ao medo da natureza e ao desconhecido, a um “esclarecimento”. A humanidade, ao invés de entrar em um estágio verdadeiramente humano, afundou-se em outra forma de barbárie. A sociedade de massa veio acompanhada de progressos tecnológicos que se tornaram meios de desagregação social. Os indivíduos devem se adaptar às demandas do mercado e, ao fazerem isto, negam suas possibilidades de emancipação. A vida social passa a ser marcada pelo individualismo, a busca do novo é constante e, para tal, a destruição do existente torna-se alavanca do próprio sistema de produção. O culto à produtividade e à criatividade, o consumo e acúmulo de mercadorias e a aquisição de propriedades são metas ideais de realização humana. A racionalidade dos indivíduos passa a ser utilizada para administrar este novo mundo. Neste processo, o sistema escolar age como elemento reiterativo dos novos valores. Segundo Bruno Pucci, Adorno propõe que a escola

tome em suas mãos o processo de formação cultural, que favoreça o esclarecimento, a reflexão crítica e as formas de resistência ao império cada vez mais dominante das máquinas sobre as pessoas, pois o progresso da ciência e da tecnologia caminha em sentido oposto ao progresso da humanidade das pessoas, e fortalece um modo de ser acrítico, pré-reflexivo, não racional e não espiritual (PUCCI, 2006, p. 109).

Adorno propõe uma autorreflexão crítica sobre o processo educativo escolar, visto como sistema de violência sobre os alunos, em que os educadores são formados com uma racionalidade que favorece as virtudes do capital: o cálculo, a eficiência, a precisão, em detrimento da formação humana. A escola deveria, para Adorno, favorecer o esclarecimento, a reflexão crítica e as formas de resistência contra a tirania do capital. Em suma, a escola deveria favorecer uma formação para a emancipação, para fugir da barbárie.

Marcuse tratou de um tema muito debatido e polêmico na atualidade, no campo da educação: o uso das tecnologias e as formas de controle social. Ele insistia numa teoria crítica da sociedade em que a economia não bastava para explicar a acumulação capitalista, pois havia necessidade, também, da política. Argumentou que o nexo entre cultura e sociedade era essencial para apreender a realidade humana em dada construção social e histórica. Em 1964 Marcuse publicou *O homem unidimensional: Estudos da ideologia da sociedade industrial avançada*, um verdadeiro best-seller dos anos 1960. Sua contribuição à sociologia da educação refere-se à análise que faz do processo de produção do conhecimento e o papel da tecnologia. Ele analisou, de um lado, as transformações no moderno operariado industrial e, de outro, as transformações nas formas de vida sob o impacto da revolução tecnocientífica, tanto na sociedade como nos indivíduos isoladamente. Assinalava que a organização tecnológica da sociedade capitalista impedia os sujeitos de se organizarem coletivamente com motivações críticas, em práticas emancipatórias, gerando praxes transformadoras. Assinalava, também, que os agentes da transformação social seriam os outsiders do sistema de benesses do capitalismo. Esses outsiders eram as minorias étnicas, e os que rejeitavam as regras do sistema capitalista, como os estudantes e grupos tidos como apolíticos. Estes outsiders serão, ao final do século XX, o novo campo de interesse da sociologia da educação, na figura, por exemplo, dos imigrantes e suas lutas no contexto das políticas globalizantes. Marcuse, nos anos 1960, concluiu pela existência de uma nova racionalidade técnica que se expressa pelo uso das tecnologias como forma de controle e coesão social. A tecnologia se transformando em um novo sistema de dominação. Marcuse não era “tecnofóbico”, ou defensor de uma volta ao tradicional, ou pré-científico. Ele advogava que a realização do telos da ciência deveria ser a melhoria da vida humana; a ciência e a técnica tinham de ser vistas como frutos da atividade humana com caráter político e histórico e, portanto, não como apolíticas – por sua cientificidade.

Habermas, outro frankfurtiano, retoma a questão do papel da educação na sociedade contemporânea a partir de dois temas: a formação das identidades dos indivíduos e sua capacidade de agir. Afirma que as identidades se formam nas

relações sociais. Elas dependem das interações dos indivíduos como portadores de características físicas, afetivas, sexuais, culturais, étnicas etc. A construção dessas identidades depende de processos de aprendizado de normas e valores e da capacidade de reflexão dos indivíduos na vida em sociedade. Por isso, os processos reflexivos são fundamentais, e Habermas preconiza que o currículo escolar deve atentar a este ponto, deixando de priorizar o conhecimento legitimado pelo costume e tradição, estimulando o conhecimento gerado por meio de processos reflexivos, onde haja diálogo baseado na argumentação livre. A reflexividade e o diálogo devem se estabelecer entre educadores, educandos e suas famílias (cf. HABERMAS, 1983). Portanto, deve haver relações intersubjetivas entre os agentes do processo educativo, pautada na reflexão e na argumentação. A busca do consenso e entendimento das situações de conflitos só é possível via processos dialógicos. As identidades tratadas por Habermas geram competências intersubjetivas adquiridas, também, em processos de aprendizado-linguísticos, cognitivos, interativos (habilidades para conviver com o outro, com o diferente, ou com as diferenças) etc. Habermas desenvolve uma série de estudos sobre os processos interativos, o uso da linguagem e os processos de aprendizagem e integração das identidades individuais à identidade coletiva. Destes processos, destaca-se o “agir comunicativo” – que poderá superar condicionamentos e viabilizar a emancipação humana.

FONTE: GOHN, Maria G. **Sociologia da educação**: campo de conhecimento e novas temáticas. Educação & Linguagem, v. 15, n. 26, 95-117, jul./dez. 2012, p. 97-103.

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico, você aprendeu:

- Michel Foucault inovou com seus estudos sobre disciplinamento dos corpos e das populações.
- A analítica foucaultiana busca evidenciar com detalhes as transformações das chamadas tecnologias de poder.
- A biopolítica é a mais complexa tecnologia de poder, capturando corpos e populações inteiras em seus mais íntimos comportamentos.
- Pierre Bourdieu nos apresenta a ideia de que os agentes estruturam as estruturas e são influenciados por elas concomitantemente.
- O Campo Social, combinado ao Habitus, determina as possibilidades (ou ausência delas) de mudança de posição social dos agentes.
- Jürgen Habermas é um grande entusiasta da arte do diálogo e acredita que tal elemento é capaz de transformar o mundo de maneira positiva, escapando de tendências políticas dominadoras.
- A teoria de uma Democracia deliberativa seria uma alternativa aos modelos de democracias Representativa e Participativa.

AUTOATIVIDADE



1 Michel Foucault foi um autor que estabeleceu influências em diversos campos do saber. Iniciando na Psicologia, inovou na problematização acerca dos conceitos de loucura e normalidade. Também foi respeitado nos campos da Filosofia e da Sociologia, principalmente, por meio de suas reflexões acerca das tecnologias de poder que incidem sobre o mundo ocidental, que culminaram com a biopolítica contemporânea. Porém, um de seus conceitos mais notáveis foi o do Poder disciplinar, que transcendeu aos campos anteriormente citados, adentrando-se ao Direito e em reflexões de diversas outras áreas do conhecimento. A seguir, listaremos uma série de afirmações sobre as tecnologias de poder identificadas por Foucault em suas escavações historiográficas. Apenas uma das alternativas está INCORRETA. Identifique-a e, em seguida, selecione a opção que indica o algarismo romano correspondente:

- I- A primeira das tecnologias de poder identificadas por Foucault foi o Poder Pastoral, cuja característica principal é a condução dos comportamentos individuais de acordo com preceitos religiosos.
- II- A ordem cronológica de mutação das tecnologias de poder é a seguinte: Poder Pastoral, Poder Soberano, Poder Disciplinar e Biopolítica.
- III- Um dos aspectos fundamentais do Poder Soberano era o direito do rei de decidir sobre vida e morte de seus súditos.
- IV- A Biopolítica consiste na fase final das mutações das tecnologias de poder, sendo assim, não pode ser superada por mais nenhuma outra tecnologia posterior.
- V- Foucault identificou o Poder Disciplinar por meio de seus estudos sobre as prisões.

Agora assinale a alternativa que corresponde à afirmação INCORRETA:

- a) ☐ I.
- b) ☐ II.
- c) ☐ III.
- d) ☐ IV.
- e) ☐ V.

2 Um dos autores mais influentes da Sociologia Contemporânea é Pierre Bourdieu. Dentre seus principais avanços em relação à Teoria Social são as ideias de Habitus, Campo Social e Capital Social. Todas essas teorias reiteram a ideia de que indivíduos e sociedade estão intimamente correlacionados. O autor utiliza os termos agente e estrutura para explicar elementos sociais fundamentais para o entendimento da dinâmica da vida coletiva. A obra de Bourdieu aponta que os agentes podem sim modificar a realidade objetiva por meio de sua agência. Analise as afirmativas acerca desses três conceitos fundamentais de Pierre Bourdieu e assinale com um "V" as frases que correspondem à verdade em relação a suas teorias e "F" para as alternativas falsas.

- () Habitus consiste na forma com a qual os indivíduos interiorizam os estímulos que a sociedade produz, sendo que cada indivíduo possui uma maneira de receber informações exteriores, interpretá-las e, por conseguinte, reproduzi-las.
- () Cada Campo Social possui suas normas intrínsecas, porém, o agente pode optar por não respeitar essas regras influenciado por seu Habitus.
- () Em cada Campo Social, pode se sobressair um tipo particular de Capital Social, ao qual o indivíduo pode se conformar e agir de acordo com o “jogo” estabelecido ou, por meio da Subversão, resistir a ele.
- () Podemos afirmar que o Capital Social predominante das sociedades capitalistas ocidentais contemporâneas é o Capital Econômico.

Agora indique a letra que corresponde à sequência CORRETA:

- a) () F – V – V – V.
- b) () V – V – V – V.
- c) () V – F – V – V.
- d) () V – V – V – F.
- e) () F – F – F – F.

3 A obra de Jürgen Habermas, pensador contemporâneo nascido em 1929 em Düsseldorf e responsável por teorias acerca da Modernidade, Ação Comunicativa e Democracia, é muito pertinente em tempos hodiernos, principalmente quando falamos diálogos acerca da gestão pública. Entusiasta da Democracia, Habermas acredita que a melhor alternativa aos modelos Representativo e Participativo seria a Democracia Deliberativa. De acordo com os estudos contidos no último tópico, apresente as principais características da Democracia Deliberativa e em quais aspectos ela se difere dos modelos citados anteriormente.

MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A partir do estudo desta unidade, você deverá ser capaz de:

- apresentar os principais enfoques da Teoria Social Contemporânea;
- evidenciar métodos adotados na Sociologia Contemporânea;
- salientar conceitos inerentes à Modernidade em Zygmunt Bauman;
- discutir a teoria de Ulrich Beck em torno da Pós-Modernidade;
- trabalhar a discussão sobre a Modernidade de Bruno Latour;
- explicar a obra de Michel Maffesoli no que tange à Pós-Modernidade.

PLANO DE ESTUDOS

A cada tópico desta unidade você encontrará autoatividades com o objetivo de reforçar o conteúdo apresentado.

TÓPICO 1 – RUPTURAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

TÓPICO 2 – MODERNIDADE LÍQUIDA E PÓS-MODERNIDADE

TÓPICO 3 – APROFUNDANDO AS TEORIAS

CHAMADA

Preparado para ampliar seus conhecimentos? Respire e vamos em frente! Procure um ambiente que facilite a concentração, assim absorverá melhor as informações.





CONFIRA A TRILHA DA UNIDADE 2!

Acesse o
QR Code abaixo:



RUPTURAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

1 INTRODUÇÃO

A Teoria Social Contemporânea se diferencia da Clássica em diversos âmbitos, dentre os quais devemos dar atenção especial aos conceitos de Modernidade e Pós-Modernidade. Nem todos os autores da Sociologia Contemporânea entram em consenso em relação a tal classificação que se refere ao atual período histórico no qual vivemos.

Enquanto alguns pensadores acreditam que vivemos um período temporal no qual a sociedade já não pode ser mais classificada como Moderna, outros acreditam que ainda presenciamos os desdobramentos desse mesmo período. Outros autores, em contrapartida, negam a relevância desse tipo de discussão nas Ciências Sociais, sugerindo-nos dirigir esforços a outros tipos de problemas.

O Tópico 1 da segunda unidade pretende nos aproximar das principais discussões em torno do enfoque da Sociologia Contemporânea bem como os principais métodos utilizados nas pesquisas na área. Para tanto, utilizaremos diversas fontes de informação e ideias de profissionais que se dedicam ao estudo e dos desdobramentos da Sociologia.

2 ENFOQUE DA TEORIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA

Assim como na Teoria Social Clássica, o sistema político-econômico é uma das abordagens mais trabalhadas nos estudos contemporâneos da Sociologia. O capitalismo e suas consequências, não só à humanidade, mas a todas as instâncias globais as quais exercem influências, é alvo de incessantes investigações por parte de sociólogos e estudiosos de outros campos do saber.

Os tempos hodiernos trazem uma série de novas problemáticas que ainda não recebiam grande atenção da Sociologia que acabava de nascer. A dinâmica de trabalho, produção e acumulação imposta pelo capitalismo industrial dos séculos XVII e XVIII ainda não evidenciavam claramente a dimensão das transformações decorrentes dela.

O processo de urbanização foi fortemente intensificado em decorrência dos avanços da produção industrial e da concentração de mão de obra proletária. Grandes e múltiplas cidades se desenvolveram com o passar dos anos e, com isso, diversos novos problemas emergiram em todo o mundo. Paisagens foram alteradas de forma

abrupta com a exploração de recursos naturais e com a ocupação de espaços onde o ser humano ainda não tinha acesso. A Sociologia Clássica, incumbida de assuntos como o progresso, a modernização e a tecnologia, não previa, entretanto, as consequências materiais de todos esses fatores. Além das transformações geológicas que o ser humano foi capaz de realizar, outras consequências puderam ser notadas de maneira mais sensível, abrindo espaço, assim, para novas reflexões e discussões acerca do modo com o qual trabalhamos.

A Sociologia Contemporânea supera então os paradigmas do progresso, modernização e tecnologia, abrindo caminhos rumo aos impactos, entre eles, os sociais, de tais advenços contemplados pela Sociologia Clássica. Após a dicotomia Socialismo versus Capitalismo, solidificada pela teoria marxista, vemos o nascimento de uma ascensão de uma multidisciplinaridade dentro da Sociologia. A Teoria Social Clássica agora é influenciada por discussões advindas dos campos da Antropologia, Psicologia, Psicanálise, Política e Economia, como já mencionado na unidade anterior. Isso faz com que as análises sociológicas rumem para outras questões que transcendem à discussão acerca do modelo político-econômico ideal, principalmente após a ascendência e posterior declínio da influência socialista no mundo, como acreditam alguns sociólogos.

Agora, a Sociologia abandona o método praxista da luta de classes idealizada por Karl Marx e passa a se enveredar por um caminho mais acadêmico, obedecendo a pressupostos muito mais científicos do que revolucionários. A Sociologia, no contexto contemporâneo, ultrapassa a teoria europeia acompanhando fenômenos cada vez mais globalizantes. Hoje em dia o campo ganha cada vez mais estudiosos em todo o mundo, buscando evidenciar e buscar possíveis soluções para novos problemas.

Na Sociologia pós-século XX, o colonialismo passa a ser criticado de maneira mais veemente, fazendo com que as discussões sobre problemas de cunho social ganhem espaço nas pautas dos pesquisadores. Os totalitarismos como o fascismo e o nazismo impulsionaram as análises sobre o impacto dos diversos tipos de dominação sobre os indivíduos, que ganham maior atenção na Teoria Social Contemporânea. O indivíduo passa, agora, a ser estudado de maneira mais profunda, tornando mais complexas as teorias sobre o grau de influência que a sociedade incide sobre ele.

Os estudos sobre problemas de âmbito social também foram impulsionados com o surgimento de diversos movimentos sociais, responsáveis por amplas transformações na maneira com a qual os seres humanos se relacionam entre si. Os direitos humanos ganham espaço na agenda dos sociólogos e logo surgem outros atores, até então negligenciados pela Teoria Social Clássica.

FIGURA 1 - MOVIMENTOS SOCIAIS ESTUDANTIS



FONTE: <<https://coracaofilosofante.wordpress.com/2015/10/21/o-que-sao-movimentos-sociais/>>.
Acesso em: 25 fev. 2020.

Além da intensificação dos movimentos sociais dos trabalhadores que buscavam por melhores condições laborais, uma multiplicidade de movimentos estudantis, de raça e gênero ganharam força e atenção da Sociologia Contemporânea a partir do século XX. A mulher ganha maior visibilidade nos debates políticos e direitos de jovens, crianças, pessoas não brancas, não heterossexuais (movimentos LGBT e demais desdobramentos) e das diversas outras classes menos favorecidas da sociedade passam a ser reivindicados de maneira mais ampla.

DICAS



Um excelente documentário sobre um importante movimento social brasileiro denominado “*Diretas Já*”, que reivindicava por eleições diretas após o golpe militar que resultou em 21 anos de ditadura no Brasil, a ele se pode assistir na plataforma YouTube através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=d8O5jTahTXo>.

O trabalho nos mostra a dimensão da força popular do movimento social que influenciou em alguns dos mecanismos da “democracia” brasileira, que culminou no retorno às eleições de presidentes por via do voto direto. Esse foi um dos diversos manifestos populares ocorridos no Brasil que ajudaram a reconfigurar as relações políticas após o período que entremeou os anos de 1964 a 1985.

Democracia e cidadania são grandes eixos de discussão da Sociologia Contemporânea. Devido à incidência de novos conflitos e guerras em nome da tão mundialmente aclamada democracia, abre-se espaço para amplas discussões acerca do conceito e de formatos de regimes democráticos possivelmente capazes de transformar a dinâmica social e refrear os conflitos em torno de uma política mais justa,

cujos cidadãos sejam realmente ativos nas tomadas de decisão. Sob o discurso do exercício da Cidadania, assistimos hoje à perpetuação do Estado Democrático de Direito no Brasil que, por meio de nossos votos, garante o funcionamento de uma democracia representativa que nos faz pensar nos seguintes questionamentos:

Estamos de fato usufruindo nossos direitos como cidadãos?

- Os políticos eleitos por vias democráticas atendem às demandas da maioria da população do País?
- Possuímos o sentimento de que, de fato, estamos interferindo na operacionalidade da política nacional?
- Os problemas fundamentais da sociedade brasileira estão sendo sanados por meio da democracia representativa?
- A democracia se mostra como uma solução para uma boa dinâmica social no país em que vivemos?

Esses e outros questionamentos são levantados e problematizados por estudiosos da Teoria Social Contemporânea como nunca antes foi feito. O regime democrático como garantidor dos direitos humanos fundamentais é um dos principais temas discutidos na Sociologia Contemporânea, sendo explorado por diversos autores, alguns dos quais estudaremos posteriormente.

A nova etapa da Sociologia passa a ser composta cada vez mais por discussões envolvendo as consequências do capitalismo de maneira global. O clima, a geologia, entre outras condições naturais são transformados pela dinâmica de trabalho com vistas à acumulação e concentração de riquezas, exploração do ser humano e de recursos naturais. Esses são alguns dos temas tomados como pauta da Sociologia Contemporânea. Embora a Teoria Social esteja muito mais voltada à produção de conhecimento acadêmico/científico, afastando-se da práxis, ou seja, do enfoque na transformação efetiva da realidade.

FIGURA 2 – MOVIMENTO AMBIENTAL



FONTE: <<http://www.itatiaia.com.br/noticia/protesto-contr-a-vale-no-rio-de-janeiro-lemb>>. Acesso em: 2 mar. 2020.

Em um campo mais subjetivo, em outras palavras, quando falamos no indivíduo trabalhado separadamente, a Sociologia Contemporânea investiga novas formas de representatividade, ou seja, identidades, novas maneiras de o ser humano se enxergar como indivíduo pertencente a um grupo ao qual irá representar. Nesse âmbito, muitos estudos sobre as mulheres vêm sendo desenvolvidos e a participação delas está cada vez mais intensa na medida em que a antiga estrutura patriarcal da academia se retrai. Assuntos como a resistência feminina em diversos espaços sociais são debatidos de maneira mais sólida. Esse tipo de discussão evidencia as desvantagens sociais que sofrem as mulheres no curso da história até os dias contemporâneos, abrindo espaço para a busca por soluções, tanto em meio acadêmico quanto nas demais instâncias da sociedade.

O movimento feminista ganha solidez nos dias atuais e são denunciadas as injustiças sofridas pelas mulheres do mundo todo. Lutas por emancipação feminina são travadas ao mesmo tempo em que se discute sua posição no seio do lar, nos postos de trabalho, na ciência e na sociedade de maneira geral. O feminismo impulsionado no século XX ganha força e atua como ferramenta utilizada a favor dos direitos femininos, subjugados durante longos anos no decorrer da história. Com o feminismo, uma série de protestos e manifestações emergem em todo o mundo, atribuindo solidez e voz a esse grande movimento social, cujo eixo é a luta contra o patriarcado e o machismo decorrente dele.

FIGURA 3 - MOVIMENTO FEMINISTA



FONTE: <<https://medium.com/qg-feminista/organiza%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica-do-movimento-feminista-90ed4ef50524>>. Acesso em: 2 mar. 2020.

Acima, podemos observar a imagem de uma greve organizada em 29 de agosto de 1970, nos Estados Unidos da América pela *NOW – National Organization for Women*, traduzindo para o português: Organização Nacional pelas Mulheres. Esse foi um dos eventos que garantiu grande visibilidade para as mulheres no final do século XX, impulsionando todo um movimento que, hoje em dia, recebe cada vez mais adeptas em todo o mundo.

Ainda no interior dos debates sobre gênero, o movimento LGBTQ+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, *Queer* e outros), que agita discussões e manifestações sobre identidade de gênero e orientação sexual, ganham espaço na Teoria Social Contemporânea, teorizando e divulgando um gigantesco manifesto de pessoas não heterossexuais. O preconceito e a discriminação contra pessoas LGBTQ+ são latentes no Brasil, provocando violência e exclusão de milhões de pessoas que fogem ao padrão patriarcal de manifestação sexual.

O movimento LGBTQ+ também obteve maior impulsionamento nos Estados Unidos da América, especialmente, após o final dos anos 1970, que contou com um grande número de manifestos de rua a favor do fim ao preconceito com tal público. Uma bandeira que carrega uma multiplicidade de cores, semelhantes às do arco-íris, foi criada pelo artista Gilbert Baker na década de 1970 e até hoje é símbolo da luta contra o preconceito contra os LGBTQ+.

FIGURA 4 - MOVIMENTO LGBTQ+



FONTE: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/mais-de-280-candidatos-apoiam-a-causa-lgbt/>>. Acesso em: 2 mar. 2020.

Os debates étnicos também são pauta da Sociologia Contemporânea e podemos citar o movimento negro como um dos que ganhou mais destaque nas últimas décadas. É importante salientar que, de acordo com os dados levantados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil, a maioria das pessoas assassinadas e encarceradas no País são afro-brasileiros: negros e pardos. Esse tipo de informação evidencia a urgência de melhores condições de vida para o povo afro-brasileiro, que morre e é preso massivamente no Brasil.

FIGURA 5 – MOVIMENTO NEGRO



FONTE: <<https://www.geledes.org.br/acoes-do-movimento-negro-unificado-e-geledes-contra-o-racismo/>>. Acesso em: 2 mar. 2020.

O genocídio da juventude negra desperta cada vez mais a indignação e o interesse de pesquisadores que lançam mãos de estudos com o intuito de entender esse fenômeno e buscar soluções, que pode ser um dos mais graves problemas enfrentados pelo Brasil. A Teoria Social Contemporânea possui um importante papel na denúncia e na mobilização de militantes dentro e fora da academia, fortalecendo um movimento que por séculos luta por condições de igualdade racial.

Já que falamos em violência, não podemos esquecer que a violência é também um dos fenômenos mais estudados na contemporaneidade. Por se tratar de um problema que pode ter diversas naturezas, a violência é hoje um assunto recorrente, não só na Sociologia, mas em diversos outros campos como o Direito, que também contribui bastante com a construção da Teoria Social Contemporânea.

Agora que conhecemos os principais movimentos sociais contemporâneos, podemos sintetizar o enfoque da Teoria Social Contemporânea por meio dos seguintes tópicos:

- busca por interpretações sociológicas advindas de outros recentes campos do saber como a Antropologia, Economia, Psicologia, Psicanálise, Política, Direito entre outros;
- construção de saberes científicos mais metódicos, voltadas muito mais à academia do que à práxis social;
- análises voltadas aos indivíduos, a formação dos pensamentos e o funcionamento cognitivo;
- estudos acerca dos Direitos Humanos;
- exploração de assuntos voltados aos movimentos sociais: ambientais, étnicos, de gênero entre outros;
- pesquisas sobre subjetividade e representatividade;
- adoção de um conteúdo mais abstrato em relação à Teoria Social Clássica;
- atenção a autores de diversas localidades do mundo em detrimento ao eurocentrismo da Teoria Social Clássica.

Finalizadas as análises sobre o enfoque da Teoria Social Contemporânea, exploraremos, a seguir, os métodos utilizados nas pesquisas sociais, além dos avanços e particularidades da Sociologia de maneira geral. Alguns autores que avançaram com o referido campo do saber serão evidenciados, a fim de que nos aproximarmos da metodologia de pesquisa em Sociologia Contemporânea.

3 DOS MÉTODOS DA SOCIOLOGIA CONTEMPORÂNEA

A Sociologia Contemporânea é marcada pelo surgimento de novos elementos a serem analisados e, com isso, surge também a necessidade de novos métodos de investigação acerca de tais elementos. Becker (1994) tenta nos esclarecer qual é o papel do sociólogo e quais são suas principais responsabilidades ao investigar a realidade, os indivíduos que nela estão inseridos e os demais elementos que compõem a trama na qual imerge:

O sociólogo que coleta uma história de vida cumpre etapas para garantir que ela abranja tudo o que quer conhecer, que nenhum fato ou acontecimento importante seja desconsiderado, que o que parece real se ajuste a outras evidências disponíveis e que a interpretação do sujeito seja apresentada honestamente. O sociólogo mantém o sujeito orientado para os temas nos quais a sociologia está interessada, questiona-o sobre acontecimentos que exigem aprofundamento, tenta fazer com que a história contada acompanhe os assuntos dos registros oficiais e os materiais fornecidos por outras pessoas familiarizadas com os indivíduos, acontecimentos ou lugares descritos. Ele garante para nós o cumprimento das regras do jogo (BECKER, 1994, p. 102).

Ao “cumprir as regras do jogo”, o sociólogo estará respeitando todos métodos exigidos pela sociedade científica para realização de uma pesquisa séria. Apesar de toda pesquisa carregar traços subjetivos do autor, ou seja, carregar um pouco suas vivências, parte de sua personalidade, ideologia entre outros elementos pessoais, isso deve ser evitado ao máximo. Para que uma pesquisa sociológica esteja o mais condizente com a realidade possível, devemos tentar neutralizar nossas opiniões, ideologias e/ou nossas experiências pessoais, fazendo com que a pesquisa carregue o mínimo de subjetividade proveniente do autor. O cumprimento dos métodos científicos é essencial em uma pesquisa relevante.

Chama-nos à atenção o fato de que a Teoria Social se enveredou por caminhos mais abstratos, o que demanda muito mais o pensamento em conjunto do que o levantamento de uma história material. Portanto, A Teoria Social Contemporânea carrega muitas influências da Filosofia e outros campos do conhecimento humano mais voltados a comportamentos individuais. Becker (1994) afere que:

Um conjunto de mudanças simultâneas provavelmente contribuiu para o desuso crescente do método da história de vida. Os sociólogos passaram a se interessar mais pelo desenvolvimento da teoria abstrata e, correspondentemente, menos pelos relatos plenos e detalhados sobre organizações e comunidades específicas. Passaram a preferir os dados formulados nas categorias abstratas de suas próprias teorias aos formulados a partir das categorias que pareciam mais relevantes para as pessoas que estudavam (BECKER, 1994, p. 113).

Becker (1994) também aponta que a crescente profissionalização da Sociologia Contemporânea nos obriga a produzir conhecimento de acordo com os padrões científicos. Utilizamos-nos de padrões de escrita e publicação, como os adotados em revistas científicas, uma vez que, na academia, uma publicação nesse tipo de revista atribui ao pesquisador maior respeito na produção de suas teorias. Os textos condicionados a um tamanho limitado forçam o autor a recortar um problema específico, levantar suas hipóteses, desenvolver sua teoria e tomar suas conclusões por meio de um pequeno texto que podemos classificar como “estudo isolado”.

Os costumes, tradições e práticas organizacionais da sociologia contemporânea conspiram para nos fazer assumir esta visão de pesquisa. O artigo de revistas especializadas de tamanho padrão, o mais comum dos meios de comunicação científica, é escrito sob encomenda para a apresentação das descobertas que confirmam ou refutam hipóteses. A tese de Ph. D. exige virtualmente que seu autor disponha de um conjunto de descobertas, garantidas por suas próprias operações, que permitam conclusões que ele possa defender diante de uma banca da universidade. A proposta para a obtenção de bolsa de pesquisa, outra forma literária sociológica ubíqua, obriga o autor a afirmar que o seu projeto terá provado depois que o dinheiro foi gasto (BECKER, 1994, p. 114).

O sociólogo Brasília Sallum Jr. (2005) acredita na existência de uma grande fragmentação metodológica na Sociologia contemporânea. Tomazi (2013) nos sugere o estudo de toda uma multiplicidade de autores, muitos dos quais estudaremos mais adiante, suas teorias e a metodologia de pesquisas que em cada uma delas resultou para que possamos entender melhor toda essa fragmentação.

A sociologia contemporânea possui uma diversidade de abordagens. As temáticas são amplas e a articulação entre as várias vertentes teóricas é uma constante na maioria dos autores. Por essa razão, é tarefa inglória querer enquadrar os autores em alguma classificação – taxonomia – seja ela qual for. Acreditamos que a melhor alternativa é buscar conhecer os vários pensadores e formar, gradativamente, um universo de juízo, de julgamento sobre as contribuições que suas obras podem oferecer para compreendermos a vida em sociedade na contemporaneidade (TOMAZI, 2013, p. 61).

Conforme Tomazi (2013), devemos estudar principalmente autores como Jürgen Habermas, Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Zygmunt Baumann, Norbert Elias, Erving Goffman, István Mészáros, para entendermos melhor os principais métodos da Teoria Social Clássica. Vale salientar que suas ideias são influenciadas por vertentes clássicas já estudadas na unidade anterior. Observe as vertentes listadas por Tomazi (2013, p. 53):

- 1- A marxista ou histórico-estrutural e todas as suas variações, que são muitas, como, por exemplo, o marxismo analítico de J. Elster.
- 2- A durkheimiana ou funcionalista, com o desenvolvimento de um neofuncionalismo.
- 3- A weberiana ou compreensiva, com o desenvolvimento da fenomenologia.
- 4- A teórica e pragmática norte-americana em suas variadas ramificações.

Exceto a vertente teórica e pragmática norte-americana, que consiste na representação do mundo de maneira imediata, ou seja, acreditando-se que o significado das coisas se situam nelas mesmas, não sendo fruto de interações sociais, todas as outras vertentes do pensamento sociológico são pertencentes aos autores clássicos já estudados anteriormente. Essas quatro vertentes de pensamento deram origem a diversas tradições de sociólogos contemporâneos que, conforme Sallum Jr. (2005), foram responsáveis por uma grande fragmentação metodológica que o referido autor tenta ordenar em sua obra. Tomazi (2013, p. 54) sintetiza as ideias de Sallum Jr. (2005) da seguinte maneira: as principais linhas de investigação que compõem a sociologia contemporânea são:

- a dos sociólogos voltados para a construção de ferramentas analíticas gerais para serem usadas em investigações empíricas diversas (como a desenvolvida por Pierre Bourdieu – 1989 – por meio dos conceitos de *habitus* e *campo*);
- a dos que buscam construir uma síntese das várias teorias existentes (incluindo programas diversos, como os de Walter G. Runciman – 1989 –, Jonathan Turner – 1991 –, Jeffrey Alexander – 1998 –, Anthony Giddens – 1984 – etc.);
- a dos sociólogos que lutam para superar a fragmentação da disciplina por meio do desenvolvimento sistemático de determinada orientação teórica, visando a difundi-la nas várias áreas da sociologia (incluem-se aqui os programas dos teóricos da escolha racional, do marxismo analítico, do interacionismo simbólico, etc.);
- o programa de enriquecer a sociologia através da promoção do diálogo entre perspectivas teóricas diversas (como faz Levine – 1991 – ao examinar a conexão “dialética” entre as ideias de Parsons e Simmel),
- e o projeto de identificar e preencher lacunas conceituais e metodológicas nas perspectivas teóricas disponíveis para explorar as implicações disso na reconstrução e alargamento das mesmas (inclui-se aqui, por exemplo, o conceito de ação comunicativa, introduzido por Jürgen Habermas – 1984 – para dar conta das circunstâncias em que as ações não são orientadas pelo cálculo do sucesso e que lhe permitiu reconceituar a noção de racionalidade, de organização do mundo social e até de evolução da sociedade) (TOMAZI, 2013, p. 54).

Podemos resumir que os principais métodos da Teoria Social Contemporânea atendem aos métodos científicos de produção do conhecimento. O processo de produção é basicamente textual, no qual diferentes autores buscam informações entre si por meio de estudos formalizados academicamente. O estudo isolado tende a englobar toda a produção acadêmica que, por meio de artigos científicos de tamanho padronizado em revistas, buscam sintetizar amplas pesquisas, respondendo de maneira objetiva aos problemas encontrados em Sociologia. A construção de uma teoria abstrata voltada à ciência substitui antigos métodos como o materialismo histórico-dialético de Karl Marx ou o Positivismo de Durkheim.

Os estudos se tornam mais voltados às subjetividades do que às coletividades, sendo o indivíduo protagonista de muitas pesquisas realizadas contemporaneamente. Como vimos, hoje em dia os sociólogos se ocupam de diversas tarefas como a construção de ferramentas analíticas, de síntese das várias teorias, superação da fragmentação da Sociologia e de outras disciplinas, do enriquecimento da sociologia por meio da identificação e preenchimento de lacunas conceituais entre outros.

Devido à multiplicidade de métodos e teorias existentes na Sociologia Contemporânea, devemos nos munir, basicamente, dos estudos dos autores que destacamos no presente material. Tais pensadores possuem bastante destaque na área e fornecem a base dos estudos sociológicos que podem e devem ser aprofundados por meio da busca por mais autores contemporâneos e vindouros.

As discussões acerca da aplicabilidade da **objetividade** e da **subjetividade** no campo das Ciências Sociais é ampla. Mas é válido nos questionarmos acerca da relevância na concepção antagônica entre as duas categorias. Pensar tanto objetiva quanto subjetivamente pode ser considerado algo positivo em meio aos estudos sociológicos. Silva (1996) acredita que: "Ao analisarmos a questão objetivismo-subjetivismo, pensamos simultaneamente a relação indivíduo-sociedade, pois, é a partir desta relação que os pensadores clássicos e contemporâneos constroem suas concepções sobre esta questão" (SILVA, 1996, p. 21-22).

Então vamos aos respectivos conceitos de Subjetividade e Objetividade para, em seguida, analisarmos tais abordagens dentro do campo da Sociologia Contemporânea:

- **Subjetividade:** é relacionada à dimensão interna do indivíduo, como a maneira de pensar e agir em relação ao seu exterior. É construída pelo mundo exterior ao mesmo tempo em que o molda de acordo com suas condições e particularidades sociais e psíquicas, fazendo parte da construção dos costumes, crenças, ideologias, sentimentos, emoções e outras manifestações individuais. É, sinteticamente, o **mundo interior do indivíduo**.
- **Objetividade:** é concernente ao que é exterior ao indivíduo, ao mundo material. É o fruto de observações imparciais, sem influência de juízos de valor, ideologias e/ou opiniões pessoais. Ou seja, tratar de um assunto com objetividade, significa não só ser direto em relação ao tema, mas dissertar sobre o mesmo da maneira mais próxima à forma com a qual ela é concebida. Apesar de necessitarmos de uma inteligibilidade individual, subjetiva para concebermos a realidade, a objetividade consiste na compreensão do **mundo exterior ao indivíduo**, como se o mesmo não fizesse parte do todo.

Apesar de serem diferentes abordagens que podem servir de base a estudos sociológicos, podemos considerar a ideia de que ambos são perspectivas válidas. Embora o distanciamento dos objetos estudados em Sociologia seja importante à compreensão dos mesmos, as experiências subjetivas são únicas e podem contribuir para análises inovadoras acerca da realidade material.

Agora fique com uma leitura complementar que auxiliará você, acadêmico, a fortalecer suas bases em relação à Teoria Social Contemporânea.

RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico, você aprendeu:

- A expansão da tecnologia e dos grandes centros urbanos no século XX fez com que novos problemas sociais emergissem e, consequentemente, uma nova Sociologia com novos enfoques.
- A Sociologia Contemporânea está muito mais voltada à construção do conhecimento científico, com foco na abstração.
- Novos temas como Direitos Humanos, Movimentos Sociais Ambientais, Étnicos, de Gênero entre ganharam espaço nas pautas dos sociólogos contemporâneos.
- A Teoria Social Contemporânea está muito mais voltada aos sujeitos, ao sistema cognitivo e às representações individuais do que no estudo de grupos sociais como um todo.
- O método da Sociologia Contemporânea é baseado na produção acadêmica, textos padronizados e interação entre outros pesquisadores de diversas áreas para validação do conhecimento produzido.

AUTOATIVIDADE



1 As grandes transformações globais que tiveram início na Europa, por meio de diversas revoluções nos modos de o ser humano trabalhar, produzir, relacionar-se com os indivíduos e com a sociedade de maneira geral, demandou a necessidade de estudos acerca dos fenômenos sociais e suas consequências em todo o planeta. Emerge, assim, a chamada Teoria Social, advinda de pensadores que se dedicavam diferentes campos do saber, como as Ciências Exatas, Naturais, Econômicas, entre outras. O século XX deu prosseguimento às mudanças iniciadas no continente europeu e agora o sistema político-econômico abrange quase todo o globo. Os avanços tecnológicos e o processo de massificação dos grandes centros urbanos, trouxeram novas problemáticas que os pensadores da Teoria Social, agora chamada de Teoria Social Clássica, não conseguiram prever. Emerge, assim, a Teoria Social Contemporânea e um novo escopo para a Sociologia, que possui características particulares, outros objetivos e enfoques em relação à antiga Sociologia. Considere as afirmativas acerca das principais características dessa nova Sociologia e, em seguida, atribua a letra V para as frases que considera verdadeiras e F às falsas:

- () A Teoria Social Contemporânea conta com a influência de novos campos do saber, tais como Antropologia, Economia, Psicologia, Psicanálise, Política, Direito, entre outros.
- () O estudo de Movimentos Sociais é uma das pautas da Sociologia Contemporânea e, dentre elas, podemos citar os movimentos Negro, Feminista, Ambiental, Estudantil, entre outros.
- () A Sociologia contemporânea é voltada muito mais à práxis, ou seja, ações diretas inspiradas no conhecimento produzido na Academia.
- () A subjetividade ganha espaço nas pautas da Sociologia Contemporânea como nunca havia ganhado durante o século XVIII.

Agora assinale a opção que apresenta a sequência CORRETA:

- a) () V – V – V – V.
- b) () V – V – F – V.
- c) () V – F – V – V.
- d) () V – F – F – V.
- e) () F – V – V – F.

2 Os principais autores da Teoria Social Clássica apresentam uma série de propostas em relação aos objetivos da Sociologia como um campo de estudo independente. Desde uma ciência voltada à explicação de fenômenos sociais por meio da observação até uma área do conhecimento humano que poderia ser utilizada como ferramenta a favor de grandes revoluções, a Sociologia, até os dias atuais, é fonte de teorias que impulsionaram o avanço do pensamento humano e que serviu de

aparato intelectual, que inspirou grandes acontecimentos em todo o mundo. A Teoria Social Contemporânea nos traz outra dinâmica de produção do conhecimento, outros objetivos e outros métodos para se pensar a sociedade e os fenômenos que dela são fruto. Quanto à metodologia utilizada para a produção e transmissão do conhecimento sociológico contemporâneo, podemos afirmar que:

- I- É voltada à partilha de conhecimento entre estudiosos da Sociologia e outras áreas do conhecimento humano obedecendo às normas e regras estabelecidas no meio científico.
- II- A produção científica no campo da Sociologia é validada por meio, principalmente, de publicações em revistas científicas que seguem padrões acadêmicos de formatação.
- III- O padrão de produção e publicação de artigos científicos contemporâneo força os pesquisadores a desenvolverem e comprovarem suas teses por meio de um documento de tamanho limitado.
- IV- O método acadêmico/científico é o predominante na produção da Teoria Social Contemporânea.

Quais são as alternativas CORRETAS listadas acima?

- a) () I, II e III.
- b) () I, II e IV.
- c) () II, III e IV.
- d) () Todas as alternativas.
- e) () Nenhuma das alternativas.

- 3 O desenvolvimento das sociedades após a Revolução Industrial resultou em fenômenos sociais que a Sociologia, que acabava de nascer, tentara explicar. Sabe-se que Teoria Social Contemporânea apresenta uma série de objetos de estudos que não eram contemplados pela Teoria Social Clássica, uma vez que emergiram, especialmente no século XX, uma multiplicidade de problemáticas que a antiga análise social não previa. Considerado isso, faça uma síntese dos principais objetos de pesquisa dos quais a nova Sociologia se incumbe contemporaneamente.

MODERNIDADE LÍQUIDA E PÓS-MODERNIDADE

1 INTRODUÇÃO

É importante termos em mente que os conceitos de Modernidade e Pós-Modernidade são centrais à Teoria Social Contemporânea. Assim, torna-se imprescindível trabalharmos alguns autores que abordam a temática e teorizam sobre tais conceitos. Os autores que serão estudados a seguir possuem obras que atravessam múltiplos campos do conhecimento, como os da Sociologia, Ambientalismo e Sustentabilidade, Direito, Ciências da Saúde, Agricultura, Política, Filosofia da Ciência e Psicologia.

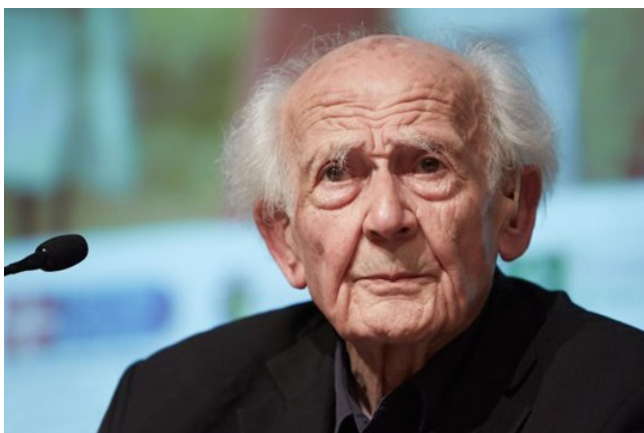
No primeiro momento trabalharemos com Zygmunt Bauman e seus conceitos de Modernidade Líquida, Amor Líquido, Segurança e Medo. Em seguida, abordaremos a obra de Ulrich Beck e suas teorias da Modernidade Reflexiva, Sociedade de Risco e Pós-Modernidade. Esses são dois autores fundamentais no que se refere ao entendimento dos conceitos de Modernidade e Pós-Modernidade, inovadores com seus respectivos pensamentos.

2 ZYGMUNT BAUMAN: MODERNIDADE LÍQUIDA

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman nasceu no ano de 1925 em Poznań e ingressou em sua carreira acadêmica na Universidade de Varsóvia, forçado a abandonar a academia quando sua obra foi proibida em seu país natal em 1968. Passou por países como a União Soviética, Canadá, Estados Unidos e Austrália, até que, no início dos anos 1970, passou a lecionar na Universidade de Leeds, na Inglaterra, onde conheceu Ji Caze, filósofo islandês que muito influenciaria sua obra.

Não podemos analisar suas teorias antes de estabelecermos alguns conceitos importantes trabalhados em sua obra. Dentre as principais discussões de Bauman, uma das mais notáveis está no conceito de Modernidade. Para o sociólogo, Modernidade é um período histórico consequente das duas grandes revoluções que modificaram profundamente toda a dinâmica da vida humana no planeta: as revoluções Industrial e Francesa. É importante lembrarmos que tais revoluções ocorreram de forma fluida, por isso, não existe um ponto exato de ruptura entre as sociedades pré-modernas e as sociedades modernas. Sabe-se que tais transformações sociais ocorreram por volta de meados do século XVIII, expandindo-se progressivamente para outras nacionalidades não europeias no decorrer do século XIX, continuando a se manifestar até o período contemporâneo.

FIGURA 6 – ZYGMUNT BAUMAN



FONTE: <<https://www.infoescola.com/biografias/zygmunt-bauman/>>.
Acesso em: 5 mar. 2020.

Bauman divide a Modernidade em dois momentos fundamentais: a Modernidade Sólida e a Modernidade Líquida. O pensador sustenta a ideia de que a Modernidade Sólida foi o primeiro momento da modernização, no qual as estruturas sociais, políticas, econômicas e até mesmo as relações sociais estavam bem definidas, previsíveis, ou seja, podendo ser comparadas a um construto sólido. O pensador deixa clara a ideia de que a Modernidade sempre foi um período considerado líquido, ou seja, instável, impreciso, imprevisível. Porém, a Modernidade Sólida apresentava um “grau de liquidez” menos avançado. Zygmunt Bauman acredita que o século XX foi um período de transição da sociedade de produção para a sociedade de consumo, fato que potencializou a velocidade e a maneira com a qual as mudanças sociais aconteciam.

O sociólogo nos diz que as transformações sociais ocorridas no século XX, aumentaram a liquidez das políticas, da economia e das relações entre os indivíduos. Até mais ou menos – por também se tratar de um período no qual as transformações ocorreram lentamente – meados do século XX, os tempos poderiam ser classificados como os da Modernidade Sólida. Isso pelo fato de que, naquela época, a sociedade ainda nos permitia fazer planos consistentes para o futuro. Em outras palavras, as relações sociais, políticas, econômicas e até mesmo afetivas eram mais duradouras ou pelo menos previsíveis, porém, os motivos pelos quais os “pioneiros da Modernidade” “derreteram” tais estruturas sólidas com o passar do tempo, foi a insatisfação com a solidez dessas estruturas herdadas.

A passagem da fase “sólida” da modernidade para a “líquida” – ou seja, para uma condição em que as organizações sociais (estruturas que limitam as escolhas individuais, instituições que asseguram a repetição de rotinas, padrões de comportamento aceitável) não podem mais manter sua forma por muito tempo (nem se espera que o façam), pois se decompõem e se dissolvem mais rápido que o tempo que leva para moldá-las e, uma vez reorganizadas, para que se estabeleçam (Bauman, 2007, p. 7).

Aglobalização, a individualização e o brusco avanço das tecnologias, em especial as de comunicação, foram, conforme as ideias de Bauman, fatores fundamentais para o desenvolver da Modernidade. Foram tão profundas as transformações sociais promovidas por esses três fatores essenciais, que diversos pensadores contemporâneos passaram a discutir o período que estaríamos vivenciando. Alguns dos questionamentos dos intelectuais foram os seguintes:

- O período da Modernidade estaria chegando ao fim?
- Estaríamos vivendo a transição para um novo momento histórico que poderia ser classificado como algo além da Modernidade?
- Que período seria esse?

Embora não exista consenso até os dias atuais, Bauman arriscou discursar sobre uma nova categoria de período histórico: a chamada “Pós-Modernidade”. A adesão à ideia de que vivíamos agora a Pós-Modernidade foi um momento passageiro, porém significativo, na obra de Zygmunt Bauman, que também se dedicava aos novos questionamentos que emergiam na Teoria Social Contemporânea. Nos anos 1990, Bauman tentava explicar os fenômenos decorrentes da globalização e utilizou por algum tempo a expressão Pós-Modernidade. Apesar de publicar obras como “Ética Pós-Moderna” no ano de 1993 e “Mal-Estar na Pós-Modernidade” em 1997, Bauman para de utilizar o termo Pós-Modernidade a partir de sua obra intitulada “Modernidade Líquida”, publicada no ano 2000. O autor alega, a partir daí, que o termo Pós-Modernidade apresenta problemas e que não vivemos um momento diferente da Modernidade, e sim, um desdobramento desse momento.

DICAS

Pelo fato de ser um dos grandes nomes do pensamento social contemporâneo, Zygmunt Bauman pôde nos servir de inúmeras gravações de entrevistas e outros tipos de documentários que podem ser acessados com muita facilidade. A plataforma YouTube nos oferece uma grande diversidade de vídeos nos quais podemos ver e ouvir o próprio pensador tecendo explicações sobre sua teoria. Um dos vídeos pode ser acessado por meio do link a seguir: <https://www.youtube.com/watch?v=POZcBNo-D4A>. No referido vídeo, Bauman explana seu conceito de Modernidade Líquida com suas próprias palavras, de forma simples e inteligível. Vale a pena conferir!



A partir do século XX, conforme o pensamento de Bauman, o processo de liquefação das estruturas sociais se intensifica, uma vez que esse processo já vinha ocorrendo desde os primórdios da Modernidade. Isso quer dizer que, quando contextualizamos a metáfora sólido/líquido, as sociedades que antes possuíam estruturas bem definidas, estáveis e duradouras, assim como os objetos sólidos,

passaram a ser constituídas por estruturas e relações sociais mais instáveis, sem forma e de durabilidade imprevisível. Ou seja, se antes podíamos prever com segurança o que aconteceria com a política e/ou economia um, dois ou dez anos depois de dado momento, hoje não mais conseguimos prever o que acontecerá no ano que vem. O mesmo acontece com as relações sociais e afetivas.

O “derretimento dos sólidos”, traço permanente da modernidade, adquiriu, portanto, um novo sentido, e, mais que tudo, foi redirecionado a um novo alvo, e um dos principais efeitos desse redirecionamento foi a dissolução das forças que poderiam ter mantido a questão da ordem e do sistema na agenda política. Os sólidos que estão para ser lançados no cadinho e os que estão derretendo neste momento, o momento da modernidade fluida, são os elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas – os padrões de comunicação e coordenação entre as políticas de vida conduzidas individualmente, de um lado, e as ações políticas de coletividades humanas, de outro (BAUMAN, 2001, p. 12).

Podemos conceber então a Modernidade Líquida como um período histórico no qual as instituições, tão como as relações pessoais, não são duradouras como antigamente. O fator tempo se torna escasso, por isso passamos a viver sob estratégias de como administrar o que temos. Em outras palavras, a correria do cotidiano nos leva a planejar, em curto prazo, o tempo que dispomos para que possamos atingir metas afetadas pelas incertezas contemporâneas. Emerge nesse momento uma cultura imediatista, na qual os mais distintos fenômenos que ocorrem em sociedade se dão em curto prazo, como admissão e demissão em empregos, consumo e reposição de bens materiais e até mesmo entrada e saída de relacionamentos afetivos como namoro, casamento e amizades. Tudo isso dura pouco tempo na Modernidade Líquida.

2.1 AMOR LÍQUIDO

Toda essa demanda imediatista por resultados, a ausência de tempo e o consumismo desenfreado são típicos da Modernidade Líquida, de acordo com o pensamento de Bauman. Isso reflete não só em nossos trabalhos, estudos ou no consumo de mercadorias. Os relacionamentos também são afetados por essa cultura líquida, levando-nos a adotar comportamentos afetivos semelhantes ao consumo de mercadorias nesse tempo. Ou seja, a facilidade da troca e a demanda pela aquisição de algo novo, acabam refletindo na maneira com a qual as pessoas se relacionam. Daí vem o conceito de “Amor Líquido” (BAUMAN, 2004). O Amor Líquido, em Bauman, pode ser definido pela efemeridade das relações. De outra forma, podemos dizer que as relações de amizade, companheirismo, matrimoniais ou de qualquer outra natureza estão cada vez mais passageiras, substituíveis, quando não são simplesmente descartáveis. Guedes (2005, p. 353) destaca que:

A intenção de estar junto e ao mesmo tempo não estabelecer relações duradouras é uma das principais razões da ambivalência característica dos relacionamentos atuais. Tal ambivalência resulta principalmente da instabilidade que impera na modernidade líquida, época de incertezas e inseguranças provenientes do risco que poderá trazer um novo relacionamento diante do qual previsões e mecanismos de controle não se aplicam. Bauman, ao dissecar os líquidos relacionamentos modernos, mostra como a interação entre homens e mulheres reflete uma ordem social pautada por riscos socialmente produzidos.

Zygmunt Bauman sustenta a ideia de que a liquidez nas relações afetivas, mas não só as relações estritamente amorosas, é um dos grandes fatores que caracterizam a Modernidade Líquida.

A escolha dos relacionamentos como objeto de estudo é justificada, segundo Bauman, em virtude das qualidades que possuem e os tornam representativos da sociedade moderna. A impossibilidade de prever quando e como ocorrerá um relacionamento não está restrita a casos de amor. A previsibilidade seguida da possibilidade de exercer controle sobre os diferentes tipos de relações constituintes das sociedades contemporâneas era uma das expectativas em relação à passagem de uma modernidade sólida para uma modernidade líquida (GUEDES, 2005, p. 353).

Podemos dizer que o ser humano ficou mais calculista em relação ao dispêndio de esforços para sustentar suas relações. Os relacionamentos que até o século XX eram fortes e duradouros, nos quais os seres humanos estavam mais dispostos a abrir mão de liberdades, confortos e tempo para sustentar os laços, agora são submetidos a uma série de medições e, quando desagrada uma das partes, é imediatamente dispensado. Bauman analisa a emergência das relações on-line, que acentua a fragilidade dos relacionamentos. Isso se deve ao fato de que a conveniência da distância e a falta de necessidade do embate face a face, ou seja, de conversas e discussões presenciais, fragiliza os laços entre os seres humanos. Afinal, é muito mais fácil terminar ou iniciar uma relação por detrás da tela de um computador ou aparelho celular do que encarando a outra pessoa presencialmente.

Para Bauman, as pessoas são tratadas como mercadorias na contemporaneidade. Isso quer dizer que, da mesma maneira com a qual escolhemos produtos por meio de catálogos, escolhemos pessoas com as quais nos relacionamos por meio de seu perfil em redes sociais, por exemplo. O autor identifica que as leis do mercado consumidor agora se aplicam aos relacionamentos, ou seja, adotamos a mesma dinâmica seletiva ao escolher tanto os produtos que desejamos consumir quanto as pessoas com as quais desejamos nos relacionar. Conforme nossas necessidades, buscamos pessoas com determinado perfil para nos relacionar e, a medida com que essa pessoa não atende mais aos nossos anseios, rompemos nossa relação com ela. É basicamente dessa forma que funciona o Amor Líquido na Modernidade.

Explanado o Amor Líquido em Bauman, seguiremos no próximo subtópico com a explicação acerca de dois outros conceitos muito importantes na obra do sociólogo: a segurança e o medo.

2.2. SEGURANÇA E MEDO

Bauman sustenta a ideia de que a Modernidade Líquida tem como base dois valores fundamentais: **segurança** e **liberdade**. Esses dois fatores compõem o que o pensador chama de **Ambivalência da vida** moderna. Segundo o sociólogo, não pode haver segurança sem liberdade, pois configuraria escravidão e o contrário também seria insustentável, pois liberdade sem segurança se transformaria em caos. Podemos imaginar, então, que uma vida segura e sem liberdade não faria sentido, pois o bem-estar procurado pela sociedade não se efetivaria. Do outro lado, quando possuímos liberdade, mas não temos segurança, não conseguimos planejar nossas próprias vidas.

A civilização se constrói sobre uma renúncia ao instinto". Especialmente – assim Freud – nos diz a civilização (leia-se: a modernidade) "impõe grandes sacrifícios" à sexualidade e agressividade do homem. "O anseio de liberdade, portanto, é dirigido contra a civilização como um todo". [...]. A civilização – a ordem imposta a uma humanidade naturalmente desordenada – é um compromisso, uma troca continuamente reclamada e para sempre instigada a renegociar. O princípio de prazer está aí reduzido à medida do princípio de realidade e as normas compreendem essa realidade que é medida do realista. "O homem civilizado trocou um quinhão de suas possibilidades de felicidade por um quinhão de segurança (BAUMAN, 1998, p. 8).

O ser humano contemporâneo vive, de acordo com as ideias de Bauman (1998), testando um equilíbrio ideal entre segurança e liberdade. Uma vez que possuímos mais liberdade, acabamos por abrir mão de uma parcela de nossa segurança e, inversamente, quando optamos por viver uma vida mais segura, vemos reduzida nossa liberdade. Exemplo: quando decidimos construir um muro em volta de uma propriedade rural, mesmo se nunca tenha havido furtos da produção anteriormente, perdemos a liberdade de sair e entrar livremente em nossas terras devido ao trabalho e a interrupção no processo de entrada ao terreno. Nesse caso, garantimos maior segurança aos nossos produtos e bens materiais e, por outro lado, nosso próprio acesso é dificultado. Observamos a mesma dinâmica na Segurança Pública em grandes centros urbanos: enquanto existem câmeras nos monitorando 24 horas por dia em nome de nossa segurança, não ficamos à vontade para dar um simples passeio por praças, para namorar, para nos organizar de forma mais tranquila entre outros inconvenientes.

FIGURA 7 – SEGURANÇA POR MEIO DE MONITORAMENTO CONSTANTE



FONTE: <<https://folhabv.com.br/noticia/Ruas-e-avenidas-serao-monitoradas-por-cameras-de-vigilancia/10203>>. Acesso em: 9 mar. 2020.

Essa dicotomia, de acordo com Bauman (2001), faz parte da vida em tempos de Modernidade Líquida. Estamos sempre à procura da melhor maneira de se viver, buscando o grau ideal de segurança e liberdade em nossas vidas. O autor acredita que ninguém consegue encontrar a medida correta desses dois fatores para o alcance da felicidade em uma sociedade líquida. Algo importante a ser considerado como característica da Modernidade Líquida e que diz respeito a toda essa demanda por Segurança, é a existência de outro fator constante: o **medo**.

O medo em Bauman (2008) é algo característico das sociedades capitalistas contemporâneas. O medo que as pessoas possuem é fomentado a todo o momento, seja por meio de experiências pessoais ou por experiências de outras pessoas difundidos pela mídia, pelo senso comum ou por ideologias. Hoje em dia possuímos medo de muitas coisas, por exemplo, de perder bens materiais em decorrência de furto ou roubo, de morrer em uma infinidade de possíveis situações e, até mesmo, o medo do mal, do suposto inimigo, seja ele fictício ou não. O desemprego, exclusão, terrorismo, doenças são todos fatores dos quais a humanidade tem medo contemporaneamente.

Bizarro, embora muito comum e familiar a todos nós, é o alívio que sentimos, assim como o súbito influxo de energia e coragem, quando, após um longo período de desconforto, ansiedade, premonições sombrias, dias cheios de apreensão e noites sem sono, finalmente confrontamos o perigo real: uma ameaça que podemos ver e tocar. Ou talvez essa experiência não seja tão bizarra quanto parece ser, afinal, viemos a saber o que estava por trás daquele sentimento vago, mas obstinado, de algo terrível e fadado a acontecer que ficou envenenando os dias que deveríamos estar aproveitando, mas que de

alguma forma não podíamos – e que tornou nossas noites insones... Agora que sabemos de onde vem o golpe, também sabemos o que podemos fazer, se há algo a fazer, para afastá-lo – ou pelo menos aprendemos como é limitada nossa capacidade de emergir incólumes e que tipo de perda, dano ou dor seremos obrigados a aceitar (BAUMAN, 2008, p. 7).

Embora seja característico do ser humano e da maioria dos animais, o medo vivido em sociedade nos dias de hoje é um fator que ocupa boa parte de nossos pensamentos. As incertezas intrínsecas à Modernidade nos fazem dedicar boa parte de nossa vida à segurança. Seja a insegurança física, material ou psicológica, o fato é que ela está presente de forma íntima em nossas ações cotidianas. Temos medo de não conseguirmos vagas em salas de aula, pois isso pode resultar em um futuro desemprego, temos medo de não conseguir trabalhar e, conseqüentemente, não conseguir nos alimentar e/ou suprir nossas necessidades básicas ou imaginárias, temos medo de não conseguirmos a companhia e ideal e acabarmos envelhecendo sozinhos. Enfim, são múltiplos os medos que vivenciamos nos dias de hoje, portanto, a busca por diversos tipos de segurança passa a compor boa parte de nossas vidas.

Todos nós já ouvimos histórias de covardes que se transformaram em intrépidos guerreiros quando confrontados com um "perigo real"; quando o desastre que tinham esperado, dia após dia, mas em vão tentavam imaginar, finalmente ocorreu. O medo é mais assustador quando difuso, disperso, indistinto, desvinculado, desancorado, flutuante, sem endereço nem motivo claros; quando nos assombra sem que haja uma explicação visível, quando a ameaça que devemos temer pode ser vislumbrada em toda parte, mas em lugar algum se pode vê-la. "Medo" é o nome que damos à nossa incerteza: nossa ignorância da ameaça e do que deve ser feito – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance (BAUMAN, 2008, p. 8).

Considerando que vivemos em tempos de riscos, incertezas e inseguranças cada vez mais variados e intensos, o medo passa a nos acompanhar de maneira mais estreita, moldando a forma com a qual nos relacionamos e agimos diante da sociedade. Assim como os veículos de comunicação estão cada vez mais rápidos e presentes em nossas vidas, o medo se propaga facilmente e nem sempre é real. Por exemplo: podemos nos preparar para violência cotidiana de diversas formas simplesmente pelo fato de que os noticiários nos veiculam notícias sobre assassinatos, roubos, sequestros e outros tipos de violência. Pode ser que a violência não chegue ao bairro onde moramos, mas, antes disso, já nos policiamos quanto ao horário que saímos nas ruas, aos bens materiais que carregamos conosco e, no extremo, até aderimos ao porte de armas de diversas naturezas como forma de nos sentirmos mais seguros. Podemos observar que a liberdade é sempre o primeiro fator de nossas vidas a ser afetado pelo medo.

O medo é um sentimento conhecido de toda criatura viva. Os seres humanos compartilham essa experiência com os animais. Os estudiosos do comportamento animal descrevem de modo altamente detalhado o rico repertório de reações dos animais à presença imediata de uma ameaça que ponha em risco suas vidas – que todos,

como no caso de seres humanos ao enfrentar uma ameaça, oscilam entre as alternativas da fuga e da agressão. Os humanos, porém, conhecem algo mais além disso: uma espécie de medo de "segundo grau", um medo, por assim dizer, social e culturalmente "reciclado", ou (como o chama Hughes Lagrange em seu fundamental estudo do medo) um "medo derivado" que orienta seu comportamento (tendo primeiramente reformado sua percepção do mundo e as expectativas que guiam suas escolhas comportamentais), quer haja ou não uma ameaça imediatamente presente. O medo secundário pode ser visto como um rastro de uma experiência passada de enfrentamento da ameaça direta – um resquício que sobrevive ao encontro e se torna um fator importante na modelagem da conduta humana mesmo que não haja mais uma ameaça direta à vida ou à integridade (BAUMAN, 2008, p. 9).

O medo então é dividido por Bauman (2008) em dois graus fundamentais: o primeiro grau diz respeito ao medo natural de todo o ser humano, um medo instintivo, animal, que pode ter sido o fator que garantiu a evolução e sobrevivência de nossa espécie até os dias de hoje. O segundo grau do medo é aquele adquirido por meio da sociedade e das experiências pessoais. É esse segundo grau de medo que nos faz moldar nossas vidas conforme as demandas por segurança veiculadas pela mídia, absorvidas por meio de nossas experiências passadas ou vivenciadas por terceiros. É assim que o medo se perpetua na sociedade contemporânea: além do medo que carregamos naturalmente como seres humanos, somos estimulados por meio de nossas experiências e experiências de outras pessoas que são divulgadas cotidianamente.

Podemos concluir que Zygmunt Bauman contribuiu com os conceitos de Modernidade Líquida, aderindo e, posteriormente, criticando o conceito de Pós-Modernidade defendido por alguns autores contemporâneos. Para o autor ainda vivemos a Modernidade com as consequências das primeiras configurações estruturais desse tempo. Além disso, Bauman (2001) caracteriza a sociedade Moderna de acordo com sua liquidez, ou seja, com o nível de incertezas, inseguranças e medos vividos na contemporaneidade. Agora estudaremos os principais conceitos na obra de outro grande nome da Teoria Social Contemporânea: Ulrich Beck.

3 ULRICH BECK: MODERNIDADE REFLEXIVA

FIGURA 8 – ULRICH BECK



FONTE: <<https://alchetron.com/Ulrich-Beck>>. Acesso em: 9 mar. 2020.

Nascido no ano de 1944, na Pomerânia, Ulrich Beck foi um intelectual que realizou seus estudos de Sociologia, Filosofia, Psicologia e Ciências Políticas em Munique, na Alemanha. A obra mais notável de Beck é “Sociedade de risco” (BECK, 2010), na qual o autor disserta acerca da influência da economia em uma sociedade em transformação, na sobra a forma com a qual ela incide sobre a ideologia dos indivíduos e como isso reflete nos excessos cometidos pela Sociedade de Risco.

Antes de abordarmos o conceito de Risco em Beck, devemos considerar que ele compartilha da mesma noção de **Modernidade reflexiva**, que Anthony Giddens e Scott Lash, a qual demos atenção na unidade anterior. Trata-se da ideia de que a capacidade reflexiva do ser humano influencia diretamente, como nunca antes, sobre suas condutas individuais tão como sobre a construção do mundo material, exterior a ele. A reflexividade, termo utilizado por Giddens, consiste no uso moderno da consciência a favor dos discursos e ações humanas, manifestando-se principalmente por meio da ciência. Em “Modernização Reflexiva” (BECK; GIDDENS; LASH, 2000), livro idealizado por Beck, os três autores abordam assuntos como a reinvenção da política na contemporaneidade, a vida numa sociedade pós-tradicional e a reflexividade. Beck inicia o referido texto com as seguintes indagações:

O Ocidente vê-se confrontado com questões que desafiam as principais premissas do seu sistema social e político. A questão-chave com que nos defrontamos, atualmente, é a de saber até que ponto a simbiose histórica entre o capitalismo e a democracia, que caracterizou o Ocidente, poderá ser generalizada a uma escala global? Não deveríamos, após a guerra fria e da redescoberta das amargas realidades da “convencional” arte da guerra, chegar à conclusão de que temos que repensar, ou melhor, de reinventar a nossa civilização industrial, agora que o velho sistema da sociedade industrial se desmorona, como resultado do seu próprio sucesso? Não estarão novos contatos à espera para aparecer? (BECK; GIDDENS; LASH, 2000, p. 1).

Ulrich Beck concebe a Modernidade Reflexiva como um tempo que rompe com as antigas tradições da era industrial, que se reconfigura em nosso tempo de forma a constituir novas relações entre os seres humanos. A sociedade moderna ocidental se encontra num estágio de autodestruição, segundo Beck, uma autodestruição criativa. Isso significa que os avanços, principalmente os tecnológicos, são a principal causa da ruína da sociedade. Beck acredita que

Se a modernização simples (ou ortodoxa) significa, no fundo, primeiro o descontextualizar depois o recontextualizar das formas sociais tradicionais pelas formas industriais, então, a modernização reflexiva significa primeiro a descontextualização e segundo a recontextualização das formas sociais industriais por outro tipo de modernidade. Assim, em virtude de seu inerente dinamismo, a sociedade moderna está a modificar as suas formações de classe, de *status*, de ocupação, os papéis sexuais, a família nuclear, a indústria, os setores empresários e, claro, também os pré-requisitos e as formas do natural progresso tecnoeconômico. Esta nova fase, na qual o progresso pode se transformar em autodestruição, na qual um tipo de modernização corta e transforma outro tipo, é aquela a que eu chamo fase da modernização reflexiva (BECK; GIDDENS; LASH, 2000, p. 2).

3.1 SOCIEDADE DE RISCO

Considerando esse período de autodestruição no qual se encontra a sociedade contemporânea, Beck se refere a ela como uma **Sociedade de Risco**. Porém, antes de caracterizar esse novo tipo de sociedade, precisamos distanciar os conceitos de “perigo” e “risco” na concepção de Ulrich Beck. Observe o quadro a seguir no qual constam os principais aspectos de cada um dos conceitos:

QUADRO 1 - PERIGO X RISCO

PERIGO	RISCO
• ameaças naturais: tempestades, terremotos, vulcões, tsunamis, secas entre outras; • eventos limitados no tempo e no espaço; • guerras ocorridas período pré-industrial; • desigualdade social provocada pela má distribuição das riquezas produzidas por uma nação; • fácil identificação dos responsáveis pelos eventos visíveis; • comprometimento de uma pequena parcela da humanidade e outros seres vivos.	• ameaças antrópicas: novas doenças, aumento do poder bélico, ameaça nuclear entre outras; • eventos globais que podem perdurar por gerações; • guerras contemporâneas: catástrofe nuclear iminente; • crise de desigualdade social em proporções globais, ameaçando diversas nações; • responsabilização generalizada, ações conjuntas e eventos invisíveis; • comprometimento de toda a espécie humana e, quem sabe, da vida na Terra.

FONTE: O autor

Podemos sintetizar o perigo em Beck, como ameaças naturais ou eventos provocados por seres humanos com pouco potencial destrutivo. Em outras palavras, até a era industrial, as catástrofes naturais, as guerras, a desigualdade social, não apresentavam o risco que apresentam hoje em dia, colocando em perigo pequenos grupos de seres humanos. Os autores de ações perigosas eram facilmente identificados devido à menor complexidade dos eventos, que eram facilmente visíveis, ou seja, poderíamos identificar quem iniciou uma guerra ou escravizou uma população simplesmente pelo fato de os fenômenos serem observáveis. Por fim, os eventos da chamada modernidade ortodoxa colocavam em risco apenas uma restrita parcela de indivíduos ou seres vivos, configurando-se como uma ameaça pequena em relação aos dias atuais.

O risco em Beck, por sua vez, pode ser definido como ameaças em grande escala provocadas pelo avanço tecnológico dos seres humanos. O aquecimento global, o aparecimento de novas doenças, apesar de aparentarem ser fenômenos naturais, são eventos condicionados pela humanidade e sua ação sobre a Terra. As guerras e a própria energia elétrica proveniente da tecnologia nuclear podem acarretar graves consequências a uma grande parcela da humanidade, podendo perdurar por múltiplas gerações.

O sistema político-econômico, recorrentemente em crise, pode afetar a distribuição de elementos básicos à vida das pessoas de todo o mundo, como alimentos, remédios, entre outros. As ameaças são invisíveis e de difícil culpabilização. Por exemplo: a ameaça nuclear existe apesar de sua existência estar camuflada por outros problemas sociais, os agrotóxicos, cada vez mais utilizados na produção alimentícia também existem, mas seus efeitos deletérios à saúde humana acontecem a longo prazo. Quem poderíamos responsabilizar por esses eventos? A Rússia e os Estados Unidos pelo poderio atômico ou as batalhas ideológicas que dividem o Planeta? O produtor rural familiar que produz nossos alimentos utilizando agrotóxicos ou uma economia cada vez mais competitiva e globalizada?

Os riscos vivenciados nos dias atuais possuem potencial para varrer toda a vida na Terra, diferentemente dos tempos de sociedade industrial. Se a modernidade clássica nos expunha a grandes riscos, a sociedade contemporânea apresenta possibilidades de destruição muito maiores. A Sociedade de Risco então pode ser definida por seu gigantesco potencial de autodestruição, provocado principalmente pelo avanço tecnológico e pelo fenômeno da globalização.

A modernização reflexiva, enquanto modernização a larga escala, livre e transformadora da estrutura, merece mais do que a curiosidade filantrópica como uma espécie de “nova criatura”. Esta modernização da modernização é também, politicamente, um fenômeno importante que requer a maior atenção. Por um lado, implica inseguranças profundas, difíceis de delimitar, de toda uma sociedade, com lutas entre facções a todos os níveis, também elas difíceis de delimitar. Ao mesmo tempo, a modernização reflexiva abarca apenas um dinamismo de desenvolvimento que pode, por si só, ter consequências precisamente opostas. A isto se junta, em vários continentes e grupos culturais, o nacionalismo, a pobreza em massa, o fundamentalismo religioso de várias facções e credos, as crises econômicas e ecológicas, as possíveis guerras e revoluções, sem esquecer os estados de emergência produzidos por acidentes catastróficos; ou seja, o dinamismo conflituoso da sociedade de risco, no sentido mais restrito (BECK; GIDDENS; LASH, 2000, p. 4).

A Sociedade de Risco possui a característica de ser conflituosa em sua essência. Novas classes e facções, de acordo com Beck, Giddens e Lash (2000), emergem da complexidade da realidade contemporânea e, com elas, outras lutas acontecem de forma a fragmentar ainda mais a sociedade. Os indivíduos se sentem alheios aos problemas e incapazes de os dissolver. Beck, Giddens, Lash (2000) acreditam que existam **três dificuldades fundamentais** no processo de solução dos problemas contemporâneos:

- 1- As pessoas não se sentem capazes de interferir nos riscos pelo fato de serem invisíveis à maioria delas ou, como a maioria deles, serem acontecimentos cuja solução seja de longo prazo. Um bom exemplo é a interferência nos efeitos deletérios do aquecimento global, ou melhorias sociais que possivelmente só ocorrem por meio de uma educação global voltada à cooperação mútua.

- 2- A existência de uma forte negação: quanto mais próximos os problemas se encontram em relação aos indivíduos, mais eles tendem a ignorar suas causas e/ou possíveis soluções. A exemplo podemos citar o problema da miséria e da desigualdade social: as pessoas têm se mostrado muito mais preocupadas com o bem-estar de animais do que com a exploração e destruição da própria espécie. O veganismo é um exemplar de movimento contemporâneo preocupado com a exploração animal em detrimento da miséria humana, uma vez que reivindicações pelo fim do consumo de produtos de origem animal ignora a necessidade que os trabalhadores possuem em relação à ingestão de alimentos sustentantes.
- 3- Impossibilidade de formação de grupo/classe revolucionária devido à dissolução dos problemas em meio a toda sociedade. Outro fator dificultador da revolução é a dificuldade de identificação dos inimigos. Afinal, os efeitos destrutivos da sociedade de risco são resultantes de ações históricas conjuntas, cuja responsabilidade quanto à perpetuação de tal dinâmica está dividida entre múltiplos membros da sociedade.

Sendo esses os principais desafios à mudança da condição de uma sociedade de risco, Beck (2010) apresenta uma **possibilidade de solução** para o enfrentamento das dificuldades contemporâneas: resgatar a sociedade de classes por meio da construção do sujeito revolucionário. Isso se daria por meio da reflexividade política, ou seja, conscientização dos indivíduos acerca dos riscos e ameaças que nos circundam. Assim, a conscientização alinhada à ação política seria responsável pela redução dos males sociais provocados pela sociedade de risco.

Finalizando o segundo tópico desta unidade do nosso livro didático, concluiremos o pensamento de Ulrich Beck com o conceito de Pós-Modernidade e sua posição quanto a essa expressão comumente utilizada pelos sociólogos contemporâneos. Cabe ressaltar que, embora sua utilização não seja um consenso entre os pensadores da Teoria Social Contemporânea, Pós-Modernidade é uma expressão que pode ser utilizada como parâmetro para entender melhor o tipo de pensamento que permeia a Sociologia nos dias atuais.

3.2 PÓS-MODERNIDADE

Ulrich Beck ressalta repetidas vezes em sua obra que estamos vivendo um novo momento histórico. O conceito de Modernidade Reflexiva já pressupõe que os **papéis sociais** sofreram profundas modificações. Os costumes mudaram, as maneiras com as quais o ser humano se representa, a suposta liberdade que possuímos para fazer escolhas e guiar nossas vidas, enfim, o nascimento de uma série **manifestações subjetivas** é um dos principais aspectos que delimitam esse novo momento que muitos autores classificam como **Pós-Modernidade**.

Beck (2010) acredita que a Pós-Modernidade não seja o fim da Modernidade, um outro momento histórico diferente do vivido até o século passado, e sim, uma reconfiguração estrutural da sociedade. Os riscos agora se situam na cultura do consumo, na produção em massa, nos produtos cada vez mais supérfluos que a humanidade vive para consumir. Uma das principais consequências apontadas por Beck é o risco de catástrofes ambientais anteriormente inimagináveis. Motta (2009) sintetiza as ideias de Beck acerca de um novo momento, emergente a partir do século XXI, que o autor observa uma mudança estrutural da sociedade, configurando-se agora como uma sociedade global de risco:

Sua base é a crença na antecipação da catástrofe. O conceito de sociedade global de risco possui dois momentos: 1) a reflexividade da incerteza e 2) o momento cosmopolita. O primeiro enfatiza que a ideia de controle frente às incertezas falha, e mais conhecimento gera novos riscos: a indeterminação dos riscos se configura como fundamento da organização social, o que demanda um novo conceito de sociedade e novos conceitos para as ciências sociais. O segundo momento enfatiza que os riscos globais sobrepujam as fronteiras nacionais (MOTTA, 2009, p. 388-389).

Esse novo tipo de sociedade que o século XXI moldou, desperta no ser humano outro tipo de conduta, menos coletiva, individualizada, na qual os indivíduos dispersos se tornam cada vez menos aptos a transformar a realidade na qual estamos inseridos. Essa mudança cultural implica novas formas de se pensar as relações interpessoais, e as relações entre o ser humano e a natureza.

Estes dois momentos levam a uma meta mudança da sociedade no século XXI, com as seguintes características:

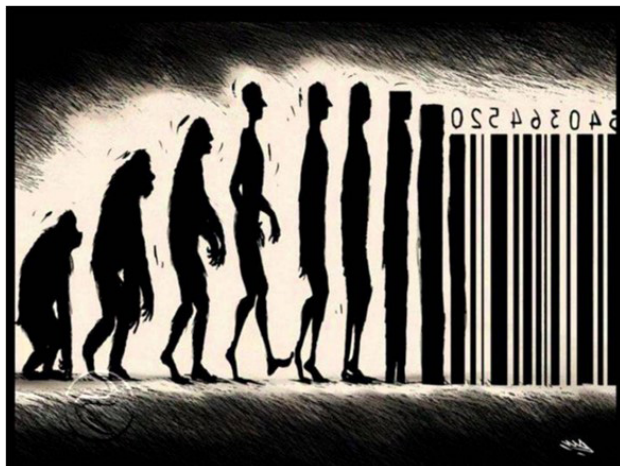
- as encenações, as experiências e os conflitos dos riscos globais alteram a base da ação e da existência coletiva em todos os campos, nacional e internacionalmente;
- riscos globais abrem questionamentos sobre como integrar o futuro no presente, como transformar as instituições para tratar do tema;
- há uma mudança cultural geral: outra concepção de natureza, do indivíduo, de “nós” e dos “outros”, de racionalidade, liberdade, democracia e legitimidade;
- uma nova ética de responsabilidade planetária, orientada para o futuro;
- os riscos se tornam causa e meio da mudança social, são o conceito básico sociológico para classificar, interpretar e organizar a vida social (MOTTA, 2009, p. 389).

Os riscos, por serem menos perceptíveis aos olhos dos indivíduos no contexto de uma sociedade global de risco, demandam ações com vistas à mudança do atual cenário de desarticulação entre os indivíduos, fator que reduz as possibilidades de mudanças concretas no mundo contemporâneo. Comim (2013) nos traz algumas ponderações em relação à posição de Beck quanto às atitudes que poderiam ser tomadas pelos indivíduos, focando na reação a essa desarticulação que nos impossibilita de participar de mudanças políticas efetivas:

[...] como os controles do risco seriam administrados no âmbito de uma sociedade civil mundial, cosmopolita? A resposta que Beck (2008) dá a esta questão é via criação de uma “política cosmopolita real”. Os Estados deveriam desenvolver políticas domésticas globais, ou seja, políticas que tornem possível a administração dos riscos globais, que estabeleçam alianças com outros países e que viabilize o desenvolvimento de um mundo mais justo. Assim, os efeitos da política cosmopolita iriam ao encontro dos interesses nacionais e, consequentemente fortaleceria o poder político dos Estados. Uma sociedade civil ativa teria papel funda mental neste contexto. Porém, Beck alerta que a esfera pública da sociedade de risco difere daquela descrita por Habermas na qual todos teriam as mesmas chances de participação e cujo relacionamento se daria via discurso racional. Segundo Beck (2008) os indivíduos reagem mediante a reflexão sobre as consequências de suas ações. Quando as consequências de tais ações são percebidas como riscos os indivíduos se mobilizam e passam a discuti-las, a se preocupar com elas (COMIM, 2013, p. 179-180).

Podemos resumir que, em Beck, a era Reflexiva da sociedade contemporânea configura a Pós-Modernidade, momento que, a partir do século XXI, intensificou os riscos sociais e despertou uma conduta mais individualista e consumista por parte dos indivíduos. A cultura do individualismo reduziu nossa capacidade de promover mudanças significativas em relação aos riscos que corremos em uma sociedade global de risco, na qual estamos imersos em incertezas em relação ao futuro ameaçado pelo avanço tecnológico e o consumismo que degrada de forma profunda a natureza.

FIGURA 9 - AVANÇO TECNOLÓGICO E CONSUMISMO NA MODERNIDADE



FONTE: <<http://www.ideiademarketing.com.br/2014/11/04/modernidade-pos-modernidade-pensamento-social-e-consumo-o-que-podemos-aprender-com-tudo-isso/>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

A imagem acima remete ao tipo de sociedade em que estamos inseridos contemporaneamente: voltada ao consumo em massa, provocado principalmente pelos avanços tecnológicos que resultam na produção de bens materiais de necessidade ilusória. Passamos toda a vida trabalhando em busca de um carro ou uma casa confortáveis, utensílios tecnológicos avançados e outros artigos que somos convencidos a acreditar que precisamos. Beck (2010) sustenta a ideia de que a sociedade global de risco provoca nos indivíduos uma espécie de carência material que só pode ser saciada por meio do consumo. Essa disputa pelo poder de consumo tende a nos distanciar, abrindo espaço para o individualismo que tanto nos afasta de concretizarmos mudanças relevantes na sociedade.

RESUMO DO TÓPICO 2

Neste tópico, você aprendeu:

- Bauman divide a Modernidade em dois momentos fundamentais: a Modernidade Sólida e a Modernidade Líquida.
- A Modernidade Líquida é caracterizada pelas incertezas que tomam conta dos indivíduos e mudanças bruscas na realidade.
- O Amor Líquido é uma configuração passageira de laços afetivos, sejam eles amorosos, de amizade ou companheirismo, facilmente substituíveis em tempos de Modernidade Líquida.
- Ulrich Beck compartilha do conceito de Modernidade Reflexiva de Giddens e Lash.
- A Sociedade de Risco é o nome que Beck atribui a uma sociedade que fecha os olhos para riscos gigantescos à vida na Terra, provocados principalmente pelos avanços tecnológicos modernos.
- A Modernidade Reflexiva é um momento Pós-Moderno na concepção de Beck, pelo fato de romper com vários aspectos sociais vivenciados pela humanidade até o século XX.

AUTOATIVIDADE



1 Zygmunt Bauman é um autor cujas contribuições para a Teoria Social Contemporânea foram gigantescas. Sua teoria da Modernidade Líquida representou um avanço significativo para a comunidade acadêmica, ajudando-nos a identificar diversos aspectos da vida em sociedade contemporânea. Desde suas ponderações sobre as relações interpessoais nos dias atuais, suas opiniões sobre os efeitos de uma vida cercada por tecnologias cada dia mais avançadas, suas análises acerca da incessante busca pelo equilíbrio entre a Segurança e a Liberdade, até suas declarações acerca do infindável medo contemporâneo, Bauman possui uma vasta obra que nos leva a refletir sobre o tipo de vida que gostaríamos de levar. Analise as afirmações que constam a seguir sobre os principais aspectos da Modernidade Líquida em Bauman e, em seguida, identifique as passagens corretas e incorretas acerca do referido tema:

- I- A Modernidade Líquida, na concepção de Bauman, representa o desenvolvimento do que, até o século XX, foi considerada uma modernidade clássica, sólida, cujas relações interpessoais eram mais sólidas e duradouras, assim como as instituições e estruturas políticas.
- II- Chamamos de Modernidade Líquida um período histórico cujas relações interpessoais se tornam, a cada dia, mais descartáveis, sendo o avanço tecnológico que culminou com as relações virtuais, uma agravante à liquidez das relações amorosas, de amizade, entre outras.
- III- As incertezas e planos de curto prazo são característicos da Modernidade Sólida, na qual os seres humanos vivenciam a escassez do tempo devido suas longas jornadas de trabalho, acontecendo o contrário na Modernidade Líquida.
- IV- Zygmunt Bauman utilizou por um tempo a expressão Pós-Modernidade para se referir à Modernidade Líquida, porém, retomou sua opinião em relação ao momento histórico que vivemos: uma fase da própria Modernidade.

A alternativa que apresenta somente as frases CORRETAS é:

- a) ☐ I, II e III.
- b) ☐ I, II e IV.
- c) ☐ I, III e IV.
- d) ☐ Todas as frases estão corretas.
- e) ☐ Todas as frases estão incorretas.

2 Ulrich Beck é um dos autores contemporâneos mais citados da academia, responsável pela produção de uma ampla obra e que compartilha com autores como Anthony Giddens e Scott Lash a teoria da Modernidade Reflexiva. Para o autor, a Modernidade Reflexiva resulta em um novo tipo de sociedade na contemporaneidade, com aspectos diferentes da sociedade existente até o século XX. A essa nova sociedade,

Beck atribui o nome de Sociedade de Risco. É importante considerarmos que o conceito de risco em Beck, difere-se profundamente do sentido convencional de perigo, configurando-se como algo muito mais destrutivo. Considerando nossos estudos voltados à teoria de Ulrich Beck, observe as alternativas a seguir, em meio às quais existem frases que destoam de suas ideias. Em seguida, assinale V para as alternativas verdadeiras e F para as frases que apresentam informações falsas em relação à teoria do referido autor.

- () A Sociedade de Risco em Beck apresenta diversas ameaças à humanidade, como terremotos, vulcões, tsunamis, tornados e diversas outras catástrofes naturais.
- () A diferença fundamental entre os perigos aos quais a humanidade estava submetida até o século XX e os riscos que a humanidade corre hoje em dia, acontecem principalmente devido aos avanços tecnológicos.
- () As ameaças da Sociedade de Risco são majoritariamente provocados pelas ações dos seres humanos, com potencial para comprometer toda a vida no nosso planeta.
- () Dentre algumas das principais ameaças existentes na Sociedade de Risco estão a produção alimentícia por meio da aplicação de agrotóxicos e as ameaças nucleares armamentistas e provenientes da produção de energia.

Agora marque a opção que corresponde à sequência CORRETA:

- a) () V – F – V – V.
- b) () F – V – F – V.
- c) () F – V – V – F.
- d) () V – F – F – V.
- e) () F – V – V – V.

- 3 A artificialidade, alternância e descartabilidade das relações interpessoais compõem um dos principais aspectos da vida na Modernidade Líquida. Com base em nossos estudos sobre a teoria de Zygmunt Bauman, desenvolva uma síntese do que o autor considera o “Amor Líquido”.

APROFUNDANDO AS TEORIAS

1 INTRODUÇÃO

No último tópico da Unidade 2, aprofundaremos na Teoria Social Contemporânea, principalmente no que se refere aos conceitos de Modernidade e Pós-Modernidade. A Modernidade é tema das discussões do francês Bruno Latour, que também desenvolve debates em torno de sua teoria ator-rede.

Finalizaremos a presente unidade com Michel Maffesoli, que inova em suas noções de Pós-Modernidade e Tribos Urbanas. A partir da leitura de ambos os autores, entenderemos melhor as tendências do pensamento formulado no interior da Sociologia Contemporânea.

Bons estudos!

2 BRUNO LATOUR: MODERNIDADE E TEORIA ATOR-REDE

O francês Bruno Latour, nascido em Beaune, no ano de 1947, pode ser considerado um inovador híbrido de sociólogo, filósofo e antropólogo, além de um entusiasta de educação transdisciplinar. É professor e pesquisador do Centro de Sociologia da Inovação da École Nationale Supérieure des Mines de Paris, pesquisas a área das ciências e das tecnologias, inserindo o conceito de rede em suas explicações acerca do mundo contemporâneo.

FIGURA 10 - BRUNO LATOUR



FONTE: <<https://saudeamanha.fiocruz.br/bruno-latour-e-a-mudanca-climatica/#.XmpEJHJKgdU>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

Diferente de todos os autores que estudamos na presente unidade e na anterior, Bruno Latour lança mão da perspectiva de que **a humanidade ainda não atingiu o momento histórico da Modernidade**, por meio de sua obra publicada no ano de 1991, intitulada “Jamais fomos modernos” (LATOUR, 1994), traduzida mais tarde, em 1994, para o português.

O primeiro capítulo de sua obra (LATOUR, 1994), intitulado “Crise”, disserta sobre os grandes avanços da ciência e da tecnologia e suas desastrosas consequências. Já demonstra sua aversão à compartimentação de explicações acerca dos fenômenos sociais contemporâneos por meio de recortes no campo da economia, política, ciência, cultura, religião e outros campos do saber. Em outras palavras, o autor afere que a realidade é composta por diversos aspectos dos quais os analistas abrem mão de conhecer por completo. Ou seja, um economista tenta explicar a realidade por meio de um ponto de vista puramente econômico, pautado nas relações mercantis, enquanto o cientista social sustenta o enfoque sociológico, ambas explicações insuficientes quando consideradas separadamente.

A partir das análises acerca da produção contemporânea do conhecimento, Latour (1994) acredita no caráter ambíguo da modernidade, separada, de um lado pela produção de conhecimentos voltados ao poder da humanidade e sua política e, por outro, ao conhecimento da natureza. Dessa forma, não poderia considerar que atingimos o estado de seres modernos, pois o próprio conceito de Modernidade pressupõe a separação entre governo, ciência, natureza, humanos, não humanos e suas relações. O autor acredita que essa separação ainda não exista, sustentando a ideia de que todos esses elementos estão interligados por meio de uma espécie de **rede**, que abordaremos mais adiante.

Ainda no primeiro capítulo, Bruno Latour argumenta sobre a existência de **híbridos**: objetos que não podem ser explicados como fenômenos completamente naturais ou completamente sociais. A “crise” em Latour se refere à contínua subdivisão do conhecimento em campos do saber independentes. Tomando como exemplo as notícias veiculadas nos jornais, literatura que os seres humanos contemporâneos tendem a tomar como a verdade absoluta, Latour reflete sobre a mistura entre a cultura humana e natureza que existem no interior dessas informações, formando os híbridos.

Na página quatro do jornal, leio que as campanhas de medidas sobre a Antártida vão mal este ano: o buraco na camada de ozônio aumentou perigosamente. Lendo um pouco mais adiante, passo dos químicos que lidam com a alta atmosfera para os executivos da Atochem e Monsanto, que estão modificando suas linhas de produção para substituir os inocentes clorofluorcarbonetos, acusados de crime contra a ecosfera. Alguns parágrafos à frente, é a vez dos chefes de Estado dos grandes países industrializados se meterem com química, refrigeradores, aerossóis e gases inertes. Contudo, na parte de baixo da coluna, vejo que os meteorologistas não concordam mais com os químicos e falam de variações cíclicas. Subitamente os industriais não sabem o que fazer. Será preciso esperar? Já é tarde demais? Mais abaixo, os países do Terceiro Mundo e os ecologistas metem sua colher e falam de tratados internacionais, direito das gerações futuras, direito ao desenvolvimento e moratórias (LATOUR, 1994, p. 7).

Podemos observar todas as coisas e fenômenos da realidade são híbridos, ou seja, objetos que não podem ser concebidos por meio da explicação advinda de explicações provenientes de conhecimentos sociais ou naturais, separadamente. No trecho anterior, cada especialista possui um ponto de vista, ora complementares, ora discordantes. Assim, um indivíduo capaz de explicar de forma mais precisa um fenômeno, seria aquele capaz de enxergar um objeto por meio de uma visão mais abrangente, interdisciplinar, utilizando outra expressão: uma perspectiva híbrida.

Na página seis do jornal, recebo a informação de que o vírus da AIDS de Paris contaminou o vírus que estava no laboratório do professor Gallo, que os senhores Chirac e Reagan haviam, contudo, jurado solenemente não questionar novamente o histórico desta descoberta, que as indústrias químicas estão demorando a colocar no mercado remédios fortemente reivindicados por doentes organizados em associações militantes, que a epidemia se dissemina na África negra. Novamente, cabeças coroadas, químicos, biólogos, pacientes desesperados e industriais encontram-se envolvidos em uma mesma história duvidosa (LATOUR, 1994, p. 7).

Considerando o trecho supracitado, torna-se evidente que a compartimentação dos conhecimentos nos distancia dos fatos, da realidade. Observamos que nenhum dos especialistas consegue explicar de forma plena um dado fenômeno. Freire (2006) sustenta a ideia de que Latour aponta para uma impossibilidade de dissolução entre as características naturais e sociais de determinados problemas. Alguns fenômenos são consequência da interação entre natureza e sociedade.

Em *Jamais fomos modernos* (1994), o autor argumenta que a tradicional divisão de tarefas em que a gestão da natureza cabia aos cientistas e a gestão da sociedade aos políticos tem se tornado cada vez mais incapaz de dar conta de fenômenos contemporâneos, como o buraco na camada de ozônio, embriões congelados e organismos geneticamente modificados. Isso porque a tentativa moderna de purificação dos domínios natural e humano fracassou através de seu efeito colateral mais indesejável: a proliferação de híbridos (Ferreira, 2002). Essa proliferação de objetos que já não podemos considerar nem totalmente naturais nem totalmente sociais nos faz questionar sobre essa radical separação entre natureza e cultura produzida pelo mundo moderno. Conforme demonstra Latour, na prática nunca paramos de criar esses híbridos, apenas recusávamos assumi-los para defender um paradigma que já não se sustenta mais, o que o conduz a afirmar de modo categórico que jamais fomos verdadeiramente modernos. É preciso então questionar este paradigma fundador para que possamos compreender nosso mundo atual através de um olhar moderno (FREIRE, 2006, p. 53).

Concluindo as observações feitas acerca do primeiro capítulo de sua obra (LATOUR, 1994), sintetizamos o conceito de híbrido como fenômeno que não pode ser explicado apenas com base em premissas sociológicas ou culturais, tampouco por explicações advindas apenas das ciências naturais de maneira separada. Trata-se da imbricação entre fenômenos naturais e provocados pelo homem, cuja ciência contemporânea, dividida, é incapaz de explicar. Pelo fato da incapacidade de concebermos tais problemas de forma integral, ou seja, interdisciplinar, ainda não alcançamos a Modernidade, conforme os estudos de Bruno Latour.

FIGURA 11 - RELAÇÃO SER HUMANO X NATUREZA



FONTE: <<http://vitorsaberecriar.blogspot.com/2011/09/desmatamento-x-vida.html>>.
Acesso em: 12 mar. 2020.

Um bom exemplo de fenômeno que não pode ser explicado apenas por meio de pressupostos naturais ou sociais de maneira separada, encontra-se no surto de dengue em diversas cidades brasileiras. A dengue, apesar de ser uma doença que nasce por meio de e um fenômeno natural, passa por um processo de intensificação nos centros urbanos contemporâneos. Isso se deve a diversos tipos de ação humana: desmatamentos, acúmulo de água em uma multiplicidade de recipientes, acúmulo de lixo, entre outros. Portanto, podemos classificar os surtos de dengue como um fenômeno híbrido.

Outro exemplo que ilustra um fenômeno que podemos classificar como híbrido, é a pandemia de COVID-19, uma doença provocada pelo Coronavírus SARS-CoV-2. O problema teve início por meio de uma zoonose, patologia advinda de animais não humanos, nesse caso, do morcego. Apesar de ser um mal ocasionado por circunstâncias relativamente comuns como o contato entre animais de diferentes espécies, o Coronavírus se espalhou por todo o planeta em pouquíssimo tempo. No ano 2000, o SARS-CoV-1 (SARS é sigla para Síndrome Respiratória Aguda Grave), que também é um Coronavírus, espalhou-se pela China e foi contido com sucesso. Acontece que os vírus estão em constante mutação e um deles, a que provoca o COVID-19, disseminou-se entre os seres humanos em um curto período. Um dos fatores que agravaram a pandemia de maneira mais devastadora, a ponto de se tornar um dos maiores problemas contemporâneos da humanidade, foi genuinamente social: a globalização.

O fenômeno social globalizador, que estende a todos os continentes do mundo a dinâmica sociopolítico-econômica capitalista, permite com que as pessoas entrem em contato e, conseqüentemente, o COVID-19 facilmente transmissível por meio do ar e da saliva de infectados também viaja por meio delas. Os primeiros casos da nova versão da doença ocorreram no final do ano de 2019 na China, que também foi o primeiro país a se preparar para uma pandemia de escala global. O vírus se espalhou rapidamente e os primeiros infectados foram os indivíduos pertencentes às classes mais privilegiadas economicamente da sociedade, talvez pelo fato de que o referido estrato social tenha mais acesso a viagens ao exterior de seus países. A quarentena foi inevitável em todo o planeta e a construção de novos hospitais não foi suficiente para evitar centenas de milhares de mortes até o mês de abril de 2020. Portanto, podemos considerar híbrido o fenômeno da pandemia de COVID-19, pois emergiu da natureza não humana e foi potencializada pela dinâmica de nossas relações sociais.

DICAS

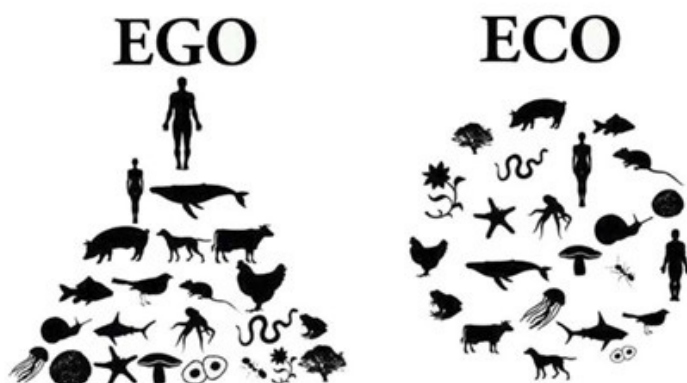


Bruno Latour é um dos autores contemporâneos que se dedicam às reflexões acerca da relação entre seres humanos e natureza e, quem sabe, no caráter indissociável desses dois elementos, uma vez que a espécie humana é fruto da natureza. No documentário realizado pelo Climacom – Cultura Científica, Latour faz algumas breves, porém interessantes ponderações sobre a maneira com a qual o ser humano se relaciona com a natureza. O vídeo está disponível na plataforma YouTube e pode ser acessado através do link <https://www.youtube.com/watch?v=nZoQvVAJFHA>. Vale a pena conferir!

O segundo conceito latouriano, de grande destaque em sua obra, encontra-se na **Relação Ator-Rede**. Antes de entrarmos em sua definição, devemos saber que, na perspectiva de Latour, a contemporaneidade está marcada por um distanciamento do ser humano dos demais elementos que constituem nossa realidade. Os animais, as plantas, os objetos e fenômenos diversos são analisados pelas ciências como alheios à humanidade, tendência humanista que deu origem inclusive à Antropologia, à Sociologia e as Ciências Sociais como um todo. Da mesma forma com que as ciências humanas tiveram origem no isolamento do ser humano como um elemento independente da natureza, essa análise fragmentada da realidade enviesou uma sociologia cuja supremacia da sociedade, ou seja, a sobreposição da cultura humana sobre os demais elementos da natureza é a ideia central.

Latour nos oferece um novo olhar aos objetos, que podem moldar nossos campos de ação. Os objetos agora não passam apenas de mercadorias aos quais se atribui um valor social, ou simplesmente se classifica, como algo alheio ao ser humano. O autor propõe uma visão integradora dos objetos, ou seja, sugere enxergarmos as coisas como parte da natureza, uma natureza que não pode ser definida por campos de conhecimento particionados, divididos. Os objetos possuem então um papel fundamental no que diz respeito às nossas condutas, à nossa maneira de pensar e agir. Para pensar os objetos dessa maneira, devemos equiparar as coisas aos seres humanos, colocá-los lado a lado conosco, pensando na hipótese que a (in)existência deles pode influenciar diretamente nossas condutas.

FIGURA 12 - REFLEXÃO ACERCA DA SOBREPOSIÇÃO/EQUIPARAÇÃO ENTRE SERES HUMANOS E OBJETOS/NATUREZA



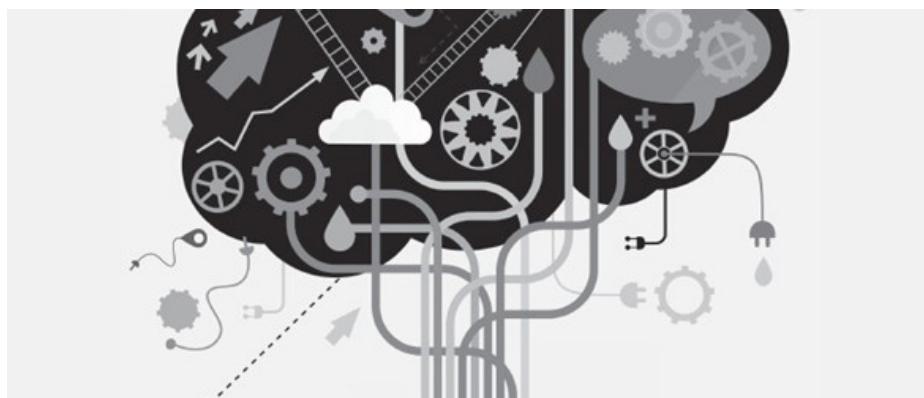
FONTE: <<http://autossustentavel.com/2018/09/quando-a-alimentacao-e-ego-e-quando-e-eco.html>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

Os objetos então possuem, na visão de Latour, o potencial de promover facilidades em nossas vidas, promover facilidades em nossos campos de ação. Um bom exemplo é o advento da escrita e da pesquisa: poucos anos atrás não existia a digitação, tão pouco a internet, capaz de acelerar de forma brusca o processo de escrita, correção e publicação. Há poucas décadas, para escrevermos um livro, necessitaríamos de uma execução manuscrita, utilizando-nos de dicionários e diversos livros de apoio, acessados somente por meio de viagens a diversas bibliotecas diferentes. Hoje em dia, por meio da criação de uma **rede sociotécnica**, conseguimos acesso a tecnologias que facilitam todo o processo, desde a rápida digitação, aplicativos e *softwares* de correção ortogramatical, ao acesso de documentos, inclusive livros, compartilhados por meio da internet.

A rede sociotécnica consiste basicamente em um conjunto de saberes, vivências, conhecimentos e principalmente pessoas, com as quais os seres humanos se relacionam no decorrer da vida e que lhes permite progredir em infinitas direções. Explicando por meio de outras palavras, a rede sociotécnica é o elemento que garante ao ser humano contemporâneo novas formas de agir. Um bom exemplo de rede sociotécnica é a estabelecida entre aluno (**ator**) e professores de diferentes disciplinas (**rede**). Exemplo: por meio do professor de química, o aluno aprenderá os fundamentos de uma reação química fisiológica que o ajuda a ficar mais resistente a doenças, moldando alguns de seus hábitos cotidianos. Eis um fio da rede! O professor de Direito ensinará a esse mesmo aluno a dinâmica da legislação trabalhista, o que o deixa ciente de mais prerrogativas garantidas pela lei, preparando-o para possíveis necessidades de reivindicação por direitos laborais. Mais um fio da rede! Dessa forma, quanto mais fios tecem a rede sociotécnica do indivíduo, mais liberdade o sujeito possui para agir.

A **Teoria Ator-Rede** consiste nessa interação entre ator e compositor da rede com as demais pessoas, objetos, ensinamentos entre outros elementos que irão ampliar seu campo de ação. Latour acredita que a rede sociotécnica possui potencial de acelerar a concretização de ações humanas e, em muitos casos, ampliar a eficiência das ações. Outro exemplo é o sistema de comunicação via aparelhos celular: enquanto há alguns anos atrás precisaríamos mandar cartas para nos comunicarmos com uma rede de amigos que moram em cidades distantes, hoje em dia mandamos mensagens de texto que são recebidas quase que instantaneamente pelos destinatários, em qualquer parte do planeta Terra.

FIGURA 13 - REFLEXÃO ACERCA DAS REDES SOCIOTÉCNICAS



FONTE: <<https://politics.org.br/edicoes/o-que-%C3%A9-governan%C3%A7a-de-algoritmos>>.
Acesso em: 14 mar. 2020.

Podemos dizer que as redes sociotécnicas fazem com que os indivíduos absorvam vivências capazes de, como representado na imagem acima, modificar o interior da mente do indivíduo e, quem sabe, transcender o indivíduo, manifestando-se na forma de suas ações, fala e demais manifestações. Essas manifestações, por sua vez, podem compor as redes sociotécnicas de outros indivíduos que utilizarão esses conhecimentos, experiências, objetos, vivências transferidas por meio das manifestações do primeiro indivíduo.

Sintetizando os conceitos de Latour que acabamos de estudar, podemos dizer que contribuíram para uma nova perspectiva sobre a Modernidade: ela ainda não foi alcançada pelos seres humanos por sua incapacidade de conceber fenômenos que misturam elementos da natureza combinados à ação humana. Além disso, Bruno Latour nos apresentou a Teoria Ator-Rede, que consiste na interação entre atores (indivíduos) e uma rede sociotécnica – mundo exterior, fornecedor de experiências que ampliam o campo de ação do indivíduo.

3 MICHEL MAFFESOLI: PÓS-MODERNIDADE E TRIBOS URBANAS

Michel Maffesoli é um filósofo e sociólogo francês, nascido em Grassessac no ano de 1944. Estuda o imaginário contemporâneo por meio da filosofia fenomenológica e se utiliza, também, da sociologia compreensiva a fim de trabalhar com o conceito de Pós-Modernidade. Também dedica boa parcela de seus estudos às chamadas tribos urbanas, conceitos que aprofundaremos no decorrer do presente subtópico.

FIGURA 14 - MICHEL MAFFESOLI



FONTE: <<https://www.jornaldocomercio.com/site/noticia.php?codn=178915>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

Começemos então por seu conceito de **Pós-Modernidade**. Na concepção de Maffesoli, a Modernidade, que se iniciou no século XVII, termina em meados do século XX. Desde então vivemos um outro momento histórico, outra época: a Pós-Modernidade. Maffesoli acredita que uma outra civilização se inicia com o advento o processo de pós-modernização, cujos valores se diferenciam dos valores outrora modernos. O autor destaca a existência de um conflito entre duas classes distintas que são as:

- **Sociedades oficiais:** que continuam atreladas aos valores modernos, como individualismo, racionalismo e o progressismo. Pensamento voltado a acontecimentos futuros, ao amanhã.
- **Sociedade oficiosas:** novas gerações, o povo em geral, que destacam valores como a “**Tribo**”, a comunidade, a dimensão emocional. Pensamento voltado ao agora.

A partir desses dois conceitos que Maffesoli introduz suas perspectivas acerca da Pós-Modernidade e das tribos. O sociólogo sustenta a ideia de que o povo pós-moderno, ou seja, as tribos contemporâneas possuem um incessante desacordo com as elites que regem a trama social. Esse conflito resulta em múltiplas revoltas em busca por soluções dos problemas dos dias atuais.

No que se refere ao termo tribo, Michel Maffesoli (1997) destaca:

Os termos 'tribo' ou tribalismo parecem-me mais adequados para traduzir as identificações sucessivas derivadas dessas matrizes comuns que são megalópoles. Assim como as tribos primitivas se identificavam ao meio ambiente e através disso ao meio social, com o qual partilhavam a natureza, nas selvas de pedra da 'civilização do asfalto', as tribos contemporâneas comungam com seus bairros, ruas, lugares de encontro e criam assim uma socialidade específica impossível de ser compreendida com nossos clássicos e demasiadamente racionais instrumentos de análise. Há um imaginário da cidade, do espaço, que suscita imaginários tribais, nos quais o fantasma, o desejo, a nostalgia, a utopia têm a sua parte, longe de ser desprezível (MAFFESOLI, 1997, p. 256).

Considerando o trecho citado acima, Maffesoli acredita que as tribos contemporâneas estão adaptadas a um novo contexto tempo-espacial que os autores clássicos da Teoria Social não previam, ou seja, os grupos de seres humanos atuais estão contextualizados na "selva de pedra", que implica novos comportamentos, novas sociabilidades e, conseqüentemente, uma nova civilização. É daí que vem o conceito de **Tribos Urbanas**, que consiste na associação de indivíduos em um cenário jamais existente na história da humanidade: a cidade.

Tribos urbanas são subgrupos inseridos dentro do contexto urbano, sobretudo, das metrópoles. Eles podem compartilhar as mesmas ideologias hábitos, gêneros musicais, vestimentas, entre outras características. Elas surgem da necessidade que os jovens contemporâneos possuem de se agrupar, pertencer a algo, ter uma identidade. Assim, buscam as chamadas Tribos Urbanas, que se agrupam naturalmente em torno de aspectos individuais comuns uns aos outros.

Maffesoli acredita que uma das principais características das tribos contemporâneas seja o afeto por sua comunidade. Apesar de em constante agitação, ou seja, fluidez e efemeridade, a dimensão emocional do indivíduo pós-moderno é mais intensa do que a existente no período Moderno. A sensação de pertencimento a um grupo necessita ser concretizada por meio da socialização, da adoção do sujeito por parte de alguma das diversas tribos contemporâneas existentes.

[...] tento analisar a emergência de uma cultura do sentimento [...] na qual predominam o ambiente, a vivacidade das emoções comuns e a necessária abundância de supérfluo que parece estruturar a socialidade pós-moderna. Essa cultura permite compreender a

transfiguração do político em esboço sob os nossos olhos. De fato, quem diz sentimento partilhado, diz pluralização, pois se inclina ao infinito a atração ou a repulsão que me liga, ou separa, ao outro, do outro (MAFFESOLI, 1997, p. 21- 22).

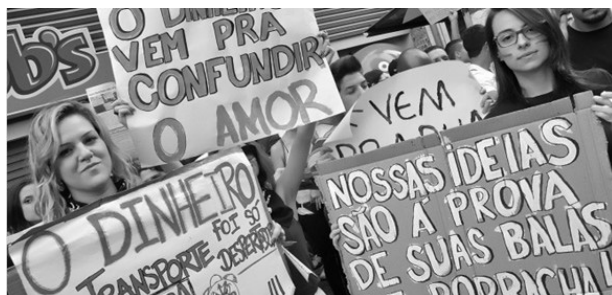
As tribos urbanas podem ser concebidas como uma multiplicidade de tipos, configurações, classes de associações humanas. Massa, comunidade, tribo, clã, coletivo, gangue, *crew* são algumas entre diversas categorias de agremiação de seres humanos urbanos na contemporaneidade. A necessidade, seja pelo levantamento de uma bandeira, representação de uma ideologia, ou representação de signos pertencentes a uma determinada classe de seres humanos é marcante na Pós-Modernidade, de acordo com as ideias de Maffesoli.

Pode ser a massa, a comunidade, a tribo ou o clã, pouco importa o termo empregado, pois a realidade designada é intangível; trata-se de um estar-junto grupal que privilegia o todo em relação aos seus diversos componentes. Signos precursores, como a cultura dos sentimentos, a importância do afetual ou do emocional, aparecem enquanto elementos que tornam essa 'grupalidade' especialmente pertinente (MAFFESOLI, 1997, p. 195).

Outra importante característica das tribos contemporâneas é a resistência contra a padronização das condutas individuais. Existe agora uma necessidade de protesto intrínseca à juventude chamada pós-moderna, ao mesmo tempo em que está naturalmente inclinada a compor um grupo social. Um bom exemplo é o movimento contracultural dos anos 1960, durante o qual a juventude se voltava contra algumas imposições sociais do sistema capitalista. As tradições, o autoritarismo, a corrida armamentista, padrões de sociabilidade eram veementemente criticados por diversos grupos juvenis.

O referido movimento teve início na Europa (fenômeno cultural *anti-establishment*) e se espalhou por todo o mundo de forma rápida. Nos Estados Unidos da América, as principais reclamações eram acerca do avanço do militarismo naquele país em decorrência, principalmente, da guerra do Vietnã. No Brasil, o movimento contracultural, que teve influência das manifestações estadunidenses, ganhou força por meio do engajamento político da juventude. O movimento estudantil abriu espaço para a emergência de diversas tribos urbanas, cada uma delas com suas respectivas reivindicações. Cabe ressaltar que até os dias atuais o movimento estudantil brasileiro agita diversas manifestações por todo o país.

FIGURA 15 - MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO



FONTE: <<http://agenciasn.com.br/arquivos/3219>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

Podemos concluir que Michel Maffesoli é um dos pensadores entusiastas da ideia de que vimos no período histórico da Pós-Modernidade, cujas implicações na sociedade são, basicamente, o senso de coletividade. Nesse momento, a humanidade está mais inclinada a “estar-junto” e a “viver-junto” muito mais do que se fazia até meados do século XX.

Lançando para a pós-modernidade um outro olhar metodológico, no qual propõe a busca de semelhanças e não de verdades, Maffesoli trabalha com o que chama de “dimensão aberta”, empregando noções e pressupostos no lugar de conceitos. Assim, a pós-modernidade, para Maffesoli, não se trata de um conceito, e sim do que está sendo elaborado depois da modernidade, um momento histórico, em que a aparência, o senso comum ou a experiência vivida, por meio da razão interna, retomam uma importância que a modernidade havia lhes negado em favor do pragmatismo econômico. A pós-modernidade nos traz a revolução da vida quotidiana, na qual perdura o conhecimento íntimo e intuitivo de um mundo não mais individual, mas coletivo. Considera a cultura feita de elementos simples que sedimenta o estar-junto e o viver-junto, expressos na duplicidade, na teatralidade quotidiana, no sentimento trágico da existência, no fantástico vivido no dia a dia, na proxemia que se mostra insignificante e, ao mesmo tempo, estruturante (NITSCHKE *et al.*, 2017, p. 3).

A era pós-moderna é, para Maffesoli, marcada pelo tribalismo, manifestação social que rompe com os laços frios do industrialismo moderno. Esse novo tipo de sociabilidade implica o estreitamento dos laços humanos e amenização das disparidades internas à sociedade. Esses novos grupos emergentes na pós-modernidade seriam, conforme as ideias do referido autor, responsáveis pela emergência de uma nova representatividade política, ou seja, uma nova forma entrar em consenso no interior das sociedades, configurando potencial alternativa à “democracia” de tempos modernos.

Além de suas contribuições para com a ideia de Pós-Modernidade, rompimento com um momento histórico que foi cessado no século passado, segundo o autor, Maffesoli contribuiu com as reflexões acerca das novas relações tribais, intrínsecas à natureza humana, no contexto da contemporaneidade. Ele ressalta seus principais pressupostos em relação à formação de associações urbanas e suas reivindicações em tempos de sociedade pós-moderna.

LEITURA COMPLEMENTAR



O NEOVELHO PROBLEMA: O OBJETIVO E O SUBJETIVO EM SOCIOLOGIA CONTEMPORÂNEA

Marcos Antônio Rodrigues Vasconcelos Filho

1 ANTES DO INÍCIO

Bem arredo deste artigo o tentar desenvolver discussão em torno de toda a problemática do conhecimento no que diz respeito ao objetivismo e ao subjetivismo em sociologia da contemporaneidade. O que se objetiva é sim uma abordagem em que se percorram alguns escritos sociológicos a partir, principalmente, de meados do século XX, indicando aspectos e de que maneira – como principal fundamento de todo o texto científico – a tríade clássica das Ciências Sociais (Durkheim-Marx-Weber – porém não apenas estes) influi sobre o pensamento epistemológico e sobre o método em sociologia dita da contemporaneidade.

1 AO VIVER DOS QUE NÃO MAIS VIVEM

A tendência de muitos ao se referirem a determinados autores ditos clássicos nas Ciências Sociais é refutá-los. Alegam, quase sempre, eles, que não deveria a ciência, como tal, deter-se em mortos, tratar deles, nem evocá-los em suas produções. Com um quê de devir ou com um misto talvez de futurismo exacerbado ou futurologismo acentuado, estes “futurólogos” compactuam ciência e verbetes como avanço, desenvolvimento, dinâmica, mudança, novel, entendendo-se vezes várias que o papel de cientista é promover um “P”: assim mesmo alegorizante, de um Progresso – maiúsculo.

Não se pode, todavia, prescindir do passado. Sob pena de chafurdar-se na escuridão do processo de fazimento dinâmico do conhecer, é que o cientista deve aproveitar o que se produziu, conhecer autores os mais diversos, notar o que neles permanece ou não válido, de acordo com o tempo em que vive, e seguir em frente.

De igual forma ocorre com a *Sociologia*. Nomenclatura comtiana no seu ecletismo etimológico greco-romano, é ela reflexa de disciplina não raras oportunidades válida como titulação sinônima de *Ciências Sociais* (quem sabe no esforço de melhor disseminá-la como profissão e instituição).

Em Sociologia, quem desejoso, todavia, de conhecer e tornar compreensíveis muitos autores contemporâneos quase sempre deverá fazer uma “bridge” com os seus antecedentes. Autores tais quais Bourdieu (1989), Parsons (1969), Giddens (1989),

Baudrillard (1994), Marcuse (1967), T. H. Marshall (1967), Przeworski (1989), Dahrendorf (1981), até o alcance de discussões mais recentes, como as de Antunes (1998), Offe (1994), Sousa (2003), Gorz (1987), não podem ser preteridos nem prescindidos. Inevitável, imperativa em verdade, uma sua boa compreensão pelo sociólogo ou pelo pesquisador simplesmente curioso, em que se empreenda um processo comparativo de epistemologias e métodos quase sempre afluentes do positivismo, do weberianismo e do marxismo, sobremodo.

a. Da tríade clássica

O positivismo teve como fundamento central a defesa de uma neutralidade axiológica no processo científico do conhecer ou na caminhada rumo ao descanso do espírito humano ao alcançar o estado terceiro: positivo. É o zênite do objetivismo. Predomínio quase absoluto daquele sobre qualquer subjetivismo na produção científica.

Acreditava-se ser possível o fazer ciência sem que o próprio cientista influísse sobre aquilo que pesquisava. Seria possível? Depois de Comte (1996) e Durkheim (2002), muitos sociólogos insistiram em tal perspectiva, apesar de outros não haverem trilhado, necessariamente, por este viés.

Se Durkheim destoa, nalguns aspectos, do positivismo comtiano, ele ainda retém traços do fundador da “física orgânica”. A sua unidade sociológica pluraliza a singularidade epistemológica de Auguste Comte. Durkheim mantém a perspectiva objetiva de neutralidade ou *pasteurização* do pesquisador. E não apenas isso. É importante frisar que a sua sociologia das representações coletivas tem por objeto os fatos sociais entendidos como *coisas*. Nele, até a sua psicologia é objetiva (DURKHEIM 2002, p. 17). Não há o predomínio do indivíduo sobre a sociedade, mas desta sobre aquele. Basta lembrar a exterioridade face às consciências individuais e, mais importante ainda, o seu estudo fundamentado pela coerção ou o “peso social” que sofre o indivíduo, subjugado a leis morais e jurídicas sociais.

Grande diferencial adveio com Weber. Trata-se de Max, antes que se pense em seu primo Alfred, ambos exímios estudiosos dos processos da sociologia da religião. Em dois densos textos, incluídos em *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*, sejam, “A objectividade do conhecimento nas Ciências e na Política Sociais” e “O sentido da ‘neutralidade axiológica’ nas Ciências Sociológicas e Econômicas”, Weber principia afastando-se da pasteurização positivista ou da objetividade total, para, ao fim de suas sustentações, *positivar-se* mais uma vez. Ou seja, Weber diz do pesquisador que são justamente os seus preconceitos, a sua racionalidade, o seu individualismo, os seus juízos, os seus valores que imprimem à sua ciência (à ciência que *ele* constrói) traços subjetivos, mas, bem esclarecido, ao fim da pesquisa, os *resultados* que obtém são *universais*, ou melhor, imparciais, neutros (WEBER, 1974).

É justamente o contrário de Marx. É pouco notado, talvez, que a sua inovação (muitos marxistas, ontológicos ou não, insistem em frisar exageradamente uma “revolução” mais que “copernicana” da modernidade) está na *contradição* do conceito de ideologia. Se Marx, porém, retoma a essencialidade (essencialismo, substancialismo) das ideias, entendendo-as como concepções ou visões de mundo (sem comentar as concepções mannheimianas de ideologia e utopia; o que seria o mesmo que discutir funcional-sociologicamente uma perspectiva entre dinâmica e estática), ele aprofunda duas vertentes de uma mesma problemática:

- I- O objetivo e o subjetivo como construção epistemológica ou na produção do conhecimento;
- II- O objetivo e o subjetivo não apenas no sentido utilitário, mantenedor, mas contemplando o seu aspecto perturbador e estrutural, atentando para o lugar do indivíduo, do agente ou ator (no sentido consagrado e translado ao português da expressão de Weber), como ser capaz de influir sobre o seu tempo, de acordo com seus desejos, necessidades, gostos, intentos, ações etc.

Se se frisar o aspecto primeiro, perceber-se-á que, em construções epistemológicas (se bem não se possa dizer que ao tempo de Durkheim e Comte, por exemplo, pudesse dar tal nome à sua “metodologia” – *anônima!* ou *anômica?!!*), autores de sociologia clássica, como a tríade Durkheim-Marx-Weber, respondem por elas de diferentes formas.

A) Durkheim, com sua *tridimensionalidade* sociológica *coerção-exterioridade* – *coisa*, praticamente escreve em letras de forma: – De nada vale o indivíduo, ele é apenas o substrato, a matéria-prima, a fração, o resíduo, o átomo que nada conta disjungido da estrutura (no caso, a pouco frutífera hoje, por banal, analogia spenceriana à biologia ou à anatomia humana, que muito influi(u) sobre (pré)funcionalistas);

Marx, com sua concepção de ideologia introduz este conceito como indispensável na atividade construtiva do ser social. Nos *Manuscritos*, ele anotou: “O trabalhador é a manifestação *subjetiva* do fato de que o capital é o homem absolutamente perdido para si mesmo, assim como o capital é a manifestação *objetiva* do fato de que o trabalho é o homem integralmente perdido para si próprio” ([Grifos do autor] 2004, p. 123).

Mas são justamente a ideologia, que é fundamentada pelo trabalho, e a alienação, como impedimento do conhecer do processo de trabalho e da construção do ser como homem capaz de um conhecer não enganoso ou parcial (que Althusser explicitou como uma apelação psicológica), as formas que, malgrado dúvidas de objetivismo e subjetivismo, confundem o lugar antes do indivíduo como ideólogo e o lugar do seu reducionismo alicerçado pelas condições materiais ou econômicas. Ideologia é uma visão de mundo. Tudo bem. Quer dizer assim indivíduo real como uma generalização objetiva. Mas como fundamentar o tão difundido chavão ou clichê de orelha de livro: “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX 1996, p. 52) e ainda contemplar o subjetivismo da ideologia?! Dialética?!

Weber inda insiste em que os resultados universais não sofrem com a inevitabilidade dos *juízos*.

2 DÍVIDA E MEDIAÇÃO DOS SOCIÓLOGOS CONTEMPORÂNEOS

Três possibilidades se há avistado até aqui: 1) O puramente objetivo; 2) o puramente subjetivo, como quê quase psicológico e/ou sociológico alemã(es/o) ou com leves toques de objetivismo (no sentido de totalidade, generalidade); 3) a tentativa de uma mediação entre o objetivismo e o subjetivismo, seja, uma discussão viável entre indivíduo e sua relação com a transformação do mundo (de um *perspectivismo* – para o valimento nietzscheano – *murológico* (este termo não é do autor de *Ecce Homo*) alargado, desde a atividade humana menos notada e notoriamente dinâmica do cotidiano às transformações mais perceptíveis e radical-estruturais de não curto prazo).

FONTE: VASCONCELOS FILHO, Marcos A. R. O neovelho problema: o objetivo e o subjetivo em Sociologia Contemporânea. **Revista Urutágua** – revista acadêmica multidisciplinar. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/006/06vasconcelosf.htm>. Quadrimestral – Nº 6 – abr./maio/jun./jul., 2009 – Maringá – Paraná – Brasil.

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico, você aprendeu:

- Bruno Latour é um dos precursores da Teoria Social Contemporânea que rompeu com a ideia de que vivemos o período da Modernidade, alegando que a humanidade ainda não conseguiu se desenvolver a tal configuração.
- Latour introduz a Teoria Ator-Rede de forma a evidenciar a íntima relação entre seres humanos e objetos.
- Michel Maffesoli concorda com a ideia de que vivemos em uma Sociedade Pós-Moderna, devida às rupturas com as formas de sociabilidade existentes na Modernidade.
- Maffesoli evidencia as principais características das tribos contemporâneas em um contexto de megalópoles.
- As relações de associação estão estritamente atreladas ao sentimento de pertencimento a determinados grupos em tempos Pós-Modernos.

AUTOATIVIDADE



1 Bruno Latour é um pensador contemporâneo inovador, cuja teoria refuta a maioria dos autores da Teoria Social Contemporânea. Uma de suas principais contribuições se encontra em torno da teoria da Modernidade, sustentando a ideia de que ainda não alcançamos o referido momento histórico. Outro importante estudo do sociólogo evidencia a relação entre o indivíduo e o mundo que o cerca, referindo-se a ele como Teoria Ator-Rede. Listaremos algumas frases que apresentam características da Teoria Ator-Rede de Bruno Latour, embora algumas delas sejam falsas. Assim, identifique as opções verdadeiras marcando-as com um “V” e, quanto às alternativas falsas, marque-as com um “F”.

- () A Teoria Ator-Rede consiste na interação entre ator e compositor da rede com as demais pessoas, objetos, ensinamentos, entre outros elementos, que irão ampliar seu campo de ação.
- () Conforme Latour, as redes sociotécnicas possuem potencial para acelerar a concretização de ações humanas e, em muitos casos, ampliar a eficiência dessas mesmas ações.
- () Redes sociotécnicas são apenas as redes de comunicação via internet, que ampliam a velocidade e a qualidade das informações compartilhadas por intelectuais, ampliando nosso campo de ação.
- () A Teoria Ator-Rede consiste na interação entre atores (indivíduos) e uma rede sociotécnica – mundo exterior, fornecedor de experiências que ampliam o campo de ação do indivíduo.

Agora assinale a opção que apresenta a sequência CORRETA:

- a) () V – V – F – V.
- b) () V – V – V – F.
- c) () F – V – V – F.
- d) () F – F – V – V.
- e) () F – F – F – V.

2 Michel Maffesoli contribuiu de maneira sólida à Teoria Social Contemporânea, sustentando a ideia de que vivemos o momento histórico da chamada Pós-Modernidade. Ele nos apresenta algumas características dessa nova sociedade que rompe com a Modernidade por meio de diversos conceitos. Entre as ideias de Maffesoli trabalhadas na presente unidade, podemos destacar as Sociedades Oficiais, Sociedades Oficiosas e o conceito de Tribos Urbanas. Listaremos alguns desses conceitos e, em seguida, suas definições. Analise cada um desses conceitos e definições e, feito isso, associe-os utilizando o algarismo romano correspondente:

- I- Pós-Modernidade.
- II- Tribos Urbanas
- III- Sociedades Oficiais
- IV- Sociedades Oficiosas

- () Associações de costumes “clássicos”, que continuam atreladas aos valores modernos, como individualismo, racionalismo e o progressismo.
- () Contexto histórico no qual emergem tribos cujas dinâmicas de relacionamento são inéditas na história dos seres humanos.
- () Associações de costumes contemporâneos, novas gerações, o povo em geral, que destacam valores como a “tribo”, a comunidade, a dimensão emocional. Pensamento voltado ao agora.
- () Associações contemporâneas nas quais o sentimento de pertencimento orienta as ações.

Agora indique a sequência CORRETA:

- a) () I – II – III – IV.
- b) () I – II – IV – III.
- c) () III – I – II – IV.
- d) () IV – III – II – I.
- e) () III – I – IV – II.

- 3 Bruno Latour e Michel Maffesoli são dois autores contemporâneos que inovaram no campo da Teoria Social. Entre suas ideias estão suas críticas e concordâncias em relação aos conceitos de Modernidade e Pós-Modernidade. De acordo com os estudos realizados na presente unidade, apresente os pontos de vista de cada um dos autores em relação aos temas em destaque.

A SOCIOLOGIA E OS DESAFIOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A partir do estudo desta unidade, você deverá ser capaz de:

- apresentar as principais teorias sobre o Capitalismo Contemporâneo;
- evidenciar as implicações da relação capital-trabalho nos dias atuais;
- salientar aspectos da atual relação entre Sociedade e Meio Ambiente;
- discutir a influência da tecnologia sobre a Sociedade Contemporânea;
- trabalhar os efeitos da religião no contexto social contemporâneo;
- explicar as relações contemporâneas entre capital e religião.

PLANO DE ESTUDOS

A cada tópico desta unidade você encontrará autoatividades com o objetivo de reforçar o conteúdo apresentado.

TÓPICO 1 – DESAFIOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

TÓPICO 2 – MEIO AMBIENTE E TECNOLOGIA

TÓPICO 3 – RELIGIÃO E SOCIEDADE

CHAMADA

Preparado para ampliar seus conhecimentos? Respire e vamos em frente! Procure um ambiente que facilite a concentração, assim absorverá melhor as informações.





CONFIRA A TRILHA DA UNIDADE 3!

Acesse o
QR Code abaixo:



DESAFIOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

1 INTRODUÇÃO

Sabemos que vivemos tempos em que ocorrem rápidas e constantes transformações em todo o corpo social. Com isso, a Teoria Social Contemporânea tenta acompanhar a velocidade das bruscas mudanças dos dias atuais. Os sistemas político-econômicos e, conseqüentemente, as relações de trabalho mudam a cada dia que passa, fato que demanda novos olhares sob possíveis novas problemáticas que resultam dessas reconfigurações sociais fluidas. Assuntos como avanços tecnológicos e suas implicações sobre o meio ambiente tomam conta de maneira crescente das pautas dos novos sociólogos, tão como temas complexos e delicados como a religião e a forma como incide sobre toda a sociedade.

Assim, sintetizaremos as principais discussões estabelecidas por sociólogos contemporâneos e outros pensadores que não são, necessariamente, estudiosos do campo da Sociologia, mas que lançam olhares inovadores e provocativos sobre a dinâmica social hodierna. Então, caro acadêmico, iniciaremos a última unidade de nosso material de estudos analisando um dos fatores mais influentes no que diz respeito às profundas e recorrentes transformações sociais em todo o planeta Terra: o sistema sociopolítico-econômico capitalista.

2 O NEOLIBERALISMO

É muito comum ouvirmos falar, bem ou mal, sobre o **capitalismo**. Mas o que ele é afinal de contas? Não é aconselhável que concebamos quaisquer definições e/ou juízos de valor acerca desse elemento. Podemos ser confundidos por notícias, boatos ou até mesmo autores de renome sobre o que é e no que influencia o sistema capitalista. Portanto, julgamos que o mais sensato a se fazer é apresentar uma breve história do capitalismo e as ideias advindas de alguns autores que defendem e que criticam o referido sistema.

Começemos nosso apanhado historiográfico a partir da ideia de que, assim como todo e qualquer tipo de movimento histórico, o sistema capitalista se desenvolveu de forma lenta e fluida, sendo impossível uma delimitação exata sobre seu surgimento. Podemos afirmar que o capitalismo emergiu da sociedade ocidental e suas mutações ocorreram de forma concomitante às transformações do Ocidente. Conforme Proni (1997), fatores como o individualismo e o racionalismo aplicados às práticas mercantis foram os principais propulsores do desenvolvimento capitalista mundial. Trata-se de um

longo processo no qual os burgos europeus do século XI estavam se tornando cidades, espaços onde a troca de mercadorias se fazia de forma mais concentrada e intensa. O comércio entre cidades de diversas regiões começa então a influenciar sobre as relações sociais classificadas pelos historiadores como feudais.

Inicialmente, cabe apontar que a sociedade feudal era eminentemente hierárquica e estamentária, sendo a relação senhor/servo a relação social básica que fundava a economia e a política do mundo feudal. Tratava-se de uma sociedade em que prevalecia a afirmação explícita da desigualdade entre os homens, o que contribuía para reproduzir uma estrutura social relativamente estável. A ideia de direito decorria da elaboração de tradições (por exemplo, o trabalhador estava preso à terra onde nascera), e o que garantia universalidade ao mundo dos camponeses e barões era basicamente a necessidade de defesa territorial e o respeito ao poder natural (sagrado) (PRONI, 1997, p. 5).

Podemos considerar, a partir do trecho acima, que a mudança central da dinâmica socioeconômica ocorreu na relação entre os donos das terras e os trabalhadores que produzem as riquezas. Em outras palavras, durante o feudalismo os senhores afirmavam sua suposta superioridade sobre seus servos de maneira rígida enquanto, mais tarde, durante o regime capitalista já bem definido após o século XVIII, os proprietários de terras e indústrias mantêm com seus empregados uma relação sustentada pelo discurso da liberdade e da igualdade, embora a exploração da mão de obra proletária continue sendo denunciada.

A sociedade capitalista, ao contrário, prima pela defesa do direito à igualdade e à liberdade (mesmo que formais). A reprodução da vida material não mais se assenta na ética religiosa/militar e sim numa nova ética, a do trabalho livre e do progresso material. A universalidade passa a ser garantida pelo direito positivo e pela afirmação de valores gestados no interior de uma das criaturas mais mitológicas da nova civilização: o mercado. Este confere substrato à valorização do livre-arbítrio e ao reinado de uma outra mentalidade, baseada no “racionalismo econômico” (WEBER, 1987, cap. 2), o qual implica a adoção de uma racionalidade “científica” pela organização empresarial. Finalmente, predomina uma nova ideologia, segundo a qual a livre concorrência, princípio inspirador dos mercados capitalistas, aparece associada a uma aspirada mobilidade social e a uma saudável concorrência entre “iguais” (PRONI, 1997, p. 5).

No entanto, o processo de consolidação do capitalismo, tal como hoje é concebido, dependeu do desenvolvimento de uma série de fatores fundamentais, que garantiram seu estabelecimento desde seus primórdios europeus. A gradativa ascensão do capital foi um dos acontecimentos que, combinado ao aumento da produção e às crescentes exportações de manufaturas, ampliação do comércio aos demais continentes e o colonialismo, intervenção estatal tática nas transações econômicas e, finalmente, a conversão de trabalhadores camponeses e escravos em mão de obra assalariada foram decisivos para o estabelecimento do sistema capitalista.

A acumulação primitiva foi um período que englobou uma série de processos interdependentes, quais sejam: a) a valorização do capital no comércio e na usura; b) a expansão da produção de mercadorias e o posterior surgimento do *putting out*³ e da manufatura; c) a formação paulatina de um mercado transcontinental e o estabelecimento do sistema colonial; d) o aparelhamento administrativo-financeiro do Estado e a adoção de políticas “mercantilistas”; e) e a proletarianização dos camponeses e aprendizes, o que exigiu a disciplinarização dos trabalhadores livres e a regulação dos salários como tarefas do Poder Público (PRONI, 1997, p. 5).

Podemos sintetizar e simplificar a explicação acerca da evolução do sistema sociopolítico-econômico capitalista, de acordo com Proni (1997), por meio dos seguintes tópicos no quadro a seguir:

QUADRO 1 – TRANSIÇÃO SISTEMA FEUDAL X SISTEMA CAPITALISTA

PRINCIPAIS ASPECTOS TRANSFORMADORES: • Valorização do capital no sistema de trocas. • Ascensão da geração e acúmulo de renda. • Crescente produção de mercadorias. • Emergência das exportações e manufaturas. • Ampliação das exportações para mercados intercontinentais. • Expansão do colonialismo. • Aparelhamento e intervenção dos Estados na economia mercantil. • Transformação de camponeses em proletários.
--

FONTE: O autor

A partir dessas lentas e sucessivas transformações no curso da história, o sistema feudal, aos poucos, se adaptava às novas demandas sociais, descobertas e inovações humanas, abrindo espaço ao sistema sociopolítico-econômico que, a partir do século XVIII, passa a ser classificado como capitalismo. Esse sistema, que apresenta uma nova orientação às relações políticas, tão como, às relações sociais e aos comportamentos individuais dos seres humanos, toma gradativamente todos os continentes do planeta por meio de inúmeros conflitos e dominações. A dinâmica do trabalho proveniente do ser humano, ilustrada a seguir, é transformada de forma a garantir novas relações de trabalho, produção e acumulação.

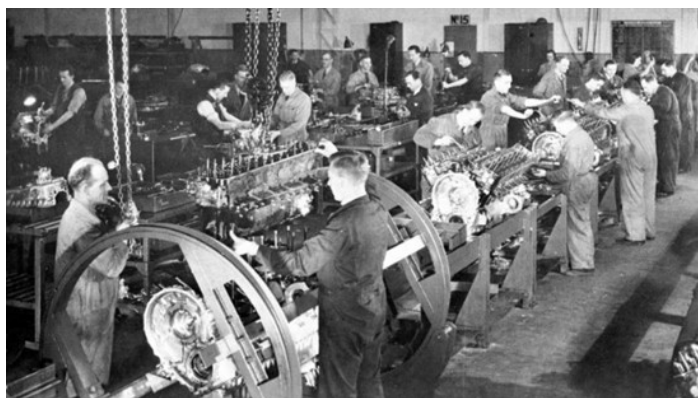
FIGURA 1 - SISTEMA FEUDAL DE PRODUÇÃO



FONTE: <<https://www.linkedin.com/pulse/gest%C3%A3o-por-processos-e-o-feudalismo-empresarial-nogueira-csm->>. Acesso em: 27 mar. 2020.

A partir das transformações sociais e materiais ocorridas entre os séculos XI e XVIII na sociedade ocidental, o capitalismo vai se moldando gradualmente, até se tornar o complexo sistema sociopolítico-econômico que rege a maior parte do mundo na contemporaneidade. Porém, foi em torno de meados do século XVIII que o capitalismo ocidental se solidificou. Isso ocorreu devido, principalmente, à expansão do industrialismo europeu. Pochmann (2016, p. 21) sustenta a ideia de que “a transição para o capitalismo nas antigas sociedades agrárias conferiu, concomitantemente com as bases materiais de geração dos meios de produção, o poder da reprodução ampliada do capital. Mas foi pela industrialização que o progresso das forças produtivas se expressou enquanto processo social dominante”.

FIGURA 2 - SISTEMA DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL



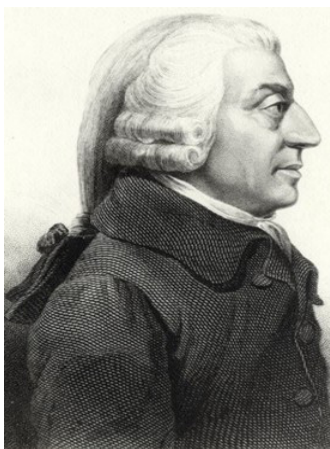
FONTE: <<https://www.historiadetudo.com/revolucao-industrial>>. Acesso em: 1 abr. 2020.

Considerando as palavras de Pochmann (2016), podemos entender que o sistema de produção plenamente agrário, dominante até o século XVIII, garantiu as condições materiais necessárias para sua gradual substituição pelo sistema baseado na fabricação em massa de mercadorias. Ou seja, a produção agrária em tempos de regime capitalista nascente, forneceu os instrumentos e insumos necessários para a mecanização e posterior expansão da produção de mercadorias, impulsionando drasticamente a dinâmica de funcionamento do capitalismo até os dias de hoje.

Pela via da industrialização, o desenvolvimento capitalista sofreu processo de transformação fundamental, capaz de permitir a diversificação da estrutura de produção e a ampliação da distribuição da riqueza no interior da sociedade. A criação e difusão de novas capacidades tecnológicas e a elevação na renda per capita foram acompanhadas pela alteração da estrutura produtiva e do modelo de consumo da população (ROSENSTEIN-RODAN, 1943; PREBISCH, 1949; FURTADO, 1961; TAVARES, 1975; MELLO, 1982; OLIVEIRA, 1985). Concomitante com o desenvolvimento material possibilitado pela industrialização, registrou-se o crescimento mundial, tanto da população como das emissões de gás carbônico. A sociedade urbana e industrial passou a sustentar cada vez mais a dimensão estabelecida pela economia de alto carbono e o consumo crescentemente degradante do meio ambiente (POCHMANN, 2016, p. 22).

Toda essa mudança nos métodos de produção de mercadorias pelos seres humanos, implicou profundas transformações no modo de se pensar a economia. Ainda no século XVIII, juntamente ao nascimento dos Estados Nacionais, uma série de pensadores começou a problematizar o modo com que os governos interferiam sobre as transações mercantis. Autores como François Quesnay e Vincent de Gournay prepararam as bases daquilo que **Adam Smith** consolidaria, passando a ser conhecido mais tarde como **Liberalismo**. Smith é considerado um dos “pais da Economia” e sua obra, em especial “A riqueza das nações” (SMITH, 1996), é responsável por nada menos que a emancipação do referido campo, concebido a partir daí como uma área do saber independente.

FIGURA 3 - ADAM SMITH



FONTE: <<https://www.infoescola.com/economia/adam-smith/>>. Acesso em: 2 abr. 2020.

Adam Smith acreditava que a economia, tão como as individualidades, não deveria sofrer quaisquer tipos de intervenções do Estado. Ou seja, indivíduos livres perante a lei e uma economia livre de interferências governamentais seriam a solução para uma balança comercial favorável para todos os atores envolvidos nas transações mercantis. Isso constitui as bases do **Liberalismo Econômico**.

O Liberalismo Econômico seria uma vertente da Economia mais individualista, que sustenta a ideia de que intervenções estatais sobre as transações econômicas são prejudiciais à balança. Em outras palavras, os liberais acreditam que a economia deve ser “liberada” do domínio dos governos, seguindo um fluxo livre de taxas e leis que possam retardar a lucratividade de quem produz capital. Por exemplo: caso determinado país negocia uma mercadoria que produz com outra nação, os produtores da referida mercadoria são quem deveriam estipular seus preços de acordo com suas demandas de consumo e exportação.

Dessa maneira, conforme Smith (1996), o mercado se autorregularia de maneira saudável e rentável para ambos os países, assim, a influência do Estado sobre as taxas, juros ou quaisquer outras dimensões da economia seriam desnecessárias.

No entanto, não há nada mais absurdo que toda essa teoria da balança comercial, na qual se baseiam não somente as referidas restrições, mas também quase todas as demais normas sobre o comércio. Quando dois lugares ou cidades comercializam entre si, essa teoria supõe que, se a balança comercial entre os dois estiver em equilíbrio, nenhum dos dois ganha ou perde, ao passo que, se a balança pender, em qualquer grau, para um dos lados, uma delas perde e a outra ganha, na proporção em que a balança se desviar de seu ponto exato de equilíbrio. Ambas as suposições são falsas. Como procurarei mostrar mais adiante, um comércio que é forçado por subsídios e monopólios pode e costuma ser desvantajoso para o país que acredita estar-se beneficiando com essas medidas. Ao contrário, o comércio que, sem violência ou coação, é efetuado com naturalidade e regularidade entre dois lugares, sempre traz vantagem para os dois lados, ainda que essa vantagem não seja sempre igual para ambos (SMITH, 1996, p. 466-467).

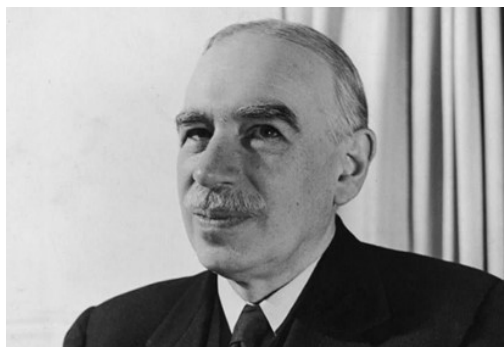
A doutrina liberal conquistou diversos adeptos em meio aos governantes ocidentais, que passavam a reger a política e a economia de seus países de acordo com os preceitos do Liberalismo. Assim, esses governantes ressaltavam a importância das liberdades individuais, da igualdade e justiça entre os indivíduos além da autonomia da economia em detrimento das regulações do Estado. O Liberalismo, fundado basicamente sobre os valores do individualismo e da livre concorrência de mercado, ganha o mundo até início do século XX, mais especificamente até a Primeira Guerra Mundial, que durou do ano de 1914 a 1919. Foi quando as desigualdades sociais ocasionadas pelo livre mercado, combinadas aos efeitos destruidores da Primeira Guerra Mundial (1914-1919) e da chamada “Crise de 29” ou “A Grande Depressão” – crise econômica que abalou as estruturas políticas vigentes até então – que a teoria liberal perde credibilidade. Eis que surge a oportunidade da ascensão de novas análises econômicas com o objetivo de corrigir algumas contradições políticas do período. Dentre os ideais econômicos alternativos, o que ganha maior destaque é o **Keynesianismo** de **John Maynard Keynes**.

INTERESSANTE

A “Crise de 29” foi um desequilíbrio econômico que se iniciou no ano de 1929 nos Estados Unidos da América e que afetou diversos países de todo o mundo ao longo da década de 1930. Após a Primeira Guerra Mundial, que terminou no ano de 1918, a Europa destruída pelo conflito recebia muitos investimentos por parte dos EUA, que vendia boa parte de sua produção ao continente destruído. Com o passar dos anos, a Europa se recuperava gradualmente dos estragos provocados pela Primeira Guerra Mundial, precisando cada vez menos de importações vindas dos EUA, que continuaram a produzir mercadorias com ritmo acelerado. A superprodução estadunidense, combinada à pouca demanda por mercadorias na Europa, fez com que muitos produtos norte-americanos ficassem depositados em estoques. Para piorar a situação dos EUA, no dia 29 de outubro de 1929 ocorre o chamado “*crack*” da Bolsa de Valores de Nova Iorque, que recebia muitos investimentos até então”. O *crack* da bolsa foi a pior queda registrada até então, provocada pela tentativa de venda em massa de ações simultaneamente e resultou com a falência de diversas empresas e bancos dos Estados Unidos. Como o dólar era a moeda mais valorizada no mundo, diversos outros países, inclusive o Brasil, grande exportador de café, sofreram com a crise de 1929, que só foi aliviada com o *New Deal*, novo plano econômico de Franklin Roosevelt, presidente eleito em 1932. O *New Deal* rompe com o Liberalismo Econômico cultivado pelos EUA até então e decide que o Estado iria interferir na economia. Muitas obras públicas foram realizadas, gerando empregos em massa além dos direitos fundamentais dos trabalhadores que, combinado a planos de previdência social e outros direitos garantidos pelo Estado ajudaram a sanar a Crise de 29.



FIGURA 4 - JOHN MAYNARD KEYNES



FONTE: <<https://www.politize.com.br/keynesianismo/>>. Acesso em: 2 abr. 2020.

No ano de 1936, o economista John Maynard Keynes publica o livro “A teoria geral do emprego, do juro e da moeda” (KEYNES, 1996), revolucionando assim o modo de se pensar a economia na contemporaneidade. Nessa obra, Keynes aponta as fragilidades e contradições da teoria liberal, explicitando suas consequências políticas, sociais e econômicas. O referido economista disserta acerca das consequências negativas do

liberalismo às classes sociais menos privilegiadas, em especial, à classe trabalhadora. Para o autor, o liberalismo acarreta concentração de renda, monopólios e a consequente redução nas ofertas de emprego, principalmente advindas da mecanização do trabalho. Assim, uma solução proposta seria a da intervenção do Estado na economia a fim de garantir o pleno emprego, evitando a competição mercadológica cujos prejuízos recaem sobre os mais pobres.

[...], enquanto os economistas estavam acostumados a aplaudir o sistema internacional existente porque ele proporcionava os frutos da divisão internacional do trabalho e, ao mesmo tempo, conciliava os interesses das diferentes nações, furtava à vista uma consequência menos benéfica; e davam provas de bom senso e de uma justa compreensão do verdadeiro curso dos acontecimentos os estadistas que acreditavam que, se um país antigo e rico abandonasse a luta pelos mercados, veria sua prosperidade cair e desaparecer. Mas se as nações podem aprender a manter o pleno emprego apenas por meio de sua política interna (e também, devemos acrescentar, se logram alcançar o equilíbrio na tendência de crescimento de suas populações), não deveria mais haver a necessidade de forças econômicas importantes destinadas a predispor um país contra os seus vizinhos (KEYNES, 1996, p. 348).

Keynes sustenta a ideia de que a intervenção estatal na economia evitaria a retração econômica ao mesmo tempo em que garantiria a distribuição dos recursos sociais básicos. O economista acredita que o capitalismo liberal negligencia os mais pobres, privilegiando apenas as camadas sociais mais abastadas, agravando o problema do desemprego e da desigualdade social. Portanto, o economista propõe um Estado mais forte e ativo em detrimento do Estado liberal, que pregava a intervenção apenas no âmbito do exercício das individualidades e da garantia à propriedade privada. O keynesianismo, por sua vez, equilibraria o jogo econômico garantindo igualdade e pleno emprego por meio de uma intervenção estatal a favor das classes mais prejudicadas com a dinâmica capitalista de livre mercado. Keynes (1996) acredita então que suas ideias abririam espaço a um novo Estado no qual

Haveria o lugar para a divisão internacional do trabalho e para o crédito internacional em condições adequadas, mas deixaria de existir motivo premente para que um país necessitasse impor suas mercadorias a outro ou recusar as ofertas de seus vizinhos, não porque isto seja indispensável para capacitá-lo a pagar o que deseja adquirir no estrangeiro, mas por causa do objetivo expresso de alterar o equilíbrio de pagamentos, a fim de criar uma balança comercial que lhe seja favorável. O comércio internacional deixaria de ser o que é, um expediente desesperado para manter o emprego interno, forçando as vendas nos mercados externos e restringindo as compras, o que, se tivesse êxito, simplesmente deslocaria o problema do desemprego para o vizinho que levasse desvantagem na luta, e se converteria num livre e desimpedido intercâmbio de mercadorias e serviços em condições de vantagens mútuas (KEYNES, 1996, p. 348).

O keynesianismo possibilitou, de fato, a ascensão de um novo Estado com maior influência sobre a economia com vistas a promover a igualdade social e o pleno emprego: eis que surge o “**Estado de Bem-Estar Social**”. Diferente do Estado Liberal, O Estado de Bem-Estar Social consiste em uma gestão voltada à compensação de danos sociais provocados pelas políticas de livre comércio, pelas iniciativas economicistas advindas da doutrina do Liberalismo. Podemos caracterizar as políticas de Bem-Estar Social pela série de seguintes concessões do Estado com vistas a garantir maior qualidade de vida às populações:

- **educação de qualidade** – não apenas escolas que formam para o mercado de trabalho, mas que preparam para enfrentar as dificuldades que a vida nos impõe cotidianamente;
- **infraestrutura** – pavimentação de ruas, padronização de calçadas, construção de praças destinadas ao lazer etc.;
- **transporte público** – oferta de meios de transporte gratuitos para atender às demandas da população;
- **saúde** – sistemas de hospitais e prontos-atendimentos gratuitos e de qualidade, que atenda o público em todas as possíveis especialidades;
- **limpeza** – sistemas de esgoto e coleta de lixo oferecidas gratuitamente, o que também contribui para a manutenção da saúde pública;
- **segurança** – policiamento e programas de compensação às vítimas de violência, tão programas de redução da criminalidade por meio da educação gratuita e acessível e do pleno emprego.

O Estado de Bem-Estar Social também provém garantias para que os trabalhadores possam suprir suas necessidades sociais e fisiológicas, preservando o vigor do trabalho e a motivação dos empregados. Dentre as principais concessões que objetivam maior qualidade de vida por parte dos trabalhadores, que movem a economia de qualquer Estado, estão:

- seguro desemprego;
- férias;
- licença maternidade/paternidade;
- aposentadoria;
- afastamento remunerado em caso de doenças;
- indicação para vagas de trabalho.

Além desses e outros benefícios que o Estado de Bem-Estar Social oferece para amortecer as mazelas provocadas pelo sistema capitalista de trabalho e produção, existe também a preocupação com a economia, porém, de maneira mais branda. Assim, esse modelo de gestão política se diferencia do Estado Liberal, que prioriza o individualismo e uma balança comercial favorável por meio da liberdade de produção e concorrência mercantil desregulamentada. Podemos sintetizar os principais aspectos dos dois modelos de Estado por meio do quadro a seguir:

QUADRO 2 - ESTADO LIBERAL X ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

ESTADO LIBERAL	ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL
- mercado amplo e de livre concorrência; - priorização do individualismo e propriedade privada; - poucas restrições econômicas e busca por balanço comercial favorável; - supervalorização das leis e do direito; - liberdade de expressão e igualdade perante as leis; - lei da oferta e da procura: quanto maior a quantidade de produtos disponíveis, menor o preço.	- Forte intervenção estatal na economia; - Priorização de investimentos no setor público; - Redução das taxas de juros e regulamentação das transações comerciais; - Valorização das classes prejudicadas pelo capitalismo; - Garantia de pleno emprego e seguridade social; - Equilíbrio entre oferta e demanda comercial.

FONTE: O autor

O Estado de Bem-Estar Social, que ascendeu após o fracasso das políticas liberais anteriores à Primeira Guerra Mundial e as profundas crises econômicas mundiais, também teve seu momento de declínio. Depois de seu auge que ocorreu durante os anos 1960, a referida dinâmica política começa a ser desmontada. Margaret Thatcher, eleita primeira ministra da Grã-Bretanha em 1979, marca o início do processo de derrubada do Estado de Bem-Estar Social inglês. Thatcher dá início a uma nova dinâmica que começa a partir do momento em que ela lança suas políticas de privatização de empresas estatais. Na década seguinte, mais especificamente em 1989, Margareth Thatcher e o então presidente dos Estados Unidos da América, Ronald Reagan, unem-se no Consenso de Washington para propor a transferência de recursos sociais às empresas privadas, abertura da economia ao capital estrangeiro, redução de gastos governamentais e uma série de outras medidas sob o argumento de que isso aumentaria o número de empregos e elevaria os salários. A partir daí, dá-se início a uma série de políticas que resgatam os valores liberais de maneira radical: emerge então o **Neoliberalismo**. Moraes (2001) acredita que o neoliberalismo seja o retorno:

a uma forma de organização econômica que teria vigorado, por pouco tempo, no meio do século XIX (com o livre cambismo imposto pela Inglaterra) e no período de 1870-1914, a fase mais “globalizada” [ênfase no original] da economia mundial, com a livre circulação de capitais e mercadorias, no regime monetário do chamado padrão ouro. Desse modo, o liberalismo clássico foi em certa medida a ideologia do capitalismo comercial e manufatureiro em expansão – e um ataque às regulações políticas produzidas pelas corporações de ofício e pelo Estado mercantilista. Pode-se dizer que o neoliberalismo, de modo semelhante, é a ideologia do capitalismo na era de máxima financeirização da riqueza, a era da riqueza mais líquida, a era do capital volátil – e um ataque às formas de regulação econômica do século XX, como o socialismo, o keynesianismo, o Estado de bem-estar, o terceiro mundismo e o desenvolvimentismo latino-americano (MORAES, 2001, p. 3-4).

Embora muitos sociólogos contemporâneos concordem que o Neoliberalismo é apenas um desdobramento histórico do Liberalismo Clássico, que não teria desaparecido por completo apesar da ascensão do keynesianismo, os anos 1990 nascem em meio à construção de novas políticas socioeconômicas que agravaram a desigualdade, a miséria, a concentração de renda, a violência e diversos outros problemas em todo o mundo. Anderson (1995) acredita que:

A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (ANDERSON, 1995, p. 10).

O processo de desmantelamento das políticas keynesianas em todo o mundo, como Anderson (1995) escreve, teve como auxílio a produção intelectual de autores entusiastas das ideias do economista liberal ucraniano Ludwig von **Mises**, como Friedrich **Hayek** e, posteriormente, Milton **Friedman**. Hayek nasceu no ano de 1899 na Áustria e apresentou ao mundo sua aversão às intervenções do Estado sobre a economia, tão como defendeu a privatização de setores públicos. Friedrich Hayek escreveu no ano de 1944 um texto intitulado “O caminho da servidão” (HAYEK, 2010). Nesse texto, Hayek tenta convencer o leitor de que os regimes políticos voltados à coletividade tendem a suprimir as liberdades individuais, chegando à conclusão equivocada de que regimes como o nazista e o fascista estão em consonância com regimes voltados à emancipação dos povos. Friedrich Hayek sustentava o pressuposto liberal de que os preços das mercadorias deveriam ser estabelecidos pelos seus próprios produtores, livrando-se assim de uma suposta coerção por parte do Estado. Essa ideia está estritamente atrelada às bases do livre mercado e seus efeitos sociais negativos.

Depois de Mises e Hayek, quem contribui com o desenvolvimento do Neoliberalismo é o estadunidense Milton Friedman. No ano de 1962, por meio de sua obra “Capitalismo e Liberdade”, Friedman consegue materializar seus ideais liberais através de sua influência, sobretudo na América Latina. Suas ideias tiveram grande influência e serviram como pano de fundo da intervenção militar chilena no ano de 1973, que derrubou o então presidente Salvador Allende, eleito democraticamente e morto durante a invasão das tropas de Augusto Pinochet às ruas do Chile. O golpe militar que resultou na ditadura do Chile, que durou do ano de 1973 a 1990, recebeu forte apoio da Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos da América. Isso se deve ao fato de que Allende propusera uma espécie de “via para o Socialismo” naquele país e por ser um presidente declaradamente marxista. Milton Friedman, que era altamente conceituado pela Escola de Chicago, instituição berço de vários outros nomes simpatizantes das políticas neoliberais, foi conselheiro econômico do ditador Pinochet e influenciou diretamente em suas ações.

DICAS



O documentário intitulado “A Batalha do Chile” nos conta como foi o processo que culminou com a ditadura militar no Chile, eclodida no ano de 1973. O material é repleto de entrevistas, pronunciamentos oficiais e cenas chocantes, como a emblemática morte de um dos *cameraman* que filmou sua própria morte com um tiro durante a invasão das tropas de Augusto Pinochet. Vale a pena conferir como o conhecimento científico, sobretudo o conhecimento produzido na Academia, influenciaram em grandes decisões e intervenções geopolíticas de magnitude global. O referido documentário está dividido em três partes: “Insurreição da Burguesia” (cujo acesso está disponível na plataforma YouTube por meio do link a seguir: <https://www.youtube.com/watch?v=pgBh5SilEg4>), “O Golpe de Estado” e “O Poder Popular”.

FIGURA 5 - SELO COM A IMAGEM DO PRESIDENTE CHILENO SALVADOR ALLENDE



FONTE: <<https://brasilescola.uol.com.br/historia-da-america/ditadura-chilena.htm>>. Acesso em: 5 abr. 2020.

A jornalista canadense Naomi Klein denuncia a batalha ideológica que derrubou Allende, apontando que a Escola de Chicago e os intelectuais neoliberais formados por ela tiveram grande influência sobre as tomadas de decisão que culminaram em uma dura ditadura militar, resultando em milhares de chilenos mortos e torturados em um período que durou quase duas décadas.

Foi no Chile – o epicentro do experimento de Chicago – que a derrota na batalha das ideias se tornou mais evidente. Na histórica eleição de 1970, o país tinha avançado para a esquerda de tal forma que os três maiores partidos políticos eram a favor da nacionalização da principal fonte de renda do país: as minas de cobre então controladas pelas grandes mineradoras dos Estados Unidos. Em outras palavras, o Projeto Chile era um fiasco muito caro. Como guerreiros ideológicos que travavam uma batalha de ideias contra os adversários de esquerda, os Garotos de Chicago falharam na sua missão. Não só o debate econômico continuava a tender para a esquerda, como os Garotos de Chicago tinham se tornado tão marginalizados que não conseguiam sequer um registro no espectro eleitoral chileno. Isso poderia ter terminado assim, com o Projeto Chile sendo apenas uma pequena nota de rodapé na história, mas algo aconteceu para tirar os Garotos de Chicago da obscuridade: Richard Nixon se elegeu presidente dos Estados Unidos. Friedman logo se entusiasmou: Nixon "tem uma política externa imaginativa e efetiva no conjunto 'P'". Em nenhum outro lugar ela foi mais imaginativa do que no Chile. Foi Nixon que deu aos Garotos de Chicago e aos seus professores algo com que eles sonhavam há muito tempo: a chance de provar que sua utopia capitalista era mais do que a teoria de uma oficina de fundo de quintal – era uma tentativa de refazer um país a partir do zero. A democracia tinha se tornado inóspita para os Garotos de Chicago, no Chile; a ditadura seria mais conveniente (KLEIN, 2008, p. 79-80).

Anderson (1995) destaca que o caso do Chile foi o marco da vitória do Neoliberalismo sobre as políticas públicas voltadas à assistência das pessoas mais prejudicadas pelo Capitalismo de Livre Mercado. O autor afirma que a ditadura chilena foi a primeira manifestação material neoliberal, ou seja, foi o momento histórico em que as teorias desenvolvidas no interior dos muros da Escola Austríaca e Escola de Chicago ganharam corpo, impactando diretamente sobre a realidade de milhares de pessoas.

O impacto do triunfo neoliberal no leste europeu tardou a ser sentido em outras partes do globo, particularmente, pode-se dizer, aqui na América Latina, que hoje em dia se converte na terceira grande cena de experimentações neoliberais. De fato, ainda que em seu conjunto tenha chegado a hora das privatizações massivas, depois dos países da OCDE e da antiga União Soviética, genealogicamente este continente foi testemunha da primeira experiência neoliberal sistemática do mundo. Refiro-me, bem entendido, ao Chile sob a ditadura de Pinochet. Aquele regime tem a honra de ter sido o verdadeiro pioneiro do ciclo neoliberal da história contemporânea. O Chile de Pinochet começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos. Tudo isso foi começado no Chile, quase um decênio antes de Thatcher, na Inglaterra. No Chile, naturalmente, a inspiração teórica da experiência pinochetista era mais norte-americana do que austríaca. Friedman, e não Hayek, como era de se esperar nas Américas (ANDERSON, 1995, p. 9).

Klein (2008) ainda nos mostra como as ditaduras que ocorreram em 1964 no Brasil e em 1965 na Indonésia também foram influenciadas pelo Neoliberalismo cuja teoria nasce na Escola Austríaca e é potencializada pela Escola de Chicago. Isso mostra como países colonizados, principalmente, os situados na América Latina, estão submetidos a políticas externas estritamente ligadas à economia de livre mercado.

Havia duas "mudanças de regime" que os opositores de Allende vinham analisando de perto como 'possibilidades. Uma era no Brasil, a outra, na Indonésia. Em 1964, quando a junta militar brasileira, liderada pelo general Humberto Castello Branco e apoiada pelos Estados Unidos, tornou o poder, os militares tinham um plano para não só eliminar os programas de João Goulart voltados para os pobres, mas também abrir amplamente o Brasil para os investimentos estrangeiros. A princípio, os generais brasileiros tentaram impor essa agenda de modo relativamente pacífico – não houve demonstrações públicas de brutalidade nem prisões em massa. Embora mais tarde se tivesse descoberto que alguns "subversivos" tinham sido brutalmente torturados durante esse período, o seu número ainda era muito pequeno (e o Brasil tão grande) para extravasar os limites das prisões. A junta procurou também preservar alguns remanescentes da democracia, inclusive a liberdade limitada de imprensa e a liberdade de associação – por assim dizer, um golpe de cavalheiros (KLEIN, 2008, p. 83).

Podemos concluir que o Neoliberalismo é uma doutrina político-econômica que incide sobre a realidade de maneira imediata, trazendo de volta pressupostos como a intervenção mínima do Estado sobre a economia, abandono das políticas sociais, incentivo às privatizações de forma intensa e sempre sob a proteção do aparato bélico de cada Estado. Isso quer dizer que as reformas políticas e econômicas que os neoliberais propõem são sempre levadas a cabo por meio da força militar, ou seja, o Estado se torna cada vez mais forte em sua instância repressiva e cada vez mais fraco em seu braço regulador da economia.

3 DAS RELAÇÕES CAPITAL-TRABALHO

Sabemos que o Neoliberalismo em ascensão nos dias atuais incide diretamente sobre a maneira com que se produzem as riquezas nos países que o abraçam. Isso significa que as reformas no âmbito das concessões sociais, especialmente no que diz respeito aos direitos e à dinâmica trabalhista, resultam em severas alterações prejudicando principalmente a classe trabalhadora.

Desde a Revolução Industrial, houve uma mudança profunda na forma com que a força de trabalho era empregada na produção de riquezas. A produção em massa demandava muito mais trabalho e tempo dos trabalhadores braçais, que saíam dos campos em busca de melhores condições de vida nos grandes centros urbanos em desenvolvimento. As oportunidades de trabalho que as cidades ofereceriam, embora mais abundantes, eram extremamente insalubres e inseguras, violando o que contemporaneamente é reivindicado pelos Direitos Humanos.

Ao se considerar o capitalismo enquanto sistema produtor de mercadorias a partir da exploração do trabalho assalariado, identifica-se a forma industrial como superior no exercício da hegemonia sob as dimensões cultural, econômica, política, geográfica, pública e privada. Mesmo assim, convém destacar que a ascensão do capital industrial e o seu enquadramento no conjunto das forças produtivas não ocorreram de forma homogênea no tempo e espaço (POCHMAN, 2016, p. 23).

A partir de meados do século XIX se desenvolve o fenômeno da chamada Segunda Revolução Industrial, modificando novamente as relações capital-trabalho. Novos modelos de produção industrial foram empregados e, a partir deles, novas maneiras de se trabalhar e de receber salários emergiu. Os sistemas produtivos desenvolvidos por engenheiros ganharam espaço nas grandes indústrias, o trabalho passou a ser cada vez mais ramificado e cada trabalhador passa se especializar em uma tarefa específica. A alienação do trabalho começa a se tornar um padrão no setor industrial, ou seja, o trabalhador, devido sua especialização em apenas uma das etapas do processo produtivo, passa a desconhecer as demais fases do processo de fabricação de mercadorias, ficando alheio à fabricação de forma integral.

A reorganização da “nova indústria” da segunda revolução alterou profundamente as formas tradicionais de uso e remuneração da força de trabalho. Enquanto o método taylorista (engenheiro e empresário estadunidense, Frederick Taylor, 1856 – 1915) estabeleceu a execução padronizada das tarefas laborais em menor tempo e energia por trabalhador, o fordismo (engenheiro estadunidense Henry Ford, 1863 – 1947) fundou a especialização do empregado no interior do sistema de produção em série, caracterizada pela linha de montagem (POCHMAN, 2016, p. 32).

A chamada Industrialização Tardia, em desenvolvimento a partir do século XX, trouxe consigo outros avanços no campo industrial, como a automatização de diversos processos de fabricação e o alto grau de tecnologia empregada neles. Isso fez com que diversos postos de trabalhos fossem eliminados, intensificando o desemprego e, conseqüentemente as greves trabalhistas e demais reivindicações por melhores condições e mais vagas de empregos.

O processo de desindustrialização, por sua vez, modifica novamente a dinâmica trabalhista mundial. Se antes os maiores problemas da industrialização eram a exploração da mão de obra assalariada, as condições desfavoráveis de trabalho e a alienação dos meios de produção, agora a dificuldade seria a realocação dos postos de trabalho da indústria para outros setores da economia. O grande problema contemporâneo em relação ao emprego é a falta de postos de trabalho no agronegócio e nos setores terciários, que fornecem serviços ao invés de produtos.

Diante disso, a expansão da economia como um todo poderia manter o sentido do pleno emprego, com modificações importantes na distribuição setorial dos trabalhadores ocupados. A desindustrialização, neste caso, poderia esvaziar a participação dos empregos na manufatura, porém compensados pela ampliação do nível da ocupação nos serviços (ROWTHORN; RAMASWAMY, 1999). Mas pode haver desindustrialização perseguida pelo desemprego maior. Isso quando a redução relativa no emprego industrial, concomitantemente com a ocupação agrícola, não pode ser compensada pela expansão dos postos de trabalho no setor de serviços (POCHMAN, 2016, p. 40-41).

Sob o argumento da busca por uma balança comercial favorável, geração de novos postos de trabalho e aumento salarial, os teóricos do Neoliberalismo são responsáveis pela disseminação da ideia de que as privatizações, terceirizações e o trabalho desregulamentado pelo Estado ou até mesmo informal seriam a solução para o problema do desemprego na contemporaneidade. Anderson (1995) denuncia o contrário: as políticas neoliberais não só aumentam os índices de desemprego, mas aumentam a desigualdade social, beneficiando apenas as camadas mais ricas da sociedade, atuando na forma de suspensão de tributação para altos salários, privatizações de órgãos públicos e desregulamentação do trabalho formal.

Essa nova postura sindical, muito mais moderada, por sua vez, em grande parte era produto de um terceiro êxito do neoliberalismo, ou seja, o crescimento das taxas de desemprego, concebido como um mecanismo natural e necessário de qualquer economia de mercado eficiente. A taxa média de desemprego nos países da OCDE, que havia ficado em torno de 4% nos anos 70, pelo menos duplicou na década de 80. Também este foi um resultado satisfatório. Finalmente, o grau de desigualdade – outro objetivo sumamente importante para o neoliberalismo – aumentou significativamente no conjunto dos países da OCDE: a tributação dos salários mais altos caiu 20% em média nos anos 80, e os valores das bolsas aumentaram quatro vezes mais rapidamente do que os salários (ANDERSON, 1995, p. 6).

Assim, podemos concluir que a relação capital-trabalho na contemporaneidade submetida aos ditames do Neoliberalismo. As privatizações de bens públicos, desregulamentação do trabalho formal, criação de subempregos, o crescente desemprego com o objetivo da criação de um “exército de reserva”, garantindo condições precárias aos trabalhadores assalariados, são apenas algumas das imposições do regime capitalista de livre mercado. A ampla onda de adoção de políticas neoliberais em detrimento das antigas políticas keynesianas, indicam as crescentes dificuldades que a classe trabalhadora enfrenta, como nunca antes, nos dias atuais.

DICAS



Entende-se por “exército de reserva” de mão de obra é o corpo de trabalhadores que excede as necessidades de produção. Ou seja, são os trabalhadores mantidos desempregados, fora do sistema de produção, o que garante mão de obra barata devido à grande quantidade de pessoas dispostas a trabalhar e pouca necessidade da inserção dos mesmos. Essa condição faz com que os salários despenquem, tendo em vista que a grande demanda de trabalhadores desvaloriza seu emprego. Teóricos favoráveis ao regime econômico neoliberal acreditam que o exército de reserva de mão de obra é natural e saudável à economia, uma vez que a baixa nos salários reflete na maior lucratividade das empresas e outras instituições geradoras de capital.

RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico, você aprendeu:

- O Liberalismo Clássico se mostrou ineficiente, abrindo espaço para as políticas keynesianas.
- O assistencialismo do Estado de Bem-Estar Social declinou em função da pressão de intelectuais e políticos neoliberais.
- Muitos sociólogos contemporâneos consideram o Neoliberalismo uma dinâmica que apresenta muito mais benefícios às classes mais ricas, ao mesmo tempo em que dificulta as condições de vida da classe trabalhadora.
- O Neoliberalismo implica uma relação capital-trabalho que potencializa as desigualdades sociais.
- O crescente desemprego e a desregulamentação do trabalho assalariado formal são estratégias neoliberais.

AUTOATIVIDADE



1 O Liberalismo Clássico foi uma doutrina político-econômica que se expressava por meio do termo *laissez faire*, traduzido para o português, significa “deixe ir”. Os liberais clássicos se referiam à economia quando pregavam a liberdade, pois acreditavam que um mercado que não está submetido às intervenções do Estado tendia a se autorregular, equilibrando as relações econômicas. Todavia, as crises econômicas que aconteceram no início do século XX, mostraram ao mundo que tal sistema não oferecia a segurança monetária que os entusiastas liberais tanto prometiam. Dessa forma, abriu-se espaço para políticas econômicas que objetivavam reduzir os desgastes sociais que essa dinâmica provocava, sobretudo, às classes mais pobres: eis que entra em cena o keynesianismo. Considere as afirmativas sobre esse período de ascensão do keynesianismo em detrimento das políticas liberais no Ocidente.

- I- A chamada “Crise de 29” ou “A Grande Depressão” foi uma avassaladora crise financeira que mostravam a fragilidade das políticas liberais clássicas, demandando soluções imediatas aos problemas econômicos mundiais.
- II- As políticas keynesianas amorteciam o impacto negativo das políticas liberais, promovendo a distribuição de renda à classe trabalhadora e abrindo espaço para assistências e garantias aos mais pobres como nunca havia acontecido na história.
- III- As políticas keynesianas de intervenção econômica garantiram melhores condições de vida aos trabalhadores durante o século XX, amenizando a alta exploração sofrida por essa classe até então.
- IV- Adam Smith é um dos precursores do chamado Liberalismo Clássico.

Agora marque a opção que indica apenas as sentenças VERDADEIRAS relacionadas acima:

- a) ☐ I, II e III.
- b) ☐ I e III.
- c) ☐ II e III.
- d) ☐ Nenhuma sentença é verdadeira.
- e) ☐ Todas sentenças são verdadeiras.

2 Tanto a teoria do Liberalismo Clássico quanto o Keynesianismo deram origem a dois tipos de Estado com diferentes modelos de gestão econômica: o Estado Liberal e o Estado de Bem-Estar Social, respectivamente. Os dois modelos de Estado possuem algumas diferenças fundamentais, principalmente em relação à Economia, e algumas delas chegam a se contrapor. A seguir estarão listadas algumas das características de ambos os modelos estatais. Identifique-as:

- 1- Priorização do individualismo e propriedade privada.
- 2- Redução das taxas de juros e regulamentação das transações comerciais.
- 3- Mercado amplo e de livre concorrência.
- 4- Liberdade de expressão e igualdade perante as leis.
- 5- Equilíbrio entre oferta e demanda comercial.
- 6- Poucas restrições econômicas e busca por balança comercial favorável.
- 7- Forte intervenção estatal na economia.
- 8- Priorização de investimentos no setor público.
- 9- Supervalorização das leis e do Direito.
- 10- Valorização das classes prejudicadas pelo capitalismo.

São características do Estado de Bem-Estar Social as afirmativas que correspondem aos números:

- a) () 1, 2, 5, 7, 8 e 10.
- b) () 2, 5, 7, 8 e 10.
- c) () 2, 5, 7 e 8.
- d) () 1, 2, 3, 6, e 9.
- e) () 2, 5, 6, 7, 8 e 9.

3 O Neoliberalismo pode ser considerado o retorno dos ideais liberais clássicos, porém, levados ao extremo e, dessa vez, com poder de intervenção em setores econômicos nos quais ainda não existia. De acordo com o conteúdo estudado no Tópico 1, descreva as possíveis consequências que as políticas econômicas neoliberais, de acordo com os autores estudados, podem acarretar às relações de trabalho na contemporaneidade.

MEIO AMBIENTE E TECNOLOGIA

1 INTRODUÇÃO

Vivemos tempos de constantes avanços tecnológicos, que crescem junto ao exacerbado consumo dos recursos naturais. Sem qualquer um desses recursos a vida em sociedade se tornaria extremamente difícil, portanto, são necessários estudos que nos aproximem dos principais questionamentos acerca da relação humana com o meio ambiente e com a escalada tecnológica.

Para tanto, abordaremos a problemática relação entre Sociedade, Meio Ambiente e Tecnologia por meio de autores contemporâneos, uma vez que tal debate é de fundamental importância no que tange ao entendimento dos limites e potencialidades da vida humana. Iniciaremos com o debate sobre Meio Ambiente, traçando uma breve retrospectiva da relação entre o trabalho humano e a natureza.

2 SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE

É natural do ser humano, como qualquer outro animal, o contato e a adaptação frente às adversidades que a natureza nos impõe. Desde a alimentação, habitação, defesa e até mesmo a sociabilidade da humanidade, demandou uma série de intervenções no meio ambiente. Essa interação já fora plenamente harmônica, todavia, como todos os aspectos da vida humana, essa relação evoluiu para proporções hoje problemáticas. Hoje nos deparamos com a escassez de recursos naturais, desastres ambientais, miséria, má distribuição de terras entre diversos outros problemas advindos da superexploração do meio ambiente.

O gênero *Homo*, tal como os cientistas classificam, caminha sobre a Terra há aproximadamente dois milhões de anos, sendo o período chamado paleolítico o momento histórico no qual nossos ancestrais já intervinham sobre a natureza manuseando a pedra. Esse período culminou na Revolução Agrícola ou período Neolítico, que data de aproximadamente 10 mil anos atrás. A partir daí o ser humano passa a interferir sobre a natureza de maneira mais intensa. O domínio do fogo, há aproximadamente 700 mil anos, proporcionou ao ser humano melhores condições de vida, resultando em seu gradativo progresso populacional.

FIGURA 6 - PRIMÓRDIOS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA



FONTE: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/revolucao-neolitica.htm>>.
Acesso em: 7 abr. 2020.

Até esse momento, a relação da humanidade com a natureza é considerada harmônica, porém, o advento das revoluções Industrial e Francesa, modificaram drasticamente a relação entre humanidade e natureza, suas formas de produzir e ocupar o ambiente. Isso reitera a importância dos séculos XVII e XVIII na história do ser humano e, conseqüentemente, de todo o planeta. Foi a partir daí que a exploração dos recursos naturais, combinada ao avanço tecnológico e a superpopulação humana na Terra começou a desencadear graves problemas e grandes preocupações.

Com a descoberta de continentes desconhecidos e com os grandes inventos criados pela humanidade ultimamente, houve um enorme aumento das relações comerciais entre os povos. Aumentando os impactos causados por essas mudanças, a humanidade inventou as máquinas e descobriu novas fontes de energia. Isso permitiu a industrialização, ou seja, a produção em massa. Com isso, a situação transformou-se radicalmente (FERREIRA, 2006, p. 34).

A expansão do sistema de produção capitalista foi preponderante no que concerne à concentração de grandes populações humanas em centros urbanos, à expansão da monocultura e da pecuária – responsáveis pela exploração intensiva de terras – e à produção e consumo em massa que, até os dias de hoje, são responsáveis pela utilização de recursos naturais de forma indevida. A poluição de rios e mares, a devastação de florestas por meio de desmatamentos e incêndios, a exploração de minerais que reduzem montanhas a crateras no solo, a dizimação de raças inteiras de animais para utilização de suas partes na culinária, em construções e outras utilidades, são consequência da dinâmica imposta pelo capitalismo.

A população mundial cresceu de modo quase incontrolável. As cidades tornaram-se essas enormes aglomerações de pessoas. O mais sério de tudo é que o sistema econômico dos países mais ricos e poderosos foi sendo imposto para o resto do mundo e, com isso, o modo de vida desses países foi sendo reproduzido em outros mais pobres, menos desenvolvidos e com menor grau de justiça social (FERREIRA, 2006, p. 34).

Todos os países capitalistas, sem exceção, sejam eles colonizadores ou colonizados, sofrem com os efeitos negativos da má gestão de nossos recursos naturais, embora as nações colonizadas sofram em proporção muito maior os efeitos da exploração em massa. A sociedade contemporânea sofre recorrentemente com as tragédias provocadas pela irresponsabilidade e negligência provocadas em nome do “progresso”. Fica o seguinte questionamento: Progresso para quem? Progresso às custas de quê? Progresso às custas de quem? Listamos a seguir, alguns dos crimes ambientais contemporâneos para que tenhamos uma noção mais aproximada das consequências daquilo que os entusiastas do “progresso” humano pregam.

- **Bombas de Hiroshima e Nagasaki:** ataque por meio de bombas nucleares que os Estados Unidos da América concretizaram durante a Segunda Guerra Mundial. As bombas foram jogadas nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki que, além de provocar cerca de 80 mil mortes de maneira instantânea, promoveu um desastre ambiental devido aos altos níveis de radiação, afetando pessoas e o meio ambiente japonês até os dias de hoje.
- **Explosão da usina nuclear de Chernobyl:** provocada devido a uma falha humana, a explosão de um dos reatores da usina de Chernobyl, na Ucrânia, provocou a morte de milhares de pessoas que entraram em contato com a radiação liberada na atmosfera. Cidades em um raio de 30 km de distância da usina tiveram que ser evacuadas. Além das perdas humanas, aquela região ucraniana perdeu boa parte de suas terras, plantas e animais devido à radiação.
- **Rompimento das barragens de Mariana e Brumadinhos:** rompimento de duas barragens de rejeitos tóxicos de mineração da empresa Vale. Uma no ano de 2015, na cidade de Mariana, Minas Gerais, sendo o maior desastre ambiental de todos os tempos no Brasil, outra no ano de 2019, dessa vez na cidade de Brumadinho, no mesmo estado. O crime ambiental provocou a morte de centenas de pessoas, além de desabrigar muitas outras, contaminar o solo e o Rio Doce, prejudicando diversos trabalhadores ribeirinhos que dependiam da pesca e da agricultura. A violência desse crime ambiental muito grande, prejudicando várias cidades de Minas Gerais e Espírito Santo, contaminando até mesmo grande parte do mar no qual o Rio Doce deságua.
- **Vazamento de óleo no nordeste brasileiro:** mancha de petróleo que chegou ao litoral do nordeste brasileiro em agosto de 2019. O petróleo cru se espalhou por cerca de 2,2 mil quilômetros de praias em 98 municípios em 9 estados brasileiros. O desastre prejudicou principalmente os trabalhadores que vivem da pesca e outras atividades no litoral nordestino e ocasionou a morte de muitos animais que compõem a fauna marinha de nosso país.

FIGURA 7 - DESASTRE DE MARIANA, MINAS GERAIS



FONTE: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/processos-e-acordos-marcam-30-meses-do-desastre-da-barragem-de-mariana.ghtml>>. Acesso em: 7 abr. 2020.

Podemos observar uma característica padrão em cada um dos desastres ambientais acima citados, desde as bombas nucleares que devastaram Hiroshima e Nagasaki, até a mancha de óleo que tomou conta de boa parte do litoral do Brasil: todos foram ocasionados por meio de **atividades econômicas**. Tal fato nos evidencia a importância que o ser humano contemporâneo atribui à Economia. Michel Foucault (2008) acredita que o Neoliberalismo é responsável pela construção do chamado *homo oeconomicus*: sujeito condicionado a enxergar a vida sob uma perspectiva economicista.

DICAS



Uma animação provocativa, que pode ser facilmente acessada na plataforma YouTube através do link <https://www.youtube.com/watch?v=MTTr7RGH37c>, recebe o título de “*Man*” (Homem).

A animação retrata o ser humano como um sujeito extremamente egoísta, fútil e que se sente superior em relação às outras criaturas e recursos presentes no Planeta Terra. A produção pode nos levar a pensar no futuro das espécies que aqui habitam, frente ao consumo exacerbado do ser humano em tempos nos quais ele é exaltado a todo o momento.

A ambição daqueles que movimentam e quase sempre gozam de uma balança econômica favorável para suas nações, leva-nos a um estágio crítico da evolução humana: o momento no qual precisamos tomar sérias decisões a fim de mudar drasticamente o cenário de consumo massivo e tentar contornar a grave situação de

nossa espécie por meio de políticas coerentes. Martine e Alves (2015) sustentam a ideia de que o modelo econômico que prevalece no Globo deve ser repensado com o objetivo de refrear os prejuízos ambientais existentes nos dias atuais.

O progresso humano baseado no crescimento econômico tem sido notável em quase todas as áreas nos últimos 70 anos. Entretanto surgem dúvidas sobre a continuidade e a extensão deste avanço. O crescimento econômico tem repousado no uso insustentável de recursos não renováveis, na destruição da diversidade biológica e na emissão de gases de efeito estufa que aceleraram as crises ambientais globais, além de ter gerado fossos cada vez maiores entre ricos e pobres. Com o aprofundamento da globalização, avistam-se graves problemas ecológicos, econômicos e sociais que exigem repensar o desenvolvimento à luz dos limites impostos pela própria natureza (MARTINE; ALVES, 2015, p. 1).

Podemos concluir que a relação Sociedade-Meio Ambiente passa por um momento histórico de desequilíbrio devido ao modelo de produção intrínseco ao sistema político-econômico vigente. A cultura do consumo em massa e as políticas de livre concorrência mercantil acirram a disputa capitalista ao mesmo tempo em que se utiliza dos recursos naturais remanescentes no planeta para se sustentar. É urgente pensarmos em conjunto de possíveis soluções que retardem o processo de degradação ambiental ocasionado pela forma com a qual trabalhamos, produzimos e nos relacionamos.

3 SOCIEDADE E TECNOLOGIA

É importante levarmos em conta que vivemos um momento histórico de constantes avanços tecnológicos, que modificam gradualmente nossa maneira de trabalhar, de nos relacionar com o mundo e com outros indivíduos, de nos locomover, de nos comunicarmos e vivermos de maneira geral. Estamos sempre vivenciando o auge do desenvolvimento tecnológico, que nos dias atuais significa muito mais que progresso à raça humana.

O investimento (não necessariamente monetário) na produção de tecnologia emergiu e evolui junto à mente humana e sua capacidade de manipular, em certa medida, o mundo material. Desde as primeiras estratégias de defesa do ser humano contra outros animais e fenômenos naturais de qualquer natureza, o ser humano vem produzindo tecnologia. Do grego *techne*, que dentre alguns de seus significados estão arte, artesanato, indústria e ciência, a palavra tecnologia traduz a manifestação humana, advinda de um pensamento que tem origem no enfrentamento à multiplicidade de problemas que enfrentamos cotidianamente desde os primórdios de nossa espécie.

Contemporaneamente, as tecnologias podem nos trazer uma série de facilidades, conforto e comodidade, auxiliando-nos a trabalhar, estudar e nos comunicarmos dentre uma série de outros benefícios. Por outro lado, as tecnologias podem ser altamente destrutivas, capazes de dizimar espécies inteiras e responsáveis pela exploração da natureza e nossos próprios semelhantes. A exemplo do desenvolvimento de armas cada vez mais poderosas, utilizadas na dominação de territórios ou para subjugar outros indivíduos em nome da lei e da ordem vigente, o avanço tecnológico pode se demonstrar hostil quando utilizada de outra forma que não seja o contínuo progresso de nossa espécie no planeta.

Assim como outros dos bruscos avanços ocorridos na humanidade, alguns dos quais já estudamos nos tópicos anteriores, a tecnologia passou a receber maior atenção da sociedade após as revoluções Industrial e Francesa. A partir desse importante marco histórico, o desenvolvimento tecnológico passou a ser ferramenta utilizada a favor da produção em massa, tão como da defesa de países dominantes por meio do poderio bélico. Desde a gradativa automatização das fábricas que potencializou a produção em massa de mercadorias, até o desenvolvimento de armas de destruição em massa como, por exemplo, as bombas nucleares de poder destrutivo cada vez maior, a tecnologia vem trazendo avanços e retrocessos à humanidade. Esse contínuo processo que se intensificou a partir do século XVIII, merece a atenção de estudiosos de todo o mundo uma vez que demanda grande responsabilidade em seu desenvolvimento.

FIGURA 8 - AVANÇO DA TECNOLOGIA BÉLICA



FONTE: <<https://www.diferenca.com/bomba-atomica-e-bomba-de-hidrogenio/>>.
Acesso em: 8 abr. 2020.

Autores como Silva, Correia e Lima (2010) acreditam que as ações humanas influenciam diretamente sobre suas condições de vida e sobre o futuro de nossa civilização. As autoras sustentam a ideia de que o ser humano é capaz de conduzir seu próprio destino, pois está acima de fatores sociais, econômicos, tecnológicos e informacionais, portanto, devemos pensar os problemas concernentes ao desenvolvimento tecnológico por nós produzido de maneira consciente.

O futuro da civilização moderna pode ser imaginado, mas o que ocorrerá realmente vai depender da condução que o homem dará às suas ações. “É no homem, pois, que reside a esperança de construção do novo mundo, e não na atual política de desenvolvimento socioeconômico e técnico-informacional” (Rodriguez, Oliveira e Freitas, 2001). Na plataforma de mudanças, é preciso considerar questões como cidadania, educação, socialização e humanização para que possamos ter uma sociedade democrática em que todos participem igualmente dos avanços tecnológicos e informacionais (SILVA; CORREIA; LIMA, 2010, p. 214).

Para compreender melhor o grau de dependência e a influência que a tecnologia é capaz de promover sobre a humanidade, precisamos considerar que é por meio dela que nos informamos diariamente, seja por meio da televisão, da internet, jornais e, por menos que pareça, por meio de cartas e outros tipos de correspondência que não aparentam necessitar de tecnologia para existir.

A tecnologia da informação está ao nosso redor na maioria do tempo. Quando estamos lendo jornais, escrevendo cartas ou manuseando um computador, estamos utilizando de tecnologia informacional. É por meio da informação que sabemos quais roupas usar ao sair de casa, uma vez que grande parte da sociedade possui fácil acesso à previsão climática. É graças à informação que recebemos orientações sobre nossa saúde e até mesmo sobre padrões ideais de comportamento. Ou seja, as tecnologias estão a todo o momento nos manipulando e nos moldando.

Nos dias de hoje, a informação é fator de poder e mudança social. “Sofremos simultaneamente de subinformação e superinformação, de escassez e excesso” (Morin, 1986). Todavia, a informação é um processo social que pode ajudar a desestabilizar a racionalização e desmistificar os dogmas. O sistema ideológico reage como forma de corroborá-la ou negá-la, sintonizando o indivíduo no mundo com sua capacidade semântica. Entendemos que, na sociedade da informação, este indivíduo precisa ser capaz de recepcionar, construir e gerar informações pautadas no saber coletivo, mas mediadas criticamente pelo saber individual (SILVA; CORREIA; LIMA, 2010, p. 215).

Além da informação, a tecnologia nos provém o acesso aos mais longínquos locais da Terra, ampliando constantemente os limites de velocidade, capacidade e segurança dos meios de comunicação, sejam eles terrestres, aquáticos ou aéreos. Todavia, o monopólio das indústrias do petróleo nos submete à utilização de veículos movidos por meio da queima de combustíveis fósseis. Esse fato provoca uma alta emissão de carbono na atmosfera que, dentre outros malefícios ambientais, provoca prejuízos à saúde das pessoas, especialmente as que vivem nos grandes centros urbanos. Apesar de existirem tecnologias capazes de reduzir a poluição atmosférica por meio de veículos movidos a outras fontes de energia, fatores econômicos ainda atrasam esse tipo de progresso que ajudaria a melhorar a qualidade da vida humana.

DICAS

Um interessante documentário intitulado "*Cidades do futuro*", disponível na plataforma YouTube e que pode ser acessado através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=G41YDSVwcgs>, apresenta como a tecnologia pode ser utilizada a favor da vida nas grandes cidades. A produção apresenta soluções para a manutenção da crescente população dos grandes centros urbanos por meio da tecnologia. São apresentadas inovações na maneira de produzir alimentos nessas localidades, de gerar energia que comporte a alta demanda, de nos comunicarmos de maneira ainda mais rápida e até mesmo de ocuparmos áreas urbanas que hoje são pouquíssimas exploradas, como o ambiente aquático. Vale a pena conferir!



FIGURA 9 - REFLEXÃO SOBRE O FUTURO TECNOLÓGICO NOS GRANDES CENTROS URBANOS



FONTE <<http://cienciahoje.org.br/artigo/o-progresso-tecnologico-de-wakanda-seria-viavel-no-mundo-real/>>. Acesso em: 8 abr. 2020.

O trabalho humano foi profundamente afetado com os avanços tecnológicos. A Revolução Industrial, que trouxe um trabalho assalariado oferecendo péssimas condições de vida ao proletariado, transmuta-se e contemporaneamente configura uma rede de trabalhadores alternativos. O advento da internet foi um forte aliado a essa transformação no mercado de trabalho, abrindo espaço para uma multiplicidade de outras ocupações que antes não existiam. As autoras Kohn e Moraes (2007) sustentam a ideia de que:

O uso da rede integrada de computadores entre as pessoas e empresas, tornou-se algo indispensável nos dias atuais. É possível ter acesso a uma vasta rede de informações em tempo real e também trocar e cruzar dados a qualquer momento. Com o uso do computador, os serviços foram agilizados e facilitados, houve uma redução da mão de obra em ocupações que substituíram o trabalho humano, mas que abriu portas para novas ocupações especializadas no ramo da informática (programadores, webdesigners, administradores de rede) e das comunicações (marketeiros e jornalistas virtuais) (KOHN; MORAES, 2007, p. 5).

Com o declínio do industrialismo e ascensão do setor terciário nos dias atuais, empregos vinculados à tecnologia informatizada ganharam espaço no cenário mundial. É crescente a ramificação do ramo da informática, que cresce sem precedentes em uma sociedade cada vez mais dependente da internet. Hoje em dia podemos trabalhar em casa ou em qualquer lugar por meio de *notebooks*, *tablets*, celulares e diversos outros meios de comunicação via internet. Além de garantir trabalho a muitas pessoas, a internet já é um dos principais meios de comunicação e entretenimento utilizados em todo o mundo, ganhando cada vez mais adeptos de todas as idades e das localidades mais remotas da Terra.

Todavia, a internet ainda é uma facilidade relativamente cara, tão como os dispositivos pelos quais ela é acessada. O Brasil por exemplo, é um país cuja desigualdade, má distribuição de renda e acesso limitado à educação formal atrasam o processo de inserção do estrato mais pobres da sociedade à vida informatizada. Além do atraso econômico, o acesso limitado à informática amplia o distanciamento social que mantém as pessoas que não dispõem de muitos recursos materiais longe de uma vida com maior qualidade.

Um em cada 4 brasileiros não tem acesso à internet, mostra pesquisa

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua TIC) 2018, divulgada hoje (29 de abril de 2020) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que uma em cada quatro pessoas no Brasil não tem acesso à internet. Em números totais, isso representa cerca de 46 milhões de brasileiros que não acessam a rede.

Os dados, que se referem aos três últimos meses de 2018, mostram ainda que o percentual de brasileiros com acesso à internet aumentou no país de 2017 para 2018, passando de 69,8% para 74,7%, mas que 25,3% ainda estão sem acesso. Em áreas rurais, o índice de pessoas sem acesso é ainda maior que nas cidades, chega a 53,5%. Em áreas urbanas é 20,6%.

Quase a metade das pessoas que não têm acesso à rede (41,6%) diz que o motivo para não acessar é não saber usar. Uma a cada três (34,6%) diz não ter interesse. Para 11,8% delas, o serviço de acesso à internet é caro e para 5,7%, o equipamento necessário para acessar a internet, como celular, laptop e tablet, é caro.

FONTE: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>>. Acesso em: 27 maio 2020).

Assim, o analfabetismo digital pode ser considerado um dos grandes desafios para a evolução das tecnologias, sobretudo, tecnologias informacionais. Uma vez informatizado, o mercado de trabalho demanda profissionais que possuam vivência com a tecnologia. Isso agrava a situação de trabalhadores que não possuem acesso à informática, que vivem severas dificuldades quanto ao ingresso nos postos de trabalho contemporâneos.

Como já estudamos, a tecnologia é considerada um fator negativo no que tange às relações humanas contemporâneas. Autores como Bauman (2004) acreditam que o advento da informática, sobretudo das relações por meio de redes sociais, fragiliza os laços humanos. Isso se deve ao distanciamento social e à falsa sensação de proximidade que os aparelhos tecnológicos nos transmitem. A falta do contato ou da proximidade física torna os relacionamentos contemporâneos facilmente descartáveis e efêmeros. Ao mesmo tempo, a facilidade da escolha, embora superficial, de parceiros amorosos, amigos e demais vínculos afetivos por meio de redes sociais, resulta em relacionamentos rasos e de fácil rompimento.

Outro aspecto negativo para a sociedade a ser considerado em relação ao avanço tecnológico, é a dependência dos aparelhos eletrônicos para as mais diversas atividades humanas. Trabalho, relações afetivas, entretenimento, estudos e diversas outras atividades de pessoas que possuem acesso à internet são realizadas exclusivamente por meio de computadores e celulares contemporaneamente. Isso torna esses aparelhos uma espécie de extensão de nossos corpos. Essa relação pode desencadear vícios e outras consequências destrutivas, como problemas com atenção, ansiedade, paranoia e alienação devido à facilidade com a qual qualquer pessoa lança informações na internet independente de sua veracidade.

FIGURA 10 - REFLEXÃO SOBRE O USO PROBLEMÁTICO DE TECNOLOGIAS



FONTE: <<https://www.infotecblog.com.br/necessidade-vicio-celular-extensao-corpo/>>.
Acesso em: 8 abr. 2020.

Devemos considerar os avanços tecnológicos como fenômenos antrópicos, ou seja, promovidos pela raça humana, capazes de interferir em toda a dinâmica da vida na Terra. Também são capazes de modificar a geologia, o clima e até mesmo os seres vivos. Contudo, devemos nos lembrar que a tecnologia, além de nos prover facilidades e confortos, é responsável por inúmeros problemas, tanto aos demais seres vivos que compartilham do mesmo espaço que os seres humanos, quanto a eles próprios.

Partindo do pressuposto que a tecnologia pode ser a causa e também o possível remédio às principais inquietações humanas, sintetizaremos no quadro a seguir, os principais aspectos positivos e negativos em relação aos avanços tecnológicos promovidos pela humanidade. Dessa forma, analisaremos de forma isolada cada um desses aspectos a fim de refletirmos sobre o futuro do desenvolvimento humano e sobre possíveis novas descobertas. Observe:

QUADRO 3 - ASPECTOS CONSIDERADOS POSITIVOS E NEGATIVOS
EM RELAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

CONSEQUÊNCIAS DA ESCALADA TECNOLÓGICA CONTEMPORÂNEA	
Positivas	Negativas
• Facilitação no acesso a informações. • Avanços em relação ao trabalho humano. • Desenvolvimento de tecnologias aplicadas à Medicina. • Encurtamento de distâncias entre indivíduos. • Ampla mobilidade quanto a utilização de eletrônicos. • Comunicação estabelecida em tempo real. • Armazenamento de informações em pouco espaço físico.	• Desenvolvimento de armamentos cada vez mais letais. • Ascensão de fontes informativas duvidosas. • Alto grau de dependência de artefatos tecnológicos. • Fragilização das relações entre indivíduos. • Poluição e utilização excessiva de recursos naturais. • Acesso ao mercado de trabalho cada vez mais exigente. • Distanciamento entre classes sociais.

FONTE: O autor

Concluimos que os avanços tecnológicos são de fundamental importância à manutenção da vida humana, porém, ao mesmo tempo, representa uma ameaça à humanidade e toda a vida na Terra. Portanto, em tempos hodiernos, são necessários amplos estudos com o objetivo de desenvolver estratégias nos campos político, econômico e social a fim de solucionar os problemas relativos à expansão da tecnologia e utilização de recursos, tanto humanos quanto naturais.

RESUMO DO TÓPICO 2

Neste tópico, você aprendeu:

- Vivemos o auge da exploração dos recursos naturais, fato que gera graves consequências à vida no planeta Terra.
- O desequilíbrio nas relações entre a humanidade e o meio ambiente são agravados devido a dinâmica político-econômica vigente.
- A cultura do consumo em massa é uma das maiores causas da má utilização dos recursos naturais remanescentes.
- Os avanços tecnológicos se iniciaram nos primórdios da humanidade, atingindo seu auge na contemporaneidade.
- Existem consequências tanto positivas quanto negativas em relação à escalada tecnológica.
- Tecnologia é um assunto de extrema importância que tem o potencial de influenciar diretamente sobre o futuro da vida no planeta.

AUTOATIVIDADE



1 A relação entre os seres humanos e o meio ambiente nem sempre foi conturbada da maneira com a qual vivenciamos hoje em dia. O advento do avanço industrial combinado ao crescimento exponencial das populações rompeu com o equilíbrio entre as pessoas e os recursos naturais necessários à manutenção de suas vidas. O cenário contemporâneo demanda uma série de estudos com o objetivo de reverter a atual situação da exploração excessiva de nossos recursos naturais. A cultura do consumo em massa intrínseca à dinâmica capitalista de livre mercado agrava a situação da devastação ambiental. Consideradas as informações acima, analise as seguintes frases relacionadas à relação Sociedade X Meio Ambiente e atribua a letra V às afirmativas verdadeiras e a letra F às falsas:

- () A interação dos seres humanos com a natureza é natural, embora tenham ocorrido alguns desequilíbrios ocasionados principalmente pelo avanço industrial e pelo surgimento dos grandes centros urbanos.
- () A Revolução Industrial e os consequentes avanços tecnológicos emergentes no século XVIII, deram início a uma escalada da exploração dos recursos naturais mundiais em escalas jamais vistas.
- () O Neoliberalismo e o incentivo ao consumo exacerbado advindo de tal dinâmica agrava a demanda por insumos para a fabricação de mais mercadorias, muitas das vezes supérfluas à manutenção da vida humana.
- () A ocupação espacial dos seres humanos não interfere na exploração do meio ambiente, sendo a industrialização a principal inimiga de nossos recursos naturais remanescentes, demandando uma intervenção imediata.
- () A conscientização social e ambiental podem ser a chave para um futuro mais harmônico em relação ao meio ambiente.

Agora assinale a opção que corresponde à sequência CORRETA:

- a) () V - V - V - F - V.
- a) () V - V - V - F - F.
- a) () V - V - F - F - V.
- a) () V - V - V - V - V.
- a) () V - F - V - F - V.

2 O desenvolvimento de tecnologias que facilitam nosso cotidiano caminha junto à evolução humana. Desde as primeiras ferramentas feitas de madeira e/ou pedra, até os mais sofisticados aparelhos eletrônicos utilizados no avanço da Medicina ou em experiências espaciais, são fruto do trabalho humano que se inicia dentro da mente quando nos deparamos com algum desafio que a realidade nos impõe.

Contemporaneamente, precisamos dessa racionalidade como nunca antes. Dessa vez para remediar as desastrosas consequências do avanço exorbitante das tecnologias. Considerando que o desenvolvimento tecnológico é capaz de trazer à humanidade uma série de comodidades ao mesmo tempo em que pode promover outra extinção em massa da vida na Terra, analise as seguintes frases:

- I- Desde a Segunda Guerra Mundial, todo o Planeta vive a iminência de um desastre nuclear que pode extinguir toda a vida que aqui habita, fato que demanda uma séria revisão de modelos políticos, econômicos e de desenvolvimento da tecnologia bélica.
- II- Ao mesmo tempo em que os aparelhos eletrônicos de comunicação via internet facilitam nossas vidas, proporcionando uma comunicação extraordinariamente rápida e eficaz, eles podem se tornar um vício alienante e ser considerados uma extensão de nossos corpos.
- III- Os avanços tecnológicos podem configurar uma grave ameaça ao trabalho humano. Desde a automatização das antigas indústrias à informatização das ocupações contemporâneas, as tecnologias vêm substituindo o esforço humano a cada dia que passa.
- IV- Autores como Zygmunt Bauman, acreditam que as relações afetivas de qualquer natureza intermediadas por redes sociais podem se tornam frágeis e efêmeras devido à ilusão da proximidade e da falta de contato físico que, segundo o autor, mantinha as antigas relações mais duradouras.

Agora marque a opção que corresponde apenas às alternativas CORRETAS:

- a) ☐ I, II e III.
- b) ☐ I, II e IV.
- c) ☐ I, III e IV.
- d) ☐ Todas as alternativas estão corretas.
- e) ☐ Todas as alternativas estão incorretas.

3 Embora as tecnologias sejam desenvolvidas com o objetivo de facilitar a vida humana, é inevitável que o avanço delas acabe desencadeando alguns efeitos sociais colaterais. De um lado, nossas vidas são contempladas com confortos e comodidades advindas do desenvolvimento tecnológico, por outro lado, nos tornamos cada vez mais dependentes deles e, muitas vezes, incapazes de proceder sem eles. Sabendo-se que existem pontos positivos e negativos em relação à produção tecnológica, cite ao menos cinco de cada um desses aspectos.

RELIGIÃO E SOCIEDADE

1 INTRODUÇÃO

As religiões e as mais variadas crenças representam boa parte das manifestações humanas. Elas incidem diretamente sobre a construção dos indivíduos, de forma com que, consequentemente, moldem a sociedade e o mundo ao seu redor. Embora polêmico, o tema “Religião” é de fundamental importância e deve ser estudado, pois faz parte da realidade material. É claro que devemos tomar os devidos cuidados no sentido de manifestarmos máximo respeito pelo credo alheio, pelo importante papel que ela tem na sociedade e pela sua capacidade de transformação do mundo.

Assim, trabalharemos no presente tópico algumas das principais abordagens sociológicas da religião na contemporaneidade, utilizando-nos de diferentes perspectivas. Finalizaremos a Unidade 3 de nosso material de estudos refletindo um pouco sobre o papel da religião na atual conjuntura, tão como sua relação com a dinâmica capitalista hodierna. Mãos à obra!

2 ANÁLISES CONTEMPORÂNEAS SOBRE RELIGIÃO

A religião é inegavelmente uma das forças motrizes da ação humana. A espiritualidade ocupa um importante espaço na sociedade desde os tempos ancestrais. Ela orienta, molda, incentiva, motiva as ações de pessoas que constroem a história da humanidade. As crenças são, até os dias atuais, motivos de guerra e redenção, portanto, torna-se interessante resumirmos a trajetória de algumas religiões que mais influenciam mentes de todo o mundo.

Os primeiros registros sobre as crenças humanas, que começaram a ser feitos por meio da escrita há cerca de 5000 anos, relatam uma série de mitos e ritos que vieram a se tornar religiões mais tarde. Antes disso, as crenças eram passadas de geração para geração de forma oral, por meio das palavras. Mas foi há dois milênios que nascia a pessoa mais popular e influente do mundo: **Jesus Cristo**. Os registros, interpretações e estudos sobre seus ensinamentos deram origem ao **Cristianismo**, religião que contemporaneamente agrega a maior parcela de seres humanos em suas mais diversas ramificações. A igreja pioneira no culto à sua palavra foi a polêmica Igreja Católica, responsável por diversos embates, guerras e acúmulo de riquezas sob o pano de fundo religioso durante muitos séculos.

FIGURA 11 - JESUS CRISTO



FONTE: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/personagens/historia-biografia-de-jesus.html>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

Jesus Cristo, que é retratado de diversas maneiras, foi um grande líder popular que mobilizou multidões por meio de discursos sobre partilha, caridade, amor ao próximo, perdão e outros valores, conforme o Cristianismo. Embora suas mensagens, de acordo com os registros cristãos, voltavam-se à união, especialmente entre as parcelas mais pobres da sociedade de sua época, suas ideias foram motivos de sangrentas disputas entre seus seguidores.

O **Protestantismo** é uma linha cristã que emergiu dos protestos às atrocidades cometidas pela Igreja Católica. Seu precursor foi Martinho Lutero, que em 1517 publicou suas “95 Teses” como resposta à venda de indulgências pela Igreja Católica Romana, que oferecia a venda de remissão de pecados. A partir de então, a mesma igreja passou a perseguir e matar os chamados protestantes, travando sangrentas barbáries contra eles. Um notável exemplo de massacre protagonizado pelos católicos sobre os protestantes aconteceu no ano de 1572 em Paris e ficou conhecido como “noite de São Bartolomeu”. Permitido pela Rainha Catarina de Médici, mãe do então rei da França, Carlos IX, o violento extermínio pode ter resultado na morte de cerca de 5000 calvinistas huguenotes – vertente protestante – apenas em uma noite e outros 25000 durante os meses posteriores, conforme relatos. O referido massacre foi reproduzido em uma famosa e chocante pintura de François Dubois (1529-1584), huguenote nascido em Amiens, que retrava os horrores vividos naquela noite.

FIGURA 12 - MASSACRE DA NOITE DE SÃO BARTOLOMEU



FONTE: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Massacre_da_noite_de_S%C3%A3o_Bartolomeu>.
Acesso em: 10 abr. 2020.

Perseguições entre diversas religiões ainda são comuns em todo o mundo. Contemporaneamente existem conflitos entre diferentes grupos religiosos em vários países como a Irlanda, Israel, Afeganistão, Nigéria, Sudão, Tailândia, Tibete, entre outros. Os principais grupos religiosos em conflito são católicos, budistas, muçulmanos xiitas e sunitas. No Brasil, existe um grande preconceito contra religiões não cristãs, em especial, contra as manifestações religiosas de origem africana. É comum ouvirmos pessoas se referindo aos ritos afro-brasileiros como se fossem feitiçaria, bruxaria, “macumba” e outras expressões que, principalmente, o povo cristão se utiliza para subjugar as demais religiões. Cabe salientar que o cristianismo é apenas uma das matrizes religiosas que compõem a cultura brasileira, que fundou suas bases sobre as religiões indígenas, ou melhor, proveniente dos nativos brasileiros, junto às africanas, que vieram com os escravos trazidos da África pelos colonizadores cristãos. O quadro a seguir ilustrará alguns dos conflitos religiosos contemporâneos, evidenciando as nacionalidades que sofrem com os mesmos e as crenças envolvidas:

QUADRO 4 - ALGUNS CONFLITOS RELIGIOSOS CONTEMPORÂNEOS

DISPUTAS RELIGIOSAS CONTEMPORÂNEAS	
•	Irlanda do Norte: protestantes X católicos.
•	Afeganistão: muçulmanos xiitas X sunitas.
•	Israel: cristãos X muçulmanos X judeus.
•	Sri Lanka: budistas X hindus.
•	Indonésia: muçulmanos X cristãos.
•	Nigéria: muçulmanos X cristãos.
•	Tailândia: budistas X muçulmanos.
•	Brasil: cristãos X não cristãos.

FONTE: O autor

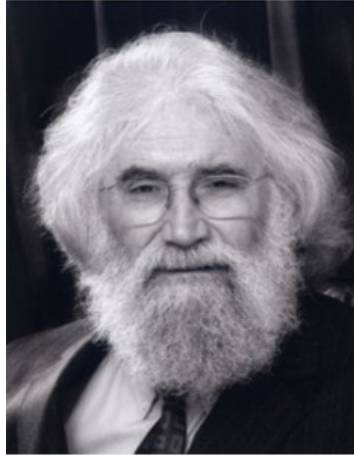
O Brasil é um país predominantemente católico, porém, a variedade religiosa é gigantesca. Podemos citar diversas religiões manifestas em todo o território brasileiro como a Umbanda, o Candomblé, o Santo Daime, o Espiritismo, as diversas correntes protestantes, Judaísmo, entre uma série de outras. É importante salientar que a tolerância religiosa é um fator importantíssimo no que tange à manutenção da paz em países tão vastos e miscigenados como o Brasil. Na contemporaneidade brasileira vivemos uma ramificação e expansão de religiões das mais diversas naturezas. Bellotti (2011, p. 14) cita algumas delas:

Várias são as manifestações associadas à religião na era contemporânea: as feiras de exposição Expo Cristã e Expo Católica; igrejas que atraem público jovem, tais como a Bola de Neve Church (esportistas, reggaeiros, dentre outros) e a Comunidade Gólgota (para góticos); as manifestações públicas e os lobbies articulados pela Direita Cristã norte-americana, em prol da proibição do aborto; os fundamentalismos cristão, islâmico e judaico; a Teologia da Libertação e a Renovação Católica Carismática; dentre muitos outros exemplos. Os cruzamentos entre religião, mercado, violência, política, cultura, propaganda e mídia, proporcionados especialmente a partir dos séculos XIX e XX no mundo ocidental, nos fazem perguntar quais os limites da definição de religião; como os historiadores podem qualificá-la e analisá-la e partir de qual perspectiva.

No entanto, a influência social da religião tem sua face positiva. Não existe apenas a perspectiva que se aproxima da marxista, de que a religião é algo puramente alienante. No Brasil existem alguns autores cristãos que muito influenciaram a busca por melhores condições para os seres humanos no plano material imediato, por meio até mesmo de lutas armadas contra as forças dominadoras. Leonardo Boff, Frei Betto e Helder Camara são teólogos brasileiros que apresentam uma trajetória muito interessante, chamando a atenção pela combatividade e preocupação com a ascensão e bem-estar das camadas sociais menos privilegiadas.

Leonardo Genésio Darci Boff, teólogo catarinense nascido em 1938, é considerado um dos principais representantes da Teologia da Libertação, uma corrente progressista pertencente à Igreja Católica. Professor atuante nos campos como o da Teologia, Filosofia, Ética, Espiritualidade e Ecologia, Boff apontou falhas na conduta da Igreja Católica e sugeriu mudanças, principalmente no caráter social das instituições religiosas. Foi penalizado pelo Vaticano, obrigado a se silenciar e, após outra condenação por causa de seus textos, abandonou as atividades religiosas.

FIGURA 13 - LEONARDO BOFF



FONTE: <https://www.ebiografia.com/leonardo_boff/>. Acesso em: 10 abr. 2020.

Boff afirma que a Igreja herdou práticas que distanciam os fiéis da vida material, atribuindo a si mesma uma exclusividade no que tange à salvação da humanidade. Tal fato pode ser considerado um instrumento utilizado a favor de um tipo de alienação que faz com que os homens deem menos atenção às causas materiais de sua miséria. A política passa a ser tratada como algo negativo, algo pelo qual as pessoas passam a ignorar ou até mesmo repudiar, reduzindo suas chances de intervenção no mundo concreto, depositando e canalizando suas energias apenas à espiritualidade.

Persiste ainda na América Latina, embora cada vez com menor intensidade, uma prática de Igreja voltada quase exclusivamente para dentro. A Igreja se entende como a exclusiva portadora da salvação para os homens; atualiza o gesto redentor de Jesus mediante os sacramentos, a liturgia, a meditação bíblica, a organização da paróquia ao redor de tarefas estritamente religioso-sagradas. O Papa, o bispo e a estrutura hierárquica da Igreja em geral constituem os eixos organizadores da compreensão da Igreja; ela é essencialmente clerical no sentido de que sem o clero, ordenado no sacramento da ordem, nada de decisivo pode acontecer na comunidade. Cultivam-se a tradição, a exatidão das fórmulas ortodoxas oficiais e a fixação canônico-jurídica da liturgia com os fiéis. O mundo não possui consistência teológica; deve ser convertido, pois somente na mediação da Igreja acede a *ordo gratiae*. Como seu campo de atuação é o campo estritamente sagrado, mostra-se insensível aos problemas humanos que ocorrem fora de seus limites, no mundo e na sociedade. O político constitui a dimensão do "sujo", que deve ser evitado o mais possível. Mais que neutralidade, vigora uma indiferença em face das realidades "mundanas" (BOFF, 1994, p. 21-22).

Outro importante teólogo brasileiro é Carlos Alberto Libânio Christo, conhecido como Frei Betto, escritor e jornalista mineiro nascido no ano de 1944. Interessado pela leitura desde a infância, ingressou na militância estudantil por meio da Juventude Estudantil Católica (JEC) já aos 13 anos de idade, tornando-se presidente aos 17.

FIGURA 14 - FREI BETTO



FONTE: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/03/frei-betto-marchas-da-familia-com-deus-foram-financiadas-pela-cia.html>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

Betto militou politicamente contra a ditadura militar no Brasil e foi preso no ano de 1969. Ficou detido durante quatro anos e quando saiu foi morar em uma favela de Vitória, Espírito Santo, retornando a São Paulo em 1977, onde se envolve com o movimento operário. Frei Betto chega a aderir à guerrilha armada comandada por Carlos Marighella e em sua obra intitulada “Batismo de Sangue”, descreve as minúcias da tortura sofrida por um de seus camaradas preso por militares.

Antes de partir para as férias de verão, Xavier vai visitá-lo. Tito está triste, fala pouco, mas parece lúcido: – Sabe, Xavier, a loucura está me dominando. O amigo francês sabe que é verdade. Mas, dessa vez, a verdade aparece materializada, concreta, iminente: sobre o guarda-roupa há uma corda. Xavier tenta levá-la, mas Tito alega que ela pertence ao patrão. Na segunda semana de agosto, Roland Ducret vai ao pequeno quarto de Tito na zona rural: bate, bate, ninguém responde. Um estranho silêncio paira sob o céu azul do verão francês, envolvendo folhas, vento, flores e pássaros. Nada se move. Balançando entre o céu e a terra, sob a copa de um álamo, o corpo de Frei Tito é descoberto no sábado, 10 de agosto de 1974. Do outro lado da vida, ele encontrara a unidade perdida. Dois meses antes, Tito anotara num cartão que marcava um de seus livros: é melhor morrer do que perder a vida. Seu mergulho na morte foi uma deliberada atitude de quem buscou desesperadamente a vida em plenitude, lá onde ela se situa além de nossos limites físicos, biológicos e históricos. Suas exéquias foram solenemente celebradas na França e no Brasil (BETTO, 1987, p. 210).

Dom Helder Pessoa Câmara é o último dos teólogos brasileiros compromissados com a causa social que abordaremos no presente tópico. O religioso cearense foi bispo católico e arcebispo emérito de Olinda e Recife, estudou Filosofia e Teologia, sendo nomeado, no ano de 1936, diretor do Departamento de Educação do Estado do Ceará. Ajudou na organização da Ação Católica, que ajudava pessoas em situação de pobreza.

FIGURA 15 - DOM HELDER



FONTE: <https://www.ebiografia.com/dom_helder_camara/>. Acesso em: 11 abr. 2020

Apesar de haver vários religiosos militantes na contemporaneidade, ainda sim, existe a recorrência de escândalos envolvendo principalmente instituições religiosas. São diversos os casos de extorsão de fiéis, exploração da fé, humilhações, agressões físicas, abusos sexuais, entre outras atrocidades advindas de falsos líderes religiosos. É importante ressaltar que isso não é uma regra entre aqueles que trabalham com a fé nos dias atuais, ainda que sejam comuns alguns desses casos.

Concluimos que a religião é uma das manifestações humanas mais influentes desde os primórdios das civilizações, orientando ações humanas e exercendo intervenções sobre a realidade material. Nos dias atuais é utilizada como conforto às mazelas vividas pela humanidade e, ao mesmo tempo, desperta interesses de pessoas más intencionadas, que se aproveitam da fé das pessoas para aplicar golpes e exercer outros tipos de enganação.

Agora, no Tópico 3, da última unidade, em nosso livro didático, abordaremos outra instância da vida em sociedade sobre a qual as crenças religiosas exercem importante influência. Trata-se de sua relação com a produção e acumulação de capital ao redor do mundo. Estamos chegando na reta final de nossos estudos sobre Sociologia Contemporânea. Aproveite!

3 RELIGIÃO X CAPITAL

As manifestações religiosas podem ser consideradas um conforto àquelas pessoas que depositam sua fé. Podem aliviar a perturbadora incerteza de muitos acerca de nosso destino após a morte, do significado da vida, das inquietações acerca de nosso propósito como seres humanos e outra infinidade de questionamentos. Todavia, a religião também serviu de pano de fundo para a exploração das classes menos favorecidas, exercício do disciplinamento de populações inteiras e, sobretudo, da acumulação de capital entre as classes ricas.

FIGURA 15 - REFLEXÃO ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE CAPITAL E RELIGIÕES



FONTE: <<https://br.blastingnews.com/sociedade-opinioao/2016/05/pequenas-igrejas-grandes-negocios-jogo-ou-vida-real-00944945.html>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

Autores clássicos da Sociologia como Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber já teciam ponderações acerca da importância das religiões no contexto político e social. Alguns desses autores já observavam uma forte intervenção religiosa sobre as mentes e condutas das pessoas, tão como a utilização da fé humana como uma ferramenta a favor de sua própria exploração e miséria. As análises de Durkheim (1996) em relação à época em que viveu, constataam que “Uma religião é um sistema solidário de crenças e de práticas relativas a entidades sagradas, ou seja, separadas, interditas; crenças e práticas que unem em uma mesma comunidade moral, chamada Igreja, todos os aderentes” (DURKHEIM, 1996, p. 59).

Podemos conceber então a religião, sob um ponto de vista durkheimiano, um dos instrumentos responsáveis pela manutenção daquilo que ele se referia como coesão social. A moralidade estabelecida pela Igreja, era então utilizada para agregar uma comunidade que compartilhava com esses mesmos ideais. Weber (2004) acredita que o protestantismo potencializou a acumulação de capital desde o século XV, servindo como a base ideológica que fez que com o sistema capitalista da era industrial se desenvolvesse de forma intensa.

A dominação da Igreja católica – “que pune os hereges, mas é indulgente com os pecadores”, no passado mais ainda do que hoje – é suportada no presente até mesmo por povos de fisionomia econômica plenamente moderna [e assim também a aguentaram as regiões mais ricas e economicamente mais desenvolvidas que a terra conhecia na virada do século XV]. A dominação do calvinismo, tal como vigorou no século XV em Genebra e na Escócia, na virada do século XVI para o século XVII em boa parte dos Países Baixos, no século XVII na Nova Inglaterra e por um tempo na própria Inglaterra, seria para nós a forma simplesmente mais insuportável que poderia haver de controle eclesiástico do indivíduo (WEBER, 2004, p. 31).

Karl Marx (2003), por sua vez, acredita que as religiões, de maneira geral, afastam os seres humanos de uma racionalidade voltada à realidade material, ao agora, à vida terrena. Marx chega a fazer uma analogia classificando a religião como o “ópio do povo”, numa tentativa de explicitar a importância de se pensar nos problemas sociais de maneira urgente, uma vez que pensar na vida pós-morte, no céu e/ou inferno ou quaisquer outras concepções metafísicas em detrimento das urgências da realidade objetiva, distancia a humanidade de sua plena e verdadeira emancipação.

A crítica da religião liberta o homem da ilusão, de modo que ele pense, atue e configure a sua realidade como homem que perdeu as ilusões e recuperou o entendimento, a fim de que ele gire à volta de si mesmo e, assim, à volta do seu verdadeiro sol. A religião é apenas o sol ilusório que gira à volta do homem enquanto ele não gira à volta de si mesmo.

Por isso, a tarefa da história, depois que o além da verdade se desvaneceu, é estabelecer a verdade do aquém. A imediata tarefa da filosofia, que está ao serviço da história, é desmascarar a autoalienação humana nas suas formas não sagradas, agora que ela foi desmascarada na sua forma sagrada. A crítica do céu transforma-se deste modo em crítica da terra, a crítica da religião em crítica do direito, a crítica da teologia em crítica da política (MARX, 2003, p. 46).

A contemporaneidade trouxe à descentralização do monopólio católico das explorações de fiéis. As igrejas protestantes ganharam espaço no país e no mundo, dando origem a uma ampla ramificação de vertentes religiosas, muitas delas sustentadas por meio do dízimo de seus seguidores. O Brasil possui alguns exemplos de instituições religiosas que atuam no campo da política e arrecadam verdadeiras fortunas advindas de seus dizimistas.

FIGURA 16 - REFLEXÃO SOBRE A EXPLORAÇÃO DA FÉ



FONTE: <<http://vidaemorbida.blogspot.com/2011/09/saiba-como-e-feita-lavagem-de-dinheiro.html>>.
Acesso em: 13 abr. 2020.

Nos dias atuais, são múltiplos os exemplos de ações de grupos religiosos na política capitalista. No Brasil, por exemplo, até o ano de 2019, o Congresso Nacional era composto por 195 membros da bancada evangélica dos 513 deputados, o que equivalia a 38% dos parlamentares em atuação. Para termos ideia do quão expressiva é a força dos religiosos dentro do Poder Legislativo, basta analisar que cerca de 90% dessa bancada votou a favor do governo vigente no momento. Cabe salientar que o atual governo é classificado como neoliberal por especialistas em Economia, evidenciando possíveis interesses monetários com a adesão do então presidente da república.

[...] a partir de meados dos anos de 1980, começando, no caso brasileiro, pela política eleitoral – a emergência de uma “bancada evangélica” na Constituinte trouxe à luz, de corpo inteiro, o perfil de um novo ator social: os pentecostais. Desde então, um quadro ainda mais multifacetado tem surgido à consideração das ciências sociais da religião e crescentemente o cenário internacional se povoa de referências que não passam despercebidas dos atores locais nem dos analistas acadêmicos. É o impacto dos fluxos globais também nesta área do social, produzindo efeitos-demonstração, diálogos e hibridizações ou reações que tecem uma malha intrincada nos planos cultural e político (BURITY, 2008, p. 87).

A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) é um exemplo do gigantesco movimento monetário que algumas religiões podem concretizar por meio da fé do povo brasileiro. Conforme dados do Datafolha, no ano de 2017, Edir Macedo possuía cerca de 7 milhões de seguidores em seus mais de 7.000 templos no Brasil e outros 2.800 em 100 países. Os rendimentos desses seguidores, somente em dízimo, alcançavam 1,4 bilhão de reais anuais até o ano no qual foi realizada a pesquisa. Cabe ressaltar que existem outras mercadorias vendidas pela Igreja Universal, cujas propriedades sobrenaturais prometidas pelo pastor Edir Macedo, garantem maior lucro para a instituição.

FIGURA 17 – PRODUTOS, PROMESSAS, PROMOÇÕES E CARTÕES FIDELIDADE CRIADOS POR INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS BRASILEIRAS



FONTE: <<https://www.extraclasse.org.br/geral/2019/06/reino-universal-do-deus-dinheiro/>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

Agora, imagine se todo esse dinheiro gerado anualmente, por apenas uma das igrejas de origem brasileira que arrecadam dízimos, fosse convertido em atividades filantrópicas, ações educacionais, combate à miséria ou quaisquer outras ações beneficentes. Sem dúvida, o impacto social da fé seria positivo. Todavia, a acumulação de capital e a exploração dos estratos mais pobres da sociedade colaboram com a criação de cada vez mais igrejas com fins lucrativos por todo o mundo. Tal fato enriquece poucos indivíduos às custas da fé de milhões de outras pessoas, que buscam na religião algum conforto frente à condição de miséria, sofrimento, dor e outras mazelas sociais.

A desenvoltura da atuação de grupos e organizações religiosas na contemporaneidade tem suscitado vários desafios, dúvidas e perplexidades. Percebe-se que: [...] a articulação entre redes, cultura e religião não é artificial, e as interfaces entre esses temas/campos de ação social e as novas práticas governamentais com ênfase nas parcerias, na pluralidade e na “participação da sociedade” são parte integrante do cenário desde meados da década de 1990 (BURITY, 2008, p. 87-88).

A relação entre religião e os sistemas político-econômicos estabelecidos contemporaneamente é objeto de estudo de vários campos do saber. É importante ressaltar que religião e política se misturam desde a Grécia antiga e perduram até os dias atuais. Isso nos mostra a complexidade da problemática, tão como os cuidados que ela demanda. Estudar religiões, política e a relação entre ambos é algo extremamente trabalhoso e que exige dedicação interdisciplinar. Burity (2008) levanta uma série de questionamentos acerca dessa delicada relação que desafia estudiosos de diversas áreas nos dias atuais:

Os desafios, as dúvidas e as perplexidades [...], se não bastasse referirem-se ao contexto mais amplo em que as relações entre Estado, sociedade civil e mercado se transformam, atravessadas pelos processos de globalização, também são agudamente postos no caso da presença pública das religiões. Que mudança é preciso introduzir ou admitir para dar conta dessa presença? Seria o caso de reafirmar as clássicas teses secularistas sobre a separação entre Igreja e Estado, traduzindo-as em termos ainda mais rigorosos, como separação entre religião e política? Mas se trata ainda apenas de “igreja”? E há uma só “religião” relacionada com a política? Não é preciso admitir a capilaridade das religiões no cotidiano e nos espaços onde se concentram as desigualdades e as exclusões acumuladas ou intensificadas pela nova ordem econômica neoliberal, provendo anteparos e recursos simbólicos aos perdedores, atuando onde o Estado não se faz presente e mesmo como parceiras deste? Por outro lado, essas parcerias não repõem o focalismo, a filantropia e a despolitização nas medidas de provisão social, reforçando a desresponsabilização do Estado por estas? As identidades religiosas não possuem a quase irresistível tendência de acirrar paixões e desencadear intolerâncias e violência? A fragmentação da esfera pública entre múltiplas identidades reclamando espaço, autonomias e bens públicos não estaria levando a democracia a um enfraquecimento por tornar-se excessivamente complexa, abrigando e legitimando lógicas contraditórias? Não é patente que são quase sempre os setores mais tradicionalistas das religiões que se beneficiam dos arranjos multiculturais, o que produz efeitos de retardo ou barreira às lutas emancipatórias? Enfim, há uma agenda de questionamentos para os quais não há respostas curtas e simples (BURITY, 2008, p. 92-93).

A partir da leitura do trecho acima, é possível refletir se é possível atribuir às religiões alguma aplicabilidade social comum, ou seja, se podemos esperar algum consenso em relação ao bem-estar da humanidade no plano material que compartilhamos. A dificuldade se encontra na multiplicidade de ideologias intrínsecas a cada uma das crenças, que podem reivindicar por interesses conflitantes. Isso demanda muitos cuidados, pois o risco de ofensas para com a fé alheia é grande, ampliando a possibilidade do surgimento de conflitos e/ou preconceitos religiosos.

FIGURA 18 - RELIGIÃO E POLÍTICA



FONTE: <<https://comunhao.com.br/bancada-evangelica/>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

DICAS

A plataforma YouTube disponibiliza uma série de matérias e documentários que problematizam a relação entre religião e política. O documentário “Religião x Política: a importância do estado laico”, disponível através do *link* <https://www.youtube.com/watch?v=4mQGj9jBrsg>, introduz o assunto Estado laico: um Estado que respeita todo e qualquer tipo de manifestação religiosa. Trata-se de um tema no qual devemos nos aprofundar quando estudamos religião e, consequentemente, política e sociedade, uma vez que todos esses universos estão intimamente interligados.



Outro vídeo interessante é a entrevista com um pastor crítico às condutas contraditórias de certas vertentes do cristianismo. Ele opta por desenvolver uma linha de pensamento e ação cristã na qual os ensinamentos de Jesus Cristo passam a ser respeitados de forma, segundo ele, mais coerente. O vídeo pode ser acessado por meio do *link* <https://www.youtube.com/watch?v=3fywc4K43xY>. É sempre válido refletir sobre outras perspectivas religiosas para nos iterarmos do universo religioso de maneira mais ampla.

Podemos concluir que a religião se mostrou indissociável da política e, consequentemente, da economia até os dias de hoje. Possivelmente, isso se deve pelo fato de que as religiões são tão antigas quanto as primeiras associações humanas, caminhando junto à formação das sociedades que se desenvolveram para constituir o estado globalizado no qual nos encontramos. Todavia, é certo dizer que ela exerce forte influência sobre as leis, sobre os corpos, sobre as populações, sobre os sistemas políticos e econômicos além de diversas outras instâncias da vida humana. A Sociologia Contemporânea pode e deve se encarregar da investigação acerca da melhor forma com a qual poderemos coexistir harmoniosamente possuindo diferentes religiões, tendo em vista que o respeito e o auxílio mútuos são fatores fundamentais para a manutenção do progresso do ser humano.

LEITURA COMPLEMENTAR



REFLEXÕES CRÍTICAS E ALGO TRÁGICAS A RESPEITO DE UM FUTURO SEMPRE POSSÍVEL

R. C. C. MORAES

Já em setembro de 1998, a revista Newsweek, em artigos reproduzidos no Brasil pelo jornal O Estado de S. Paulo (21-9-1998), mostrava que o FMI não estava tão otimista com os programas que impusera aos países endividados. Reconhecia a proliferação da pobreza e das tensões sociais onde aparentemente se esperava encontrar o paraíso do mercado. São cada vez mais visíveis os efeitos destrutivos da desregulamentação dos mercados financeiros, com a liberdade para trocas e movimentos de capitais e para a criação dos chamados derivativos. Ela estimulou uma avalanche de investimentos especulativos, muito mais rentáveis do que os investimentos na chamada economia real. São também evidentes os impactos desastrosos dessa tendência sobre o emprego e a renda e, mais ainda, sobre a estabilidade política, social e econômica desses países. E como o mundo econômico e financeiro se tornou ainda mais "globalizado", também a estabilidade internacional é afetada.

Contudo, o sucesso político do neoliberalismo parece claro, graças a algumas de suas vitórias. Conseguiu desmanchar em grande medida o Estado de bem-estar social e enfraquecer brutalmente os sindicatos, por meio da liberalização legal e policial do mercado de trabalho e da extensão do desemprego e do emprego precário, desregulamentado, flexível.

O neoliberalismo também alcançou um visível sucesso moral e ideológico. Milton Friedman, um monetarista radical da chamada Escola de Chicago, há algum tempo dizia que era preciso criar um clima de opinião em que o capitalismo e o lucro não fossem vistos como pecados, cometidos com vergonha. Hoje, de fato, o grande capital parece que perdeu o medo e a vergonha de ser capital.

É preciso levar tudo isso em conta quando escolhemos um critério para medir os sucessos e os fracassos do neoliberalismo. Devemos pensar no objetivo que ele mesmo definiu para si: a capacidade de impor uma nova correlação de forças na sociedade e na opinião dominante. Isto é, a capacidade de conquistar a hegemonia ideológica, mesmo quando e onde se verifica um evidente fracasso na realização da prometida recuperação econômica. Trata-se da legitimação de um programa, ou de um "ideal" político, talvez até mais do que uma solução prática para a estagnação econômica ou

para a pobreza. E também nesse terreno que se move, em grande parte, a crítica do neoliberalismo: é nesse terreno que se dá a disputa pelos corações e pelas mentes. E quando se transformam em ação organizada, as ideias alteram decisivamente a marcha da história, que não tem nada de inelutável, nem parece ter chegado ao fim, como às vezes sugeriu com estardalhaço este ou aquele propagandista.

Neoliberalismo e movimentos políticos ultrarreacionários

O neoliberalismo econômico leva deliberadamente a uma política conservadora. Seus propagandistas, de Friedrich von Hayek a James Buchanan, jamais esconderam a pretensão de colocar limites drásticos às "irresponsabilidades" da democracia de massas. Entre as passagens selecionadas de suas falas, nos capítulos anteriores, o leitor terá encontrado alguns desses depoimentos. Terá isso identidade com o renascimento de movimentos de ultradireita, do tipo fascista? E certo que não existe um fosso intransponível entre essas doutrinas antidemocráticas e os movimentos neofascistas recentes. E certo ainda que entre eles existiram namoros e parcerias, a todo momento. A esse respeito é curiosa a observação de um crítico de Hayek, sobre o sucesso de seu livro *O caminho da servidão contra os "totalitarismos"*, no qual nazismo e socialismo eram apontados como irmãos gêmeos e qualquer reforma social era condenada como primeiro passo rumo à ditadura. O paradoxo apontado é o seguinte: procurem ver quem são aqueles que mais se entusiasmam com o panfleto supostamente antitotalitário de Hayek e vejam quais eram suas preferências e militâncias políticas alguns anos antes, quando o nazifascismo ainda prometia futuro. Experimentemos esse mesmo exercício para o caso brasileiro.

Mas, para bem compreender os fatos, é preciso distinguir esses dois fenômenos.

O que é o fascismo? Como se sabe, mas nunca é demais repetir, o ascenso desse movimento é demarcado por uma grave crise da sociedade capitalista. Ele representa uma radical e violenta alteração das condições sociais e políticas. E uma solução radical para os impasses nelas reinantes. E correto identificar a natureza de classe do nazi-fascismo, sua aproximação com o grande capital. Basta fazer a célebre pergunta dos advogados: afinal, a quem interessa o crime? E mais: quem financiou o executor? Mas é preciso mais do que isso. E preciso indagar por que e como o nazifascismo se transformou em movimento de massas e não de elites econômicas.

O fascismo germina em situações especiais, num momento de indefinição política, em que uma ditadura militar ou um Estado policial revelam-se insuficientes para derrotar a classe trabalhadora e os movimentos populares, atomizá-los, destruindo suas organizações, desmoralizando-os e condenando-os à resignação e à obediência. Para esse jogo bruto, torna-se necessário um movimento de massas, no qual exerce papel decisivo uma pequena burguesia atingida pela crise – mas também as parcelas do proletariado e do subproletariado marginalizadas por essa mesma crise. A crise é feita de dramas: inflação, falências, desemprego, degradação das profissões e dos

estratos sociais. Isso conduz a um desespero de massas e favorece a emergência de um movimento frequentemente povoado de reminiscências ideológicas. É um movimento que cultiva um passado mítico, o rancor, o xenofobismo e o racismo – e uma certa demagogia... anticapitalista. Essa demagogia volta-se para formas específicas do capitalismo. São satanizados os usurários, os atravessadores, os tubarões, os monopólios, o capital ocioso. Mas não o capital "criador de trabalho e de riqueza", que, ao contrário, é mitificado e idealizado. É uma demagogia exacerbada e ao mesmo tempo prudente, já que não se volta contra a instituição da propriedade privada. Esse é o quadro em que se inscreve o nazifascismo.

E o Estado forte neoliberal? Ele pode ser visto nos exemplos de Reagan, Thatcher ou, de modo mais radical e sanguinário, em Pinochet. Ele ataca sistematicamente os direitos democráticos e sociais. Seu arsenal é variado: leis de exceção, medidas de emergência (ou medidas ditas provisórias), decretos antigreves, penalização de sindicatos, manipulação da informação, supremacia do executivo, legislação por decreto e suspensão de garantias constitucionais, subtração de decisões econômicas de grande porte ao controle público (seja pela via da privatização, seja pela desregulamentação legal). E assim que age o Estado neoliberal – um estado forte, deixemos claro. É certo que a aceitação passiva de tais ataques aos direitos democráticos torna cada vez maiores o apetite e a confiança dos grandes capitalistas. Se os movimentos trabalhistas e populares cedem diante de tais ataques, na primeira oportunidade ou no primeiro impasse em que tais retaliações autoritárias se mostrem insuficientes, um aventureiro audaz e inteligente tomará o cetro para exterminar de vez a resistência. E nesse momento o aventureiro, encarnação do ódio canalizado e disciplinado das vítimas, terá o apoio de um movimento de massas e financiamento do grande capital. Nesse sentido, sim, as medidas neoliberais podem nos aproximar dos movimentos neofascistas.

A produção social da insegurança e da incerteza: viveiro de ditaduras

Mas há outro aspecto em que a evolução do "Estado forte" implícito nas "reformas orientadas para o mercado" de nossos neoliberais pode avizinhar-se do neofascismo – ou talvez seja melhor dizer: pode avizinhar-nos do fascismo. E esse aspecto diz respeito, diretamente, aos resultados sociais e econômicos de suas medidas.

Das reformas neoliberais surgem, como cogumelos, suas novas elites *yuppies*, os novos "empreendedores" e "reengenheiros" do mundo financeiro e gerencial, los perfumados, como se dizia no México por ocasião dos últimos terremotos econômicos. São os elegantes e saltitantes implantadores das "reformas" liberalizantes e dinamizadoras. Ao mesmo tempo, dissolvem-se, mais ou menos rapidamente, mas sempre com notável clareza, as bases políticas do velho conservadorismo. O novo Estado forte é cada vez mais livre das "velhas" formas do controle público. Deliberadamente, e quase por definição, é imune a controle social (e sobretudo eleitoral). Junte-se a tudo isso o ingrediente explosivo da exclusão estrutural, conduzindo segmentos cada vez maiores da humanidade a uma situação instável e desesperadora. Esse coquetel é explosivo e cria condições para o ascenso de soluções de emergência e desespero que de outro modo seriam vistas como inviáveis, indesejáveis ou até mesmo impensáveis.

Quando Hayek expôs seu plano de reforma política e sua crítica ao Estado de bem-estar, há algumas décadas, um de seus críticos lembrou que aquele modelo político era de tal maneira imune à crítica e à mudança que só restaria um caminho aos dissidentes que produziria: o desespero e a insurreição. A reforma do Estado pregada pelos neoliberais pretende criar uma espécie de Estado gerencial, enxuto. Em vez de atribuir a entidades de governo tarefas produtivas e de prestação de serviços, monta comitês e agências encarregados de controlar e contratar serviços prestados por empresas privadas, justamente aquelas que teriam adquirido as entidades anteriormente estatais. Notemos que as instituições do "Estado Velho" eram, pelo menos em princípio, subordinadas ao controle de organismos políticos eleitos: congresso, assembleias estaduais, câmaras municipais, etc. Eram também submetidas à fiscalização judicial dos atos e contas públicas. As novas agências controladoras são instituições ultrapoderosas, mas de fato e de direito imunes a qualquer forma de controle efetivo. São instituições que, cada vez mais, tendem a não responder diante de qualquer soberania política. Não podem ser controladas – mas também não podem (e não pretendem) ser legitimadas por instituições democráticas convencionais. E esse é um fator de instabilidade política não desprezível.

Mas há outro resultado inquietante do avanço neoliberal. O fundamentalismo de mercado neoliberal depende de uma aposta perigosa. E a crença de que o mercado livre, não regulado, produz crescimento contínuo, amplia as oportunidades econômicas e sociais, assim como as escolhas e acessos ao consumo. Mas o que ocorre diante da possibilidade de uma falha nessa aposta? Afinal, a insegurança diante dos riscos e as flutuações econômicas do mercado são filhos legítimos e esperados da competição mercantil. Aliás, na mitologia neoliberal, o sucesso depende justamente da falta de garantia de sobrevivência. E nessa condição desafiadora que o empenho e a criatividade dos empreendedores são forçados a germinar.

A falência da utopia neoliberal é algo previsível, do ponto de vista lógico. E para milhões de seres humanos no planeta, já é algo dolorosamente constatado e vivenciado. Esse fracasso abre o campo para movimentos políticos não apenas não liberais, mas radicalmente antiliberais, dos mais variados tipos.

Profecias do apocalipse

Tratemos de resumir a cena. Níveis de insegurança sem precedentes são impostos a massivos segmentos populacionais, provocando terremotos na sua vida e nas suas expectativas. São estes os resultados humanos (ou desumanos) das reformas econômicas e das reestruturações produtivas em andamento em todo o mundo. De modo brutal, mostram, para parcelas enormes da humanidade, que elas são cada vez mais "dispensáveis" – no limite, o mundo econômico pode girar sem grandes problemas apesar da eliminação completa de muita, muita gente. Em certa medida, parece até que este mundo poderia girar melhor sem esses "trastes" incômodos, conforme alerta o pungente livro de Viviane Forrester, *O horror econômico*.

Durante mais de um século, movimentos operários, socialistas e democráticos haviam imposto ao capital restrições reguladoras que impediram a ação bárbara do "moinho satânico" do mercado, para usar a expressão celebrizada por um conhecido livro de Karl Polanyi. São esses "entraves" à suposta ordem natural das coisas que a contrarrevolução neoliberal quer eliminar. Esse movimento reacionário prepara a emergência de um mundo sinistro: apatia política, desilusões e desmoralizações ideológicas, insegurança econômica e atomização social. Além disso, trata-se de uma sociedade que pode "dispensar" da inclusão social – e da própria sobrevivência física – uma parte crescente dos seres humanos. Está pronto o caldo de cultura propício às soluções de desespero. E, como se sabe, desespero e insegurança são péssimos conselheiros. Como dissemos, a política neoliberal não é a da mobilização neofascista, mas pode ser o pavimentador dessa outra via da contrarrevolução. Apatia política e desilusões com as saídas convencionais, desmanche de tradições políticas, sociais e culturais que outrora costuravam e resguardavam a sociedade, ausência de saídas progressistas confiáveis (elas mesmas mergulhadas na desilusão e na desmoralização) – tudo isso prepara o caminho para a emergência de um louco que tenha soluções radicais, aquelas que parecem ser o único ponto firme num mundo em que tudo naufraga, grito que parece ter espírito num mundo sem espírito, para repetir uma célebre frase. O fascismo é assim, de certo modo, um sintoma de males profundos, embora tenha o cuidado de não se apresentar como sintoma, mas, antes, como remédio – amargo, necessário e... o único que nos sobra. [...]

Keynes acentuava as cores das cenas mais perigosas, esperando que disso resultasse a prudência política que as pudesse evitar. Por isso, alerta para que não se espere até que "os conselhos do desespero e da loucura movam as vítimas da letargia que precede as crises", uma vez que, nessas circunstâncias, "o homem se abala e afrouxam-se as relações estabelecidas. O poder das ideias torna-se soberano e os homens passam a dar ouvidos a quaisquer promessas transmitidas pelo ar.

Hoje podemos ver que muitas dessas promessas ainda estão apenas no ar, aguardando a encarnação do demônio. Mas, se não forem construídas barreiras confiáveis à barbárie enquanto ainda é tempo, não faltarão transmissores e antenas. Esses instrumentos aparecerão quando as promessas e expectativas radiantes de escolha, riqueza e consumo do neoliberalismo forem amplamente superadas pelos seus outros filhos legítimos e bem mais previsíveis: a insegurança, o risco, a precariedade da vida e a ameaça de morte para amplos segmentos da raça humana.

Essas multidões são cada vez maiores mesmo no admirável Primeiro Mundo. Para elas, perfila-se no horizonte próximo uma vida sem perspectivas e sem sonhos. Nos noticiários das prateadas antenas de TV a cabo, desfila a morte lenta e letárgica das multidões descartáveis, na África, na Europa do Leste, na Ásia ou na América Latina, mas também em bolsões cada vez mais significativos dos países avançados.

Tudo isso deveria nos alertar. Aqueles que são reduzidos à condição de manada podem discordar dessa caminhada silenciosa para o abate. Podem passar da letargia às opções históricas. Afinal, em um mundo de tantos absurdos, uma reação "maluca" pode parecer "racional"... ou pelo menos justificável.

FONTE: MORAES, R C. C. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai? São Paulo: Ed. Senac, 2001, p. 77-81.

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico, você aprendeu:

- As religiões são uma extensão da vida humana, orientando ações individuais e coletivas, fazendo parte da construção da realidade material.
- Conflitos religiosos existem em todo o mundo, atingindo os e variados povos e crenças.
- A religiosidade pode ser utilizada tanto a favor da alienação quanto da libertação da humanidade.
- Política e Religião estão estreitamente interligadas, pertencendo ao mesmo processo histórico de formação.
- As igrejas possuem grande potencial de formação coletiva e acumulação e/ou distribuição de capital.

AUTOATIVIDADE



- 1 Desde os primórdios das civilizações, o ser humano expressa sua espiritualidade por meio de cultos, crenças e outras manifestações espirituais. O cristianismo, há dois mil anos, vem somando adeptos em todos os cantos do planeta, seja por meio do processo colonial ou espontaneamente. A fé cristã é uma das mais influentes entre as principais religiões existentes no mundo, sendo Jesus Cristo uma personalidade presente na maioria dos lares ao redor do globo. Considerando seu impacto sobre as mais diversas culturas, devemos levar em conta que o cristianismo possui potencial para mobilizar massas, seja a favor da emancipação da raça humana, seja a favor do processo alienador que nos submete a diversos tipos de exploração. Considerado isso, leia as sentenças sobre o cristianismo:
- I- O cristianismo emergiu dos relatos sobre os ensinamentos de Jesus Cristo, talvez a pessoa mais popular e influente de toda a humanidade na contemporaneidade, que inspirou diversas vertentes religiosas que, desde seus primórdios, não possuem uma relação pacífica.
 - II- O Massacre da Noite de São Bartolomeu foi um sangrento episódio no qual a Rainha francesa Catarina de Médici, mãe do então rei da França, Carlos IX, ordenou a morte de milhares de calvinistas huguenotes, cristãos protestantes dizimados na perseguição.
 - III- No Brasil existem diversos pensadores religiosos progressistas, especialmente no campo da teologia da libertação, que consiste em uma linha de pensamento contrária aos abusos da Igreja, tão como entusiasta de instituições religiosas mais voltadas ao amparo social.
 - IV- O mundo contemporâneo está tomado por diversos conflitos violentos em nome de religiões, muitas das vezes, que compartilham da fé em relação ao mesmo Deus.

Agora assinale a opção que corresponde às sentenças CORRETAS:

- a) ☐ I, II e III.
- b) ☐ I, II e IV.
- c) ☐ I e III.
- d) ☐ Nenhuma.
- e) ☐ Todas.

- 2 Sabemos que religião e política são dois temas que caminham juntos. As bases ideológicas das doutrinas políticas são comumente fundadas em preceitos religiosos, que se desenvolvem concomitantemente. Os resultados desse desenvolvimento mútuo podem ser negativos, ocasionando uma série de desvantagens que vão desde o privilégio de determinado grupo religioso dentro dos parlamentos, até a perseguição e/ou preconceito religioso em relação a outras crenças existentes no interior de um mesmo território. Apesar do discurso do Estado Laico, presenciamos

no Brasil a perseguição de grupos religiosos minoritários, principalmente os não cristãos e de matrizes africanas, sem falar na constante exploração financeira de fiéis por parte de instituições religiosas que agem de forma criminosas. A partir das ideias apresentadas no último tópico de nosso material de estudos, analise as frases que dissertam acerca da relação entre religião e política no Brasil, assinalando V para as alternativas verdadeiras e F às falsas.

- () O Brasil é um país de maioria cristã, fato que impossibilita a existência de conflitos religiosos em seu interior, portanto, a harmonia entre diferentes grupos religiosos é predominante.
- () A bancada evangélica compõe boa parte do Poder Legislativo, o que acaba por influenciar as tomadas de decisões dentro do parlamento, principalmente as de cunho moral e ético.
- () Existem instituições religiosas bilionárias no Brasil que acabam por atuar como empresas, expandindo para todo o planeta suas igrejas de forma a ampliar seu poderio financeiro.
- () Os conflitos e explorações protagonizados por religiosos brasileiros ocorrem, principalmente, entre as classes mais abastadas, sendo o pobre pouco atingido por tais intervenções.

Agora assinale a sequência CORRETA:

- a) () F – V – V – V.
- b) () F – V – V – F.
- c) () F – F – V – V.
- d) () V – V – V – F.
- e) () F – V – F – V.

- 3 A relação Religião x Capital está presente em todo o mundo, influenciando diretamente sobre as tomadas de decisão estatais, uma vez que o capitalismo só se desenvolveu de forma a configurar o que é hoje, graças à ética protestante, conforme Weber (2004). Reflita sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo e sua relação com a religiosidade e, em seguida, escreva um parágrafo dissertando acerca dos principais fatores que levaram essa trama político-econômica a se transformar no poderoso sistema contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Paulo C. **A teoria sociológica contemporânea. Da superdeterminação pela teoria à historicidade**. Soc. estado. vol. 25 n. 1 Brasília, jan./abr. 2010.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BAUMAN, Z. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução Mauro Gama e Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BAUMAN, Z. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. Oeiras: Celta Editora, 2000.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

BELLOTTI, K. K. **História das religiões**: conceitos e debates na era contemporânea. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 55, p. 13-42, jul./dez. 2011. Editora UFPR.

BETTO, F. **Batismo de sangue**: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1987. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/betto_batismo_de_sangue.pdf. Acesso em: 3 dez. 2012.

BOFF, L. **Igreja carisma e poder**: ensaios de eclesiologia militante. São Paulo: Editora Ática, 1994.

BOURDIEU, P. (1983) **Sociologia**. (Org.). Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983b.

BOURDIEU, P. Algumas propriedades dos campos. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a. p. 89-94.

BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. In: CATANI, A.; NOGUEIRA, M. A. (Orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BURITY, J. A. Religião, política e cultura. Tempo Social. **Revista de sociologia da USP**, v. 20, n. 2, 2008.

CARVALHO, G. L. Jürgen Habermas e a modernidade: desdobramentos preliminares para uma filosofia da história. **Revista de Teoria da História**, Ano 1, Número 1, agosto/2009 Universidade Federal de Goiás.

COMIM, D. C. **Em busca do elo perdido**: solidariedade em um mundo pós-moderno. Sem Aspas, Araraquara, v. 2, n. 1, 2, p. 171-185, 2013.

DURKHEIM, É. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DURKHEIM, É. **O suicídio**. Estudo de Sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ELIAS, N. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1980.

FERREIRA, C. R. B. **Habermas e a democracia deliberativa da teoria à prática**: reflexões sobre uma experiência com James Fishkin. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v. 9, n. 1, 1º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica. Acesso em: 12 jul. 2020.

FERREIRA, I. D. **Meio ambiente, sociedade e educação**. Brasília: Centro de Educação a Distância – CEAD, Universidade de Brasília, 2006.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

FREIRE, L. **Seguindo Bruno Latour**: notas para uma antropologia simétrica. COMUM – Rio de Janeiro, v.11, nº 26, p. 46-65 – jan./jun., 2006.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIDDENS, A. **Novas regras do método sociológico**: uma crítica positiva das sociologias compreensivas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIDDENS, A. **Novas regras do método sociológico**: uma crítica positiva às sociologias interpretativas. Lisboa: Gradiva, 1996.

GUEDES, C. **Sociabilidade e sociedade de risco**: um estudo sobre relações na modernidade.

HABERMAS, J. (1987). **Teoria de la acción comunicativa**: crítica de la razón funcionalista (Tomo II). Madrid: Taurus. (Original publicado em 1981).

HABERMAS, J. **Faktizität und Geltung**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1992.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HEERDT, M. **Sociologia das organizações** / Moacir Heerdt, Mauri Luiz Heerdt; (adaptação de conteúdo Marciel E. Cataneo); 4. ed. – Palhoça: UNISUL Virtual, 2006.

KEYNES, J. M. **Os economistas**. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KLEIN, N. **A doutrina do choque**: ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KOHN, K. MORAES, C. H. **O impacto das novas tecnologias na sociedade**: conceitos e características da Sociedade da Informação e da Sociedade Digital. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos, 29 de agosto a 2 de setembro de 2007.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

MAFFESOLI, M. **A transfiguração do político**: a tribalização do mundo. Porto Alegre: Sulina, 1997.

MARTINE, G. ALVES, J. E. D. **Economia, sociedade e meio ambiente no século 21**: tripé ou trilema da sustentabilidade? R. bras. Est. Pop., Rio de Janeiro, 2015.

MARX, K. A questão judaica. In: **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MISES, L. **Liberalismo**: segundo a tradição clássica. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MORAES, R C. C. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai? São Paulo: Ed. Senac, 2001.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Berhand, 1998.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

MORIN, E.; KERN, A. B. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MOTTA, R. Sociologia de risco: globalizando a modernidade reflexiva. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 22, jul./dez. 2009, p. 384-396.

NITSCHKE, R.; THOLL, A.; POTRICH, T.; SILVA, K.; MICHELIN, S.; LAUREANO, D. **Contribuições do pensamento de Michel Maffesoli para pesquisa em enfermagem e saúde**. Texto Contexto Enferm, 2017; 26(4): e3230017.

PEREIRA, E. A. T. O conceito de campo de Pierre Bourdieu: possibilidade de análise para pesquisas em história da educação brasileira. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 337 – 356, set./dez. 2015.

PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 15(2):353-371, 2005.

POCHMANN, M. Capitalismo e desenvolvimento. In: **Brasil sem industrialização**: a herança renunciada [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, pp. 16-64.

PRONI, M. W. **História do capitalismo**: uma visão panorâmica. Cadernos do CESIT, Campinas, n.25, out. 1997.

ROSA, P. O. RIBEIRO JR., H. TORRES, R. S. **Biopolítica, educação e segurança pública**: Ponderações sobre a implementação das políticas de Tolerância Zero nas escolas do Espírito Santo. Florianópolis: Insular: 2018.

SALLUM JR., B. **Sociologia, problemas e práticas**. n. 48. 2005.

SAUL, R. P. **Giddens**: da ontologia social ao programa político, sem retorno. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 9, jan./jun. 2003, p. 142-173.

SELL, C. E. **Introdução à sociologia política**: política e sociedade na modernidade tardia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SILVA, A. K. A.; CORREIA, A. E. G. C.; LIMA, I. F. **O conhecimento e as tecnologias na sociedade da informação**. Rev. Interam. Bibliot. Medellín (Colombia) Vol. 33, n. 1, jan-jun de 2010.

SILVA, I. L. F. **O problema da objetividade e subjetividade nas teorias sociais clássicas e contemporâneas**: um debate necessário. Rev. Mediações, Londrina, v. 1, n. 2, p. 21-26, jul./dez., 1996.

SMITH, A. **Os economistas. A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

TOMAZI, N. In: LEMOS, C. E. S. *et al.* **Curso de especialização em Ensino de Sociologia para o Ensino Médio**. Cuiabá: Central de Texto, 2013.

TORRES, R. S. **Biopolítica e segurança pública**: tolerância zero no Espírito Santo e uma educação voltada à fabricação de sujeitos produtivos. 193 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Vila Velha, Vila Velha, 2016.

VASCONCELOS FILHO, M. A. R. O neovelho problema: o objetivo e o subjetivo em Sociologia Contemporânea. **Revista Urutágua** – revista acadêmica multidisciplinar – www.uem.br/urutagua/006/06vasconcelosf.htm Quadrimestral – nº 6 – abr./maio/jun./jul., 2009 – Maringá – Paraná – Brasil.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.